



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE  
RONDÔNIA

OBJETIVO: apresentar o Plano de Ação para a Educação Especial, na perspectiva inclusiva, da rede de ensino do Estado.

EM: 08.05.2024

INICÍO: 14h47min

PRESIDENTE: SR. CIRONE DEIRÓ

A SRA. CLÁUDIA MILENA SIQUEIRA LOPES (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para apresentar o Plano de Ação para a Educação

Especial, na perspectiva inclusiva, da rede de ensino do Estado de Rondônia.

Agradecemos desde já todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, Youtube e pela TV Assembleia, canal 7.2.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró, proponente desta Audiência Pública;

O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Camargo;

A Excelentíssima Senhora Doutora Jaqueline Guedes Marinho, Defensora Pública, Chefe da Defensoria Pública da União em Rondônia - DPU/RO;

O Excelentíssimo Senhor Conselheiro Paulo Curi Neto, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO;

A Excelentíssima Senhora Doutora Luciana Ondei Rodrigues Silva, Promotora de Justiça e coordenadora do Grupo de Atuação Especial da Educação - GAEDUC, neste ato representando a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia;

A Excelentíssima Senhora Doutora Mayra Carvalho Torres Seixas, Defensora Pública, neste ato representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE/RO;

Doutor Leandro Castro Souza, Procurador do Estado, neste ato representando a Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia - PGE/RO;

Senhor José Abrantes Alves de Aquino, Controlador-Geral do Estado de Rondônia - CGE/RO;

Senhora Irany Oliveira Lima Morais, Diretora-Geral da Educação, neste ato representando a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia - SEDUC;

Doutora Luzinete Xavier de Souza, advogada, Presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RO.

Neste momento, sua Excelência Deputado Estadual Cirone Deiró procederá à abertura desta solenidade.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Boa tarde a todos. com muita alegria, com muita satisfação nesta Audiência aqui na Assembleia Legislativa, a quarta que nós fazemos aqui, em voga o tema educação inclusiva. Então, para nós uma grande satisfação hoje fazer esta Audiência para apresentar esse Plano de Ação.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para apresentar o Plano de Ação para Educação Especial, na perspectiva inclusiva, da rede de ensino do Estado de Rondônia.

A SRA. CLÁUDIA MILENA SIQUEIRA LOPES (Mestre de Cerimônias) - Convidamos todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia" (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Dr. José de Mello e Silva).

**(Execução do Hino "Céus de Rondônia")**

Podem sentar-se, por gentileza. Gostaríamos de agradecer a presença, nesta Casa de Leis, das seguintes autoridades:

Senhor Francisco Paraíba, Conselheiro do Tribunal de Contas e ex-deputado estadual; Flávia Albaine Farias da Costa, Defensora Pública do Estado de Rondônia.

Senhor Vereador André Luiz Baier, Presidente da Câmara de Nova Mamoré.

Senhora Maiara Lima Ximenes Trench, Presidente da Comissão dos Direitos Sociais da OAB Rondônia.

Senhor Leonardo Emanuel Machado Monteiro, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Senhora Verônica Damasceno Costa, representando a APAE, Associação de Pais e Amigos Excepcionais.

Senhor Denizio Pereira da Costa, Vereador e professor de Nova Mamoré.

Senhor Vereador Vilaci Ferreira Sousa, Presidente da Câmara do Vale do Anari.

Audidores e Controladores Externos do Tribunal de Contas do Estado, Senhora Maria Gleidivana de Albuquerque, Senhor Francisco Vagner Honorato e Senhor Robnei Roni Stefanos.

Senhora Queite Fernandes de Moura, Assessora Técnica do Conselho Estadual de Educação do Estado de Rondônia.

A Senhora Ceixa Pinheiro, assessora, representando a Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Rondônia (AMA/RO).

A Senhora Kétila Batista da Silva Teixeira representando a Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

O Senhor Robson Ugolini, Vice-Prefeito de Alta Floresta.

O Senhor Cléber Assis, assessor de Alta Floresta.

O Senhor Augusto Pellucio, Presidente do Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe).

O Senhor Giovan Damo, Prefeito de Alta Floresta.

A Excelentíssima Doutora Larissa Camargo, juíza da Primeira Vara Criminal do Município de Ariquemes, Rondônia.

O Senhor Eduardo Moreira da Silva, da Coordenadoria de Atenção a Pessoas com Necessidades Especiais - UNIR.

O Senhor Eduardo Guimarães Borges, Defensor Público do Estado de Rondônia.

A Senhora Magaly Soti da Rosa, representando a Secretaria Municipal de Educação de Buritis.

A Senhora Maria Gomes Coutinho, Presidente da Associação de Surdos de Porto Velho.

O Senhor Vereador Ilson Pedro Félix, Presidente da Câmara do Município de Jaru.

O Senhor Ricardo Medeiros, representando o Presidente do IDEP, Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia.

Senhora Andreia Ribeiro, supervisora, representando a AMA (Associação Amigo dos Autistas do Estado de Rondônia).

A Senhora Antônia Rodrigues da Silva, gerente técnica educacional, representando o Conselho de Educação - CEE/RO.

A Senhora Valéria Moreno Martão, representando a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

A Senhora Yvonete Fontinelle de Melo, Procuradora do Ministério Público de Contas, representando a instituição.

A Senhora Fabiana Aparecida Santana, Coordenadora Estadual da Política de Assistência Social da Secretaria do Estado de Rondônia.

E a Senhora Pura Moreno Domingues que vai apresentar o plano; é da Assessoria de Coordenadoria de Modalidades de Diversidade da Educação (Seduc), juntamente com a Senhora Vera Lucia de Lima, gerente da Educação Especial da Seduc.

A Senhora Rosane Seitz Magalhães, Coordenadora de Modalidades de Diversidade da Educação da Seduc.

O Senhor Kleber Kendy Ihida, Auditor de Controladoria Geral do Estado, que também vai apresentar o plano.

Nesse momento passaremos um vídeo de suma importância para o debate dessa Audiência Pública.

#### **(Apresentação de vídeo)**

Passo a palavra ao Deputado Cirone Deiró para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - A equipe quer me fazer uma surpresa boa, viu? Obrigado a nossa equipe que fez esse vídeo. Ficou muito bom.

Quero aqui cumprimentar as autoridades da Mesa, nominadas já, não vou nominá-las novamente pelo adiantar da hora, mas para nós é uma grande satisfação, a Assembleia Legislativa, recebê-los aqui para a gente discutir um tema tão relevante para a nossa sociedade rondoniense.

Cumprimentar todas as pessoas que estão aqui nesta tarde, as que estão acompanhando pelas redes sociais, pela TV Assembleia, essa Audiência a qual nós vamos trazer resultados positivos para a nossa sociedade. O trabalho feito pela Assembleia Legislativa, pelo Tribunal de Contas, Secretaria de Estado, Ministério Público, Defensoria, OAB, todos que estão engajados nessa luta para que as políticas públicas verdadeiramente sejam realizadas dentro do Estado de Rondônia.

Agradecer aqui ao terceiro setor, que tem um papel importante na nossa sociedade. Políticas públicas que teriam que ter sido feitas pelo governo, pelas instituições governamentais, e o terceiro setor tem dado esse total apoio a essas pessoas aqui no nosso Estado. Nós temos a AMA, APAE's, CERNIC (Centro de Reabilitação Neurológica Infantil), diversas entidades que se organizaram através da sociedade civil organizada no Estado, e prestam um relevante trabalho dentro do Estado de Rondônia.

Então, nossa gratidão por vocês sempre estarem conosco, acompanhando, nos cobrando, trazendo as demandas para que nós possamos, como representantes, como agentes públicos, tanto eu, quanto nossos colegas deputados, a estar tomando ações e atitudes que façam com que as pessoas que necessitam sejam atendidas aqui dentro do Estado de Rondônia.

Meu agradecimento especial ao Tribunal de Contas que em 2021, quando eu me deparei com esse assunto, várias vezes tentando tomar ações aqui pela Assembleia Legislativa, e vi que não estava sendo frutífero, e aí, procurei o então Presidente Doutor Paulo Curi, a época do GAEPE (Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Rondônia) e prontamente, o GAEPE acolheu essa demanda da educação inclusiva. Colocou à disposição

todos os seus auditores, o corpo técnico, para que nós pudéssemos fazer um grande trabalho de levantamento, de diagnóstico, realmente, do que o Estado de Rondônia precisa para efetivação das políticas públicas: desde infraestrutura, atendimento profissional, profissionais multidisciplinares.

Os três pilares que precisam para atender a pessoa com deficiência que são: a Secretaria de Assistência Social, a Educação e a Saúde. Estarem conectados e juntos para que a gente possa realmente, entregar uma política de qualidade ao cidadão rondoniense. Então, nossa gratidão a todos vocês.

Eu gostaria de falar com nossas autoridades da Mesa. Vou fazer uma síntese só dessa Audiência e aí, eu vou passar a palavra para a Professora Irany, nossa Diretora da Secretaria de Educação. Logo após, nós vamos passar a palavra para o Tribunal de Contas, para o nosso auditor que está fazendo o trabalho de acompanhamento dessas políticas aqui no Estado. E aí, após isso, nós ouvimos a fala das nossas autoridades da Mesa, para que a gente tenha conhecimento daquilo que está sendo feito; daquilo que está sendo implantado dentro do Estado de Rondônia, para que a gente não delongue muito nessa Audiência.

Hoje é uma Audiência técnica, uma audiência de trabalho, para que ela seja frutífera para o futuro do Estado de Rondônia.

Nesse 8 de maio de 2024 realizamos a 5ª Audiência Pública para tratar sobre a educação inclusiva nas escolas públicas em Rondônia. Até chegarmos aqui, foram intensos os debates, trocas de ideias, seguidas por diálogos profundos com todos os envolvidos, especialmente, as mães e os

especialistas da área. Creio que concluímos uma etapa importante.

Particularmente, estou cheio de esperança, pois estamos avançando na criação de uma política educacional que atenda de forma efetiva as necessidades de todos os alunos com deficiência. A realização dessa Audiência Pública para apresentação, pela Secretaria do Estado da Educação, do Plano de Ação da Educação Inclusiva na Rede Estadual de Ensino, coincidiu com a Semana da Mãe Atípica, estabelecida pelas Leis 4.615/2019 e 5.723/2024 de nossa autoria.

Quero aproveitar esse momento para manifestar meu reconhecimento às mães que, por meio de sua incansável luta e determinação, diariamente, batem de porta em porta em busca dos direitos e da inclusão de seus filhos, especialmente, pelo direito de frequentar a escola; receber a atenção que os demais alunos recebem.

Desde que comecei minha jornada, lá em 2019, ao lado das mães atípicas, aprendi uma lição fundamental: são as mães que salvam as pessoas com deficiências. São as mães que, apesar de todas as adversidades, levantam a cada manhã com determinação e perseverança para continuarem firmes no propósito de cuidar dos seus filhos. A essas mães, todo o meu reconhecimento e minhas homenagens.

Nesse dia, que considero um marco histórico, expressei minha profunda gratidão ao Vice-Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Paulo Curi; ao Conselheiro Francisco Carvalho, aqui presente. Preciso registrar que o Conselheiro Paulo Curi, à época Presidente do Tribunal de Contas, foi de uma sensibilidade ímpar, ao acolher minha solicitação para conduzir uma auditoria operacional e

diagnosticar os problemas relacionados à escassez de vagas para os alunos com deficiência.

Foi essa auditoria operacional que apontou a necessidade de políticas públicas no âmbito da educação, para resolver a questão que afeta inúmeras famílias em Rondônia.

Estou convencido de que esta Audiência Pública representa o início de uma nova e promissora realidade para as famílias e mães atípicas, que há anos lutam pelo direito dos seus filhos serem integrados às políticas educacionais, inclusivas e acolhedoras.

Agradeço à Secretária de Educação, Ana Pacini; ao Secretário de Estado de Saúde, Coronel Jefferson Rocha, pelo apoio, atenção e comprometimento com esse tema tão urgente para as famílias atípicas, responsáveis por cuidar das pessoas com deficiência.

Agradeço ainda aos dedicados auditores do Tribunal de Contas, Leonardo Emanuel Machado Monteiro, Maria Gleidivana Alves de Albuquerque, Vanessa Pires Valente, coordenadora; e Bruno Botelho Piana, coordenador dessa auditoria.

Com muita determinação e comprometimentos, os auditores do Tribunal de Contas mergulharam no universo dos direitos dos alunos com deficiência, compreendendo a realidade das escolas e envolvendo-se em inúmeras reuniões com as mães e especialistas do setor.

Este é um passo histórico rumo à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde cada criança, independentemente de suas condições, tenha o direito garantido a uma educação de qualidade. Que esta Audiência seja o ponto de partida para uma transformação significativa em nosso sistema educacional.

Obrigado a todos que contribuíram para tornar este momento possível. Obrigada às mães que desde o início acreditaram em nosso trabalho.

Que juntos possamos continuar avançando na implantação das políticas públicas para a educação inclusiva em nosso Estado de Rondônia.

Com essas palavras iniciamos essa Audiência, nessa tarde de 08 de maio, com o mesmo propósito, dar qualidade de vida às pessoas que moram no Estado de Rondônia.

Um Estado que cresce 7% ao ano, o seu PIB (Produto Interno Bruto), mas que merece a atenção ao povo que escolheu morar aqui. Então, fica aqui o nosso agradecimento a todos vocês.

Está aqui presente também, chegou aqui, o nosso Secretário de Saúde, - ajeita uma cadeira para ele aqui na Mesa -, convidá-lo a estar aqui conosco.

Parabenizar, Secretário, pelo fórum que foi realizado, há poucas semanas, organizado pela Eline juntamente Clivia, o Instituto que liderou esse fórum.

Nós tivemos o privilégio de colocar um recurso para trazer um palestrante renomado, mas que nós possamos verdadeiramente ter ações que beneficiem a nossa sociedade. Nós precisamos entregar à nossa sociedade o melhor. Então, hoje será um grande dia, um ponto de partida para essa entrega à nossa sociedade.

Com a palavra a nossa Diretora da Seduc, Professora Irany para conduzir a apresentação da Seduc, desse plano de ação que foi desenvolvido pela Secretaria.

A SRA. IRANY OLIVEIRA LIMA MORAIS - Boa tarde a todos. Para nós é uma alegria e também um privilégio estarmos aqui nesta tarde para apresentação de um trabalho que foi construído ao longo de muitos meses. Não só pela Secretaria de Educação, foi um trabalho interinstitucional, conforme orientado pelo Tribunal de Contas, após a Auditoria Operacional na Educação Especial, na Secretaria de Educação.

Na construção desse plano participaram a Seduc, a Seas, a Sesau, a Sepog e a Controladoria-Geral do Estado - CGE. E quando necessário também as consultas procedidas aqui à nossa Procuradoria-Geral, representada aqui também, neste evento.

Como o deputado já colocou, nós estamos com o horário muito ajustado e quem vai fazer a apresentação do plano é uma professora da Seduc, Professora Doutora Elisângela Bernaldino, ela é Assessora da Secretaria de Educação, trabalha na Diretoria-Geral de Educação. Ela fará apresentação do Plano Geral, incluindo todas as ações das Secretarias que fazem parte deste Plano Interinstitucional.

E na sequência, nós já apresentaremos também o primeiro monitoramento, que já aconteceu pelo Tribunal de Contas, na última semana, em que nós já apresentamos ações do plano sendo executadas nesse primeiro momento.

E na apresentação dos resultados e do que está sendo implementado, cada Secretaria, depois o representante de cada Secretaria, terá a oportunidade de apresentar os seus resultados, do que já está sendo executado. E também eu quero registrar aqui que este plano já foi homologado pelo Tribunal de Contas, já saiu o Acórdão publicado no Diário Oficial, o que nos trouxe muita tranquilidade, muita segurança e a certeza de que estamos no caminho certo.

Porque ter um plano de ação, depois de tanto trabalho, aprovado pelo Tribunal de Contas e agora para executar, nos dá assim a segurança de que podemos trabalhar com segurança.

Antes de passar a palavra ainda para professora Elisângela Bernaldino, eu não quero deixar de registrar aqui, eu tenho que registrar aqui também, a participação do Técnico Auditor do Tribunal de Contas, o Leonardo, que trabalhou junto conosco. Eu não estou me lembrando o nome da técnica também que trabalhou conosco e também o Vagner que é muito próximo de nós, do Tribunal de Contas, já está nos acompanhando também em uma outra auditoria do Ensino Médio.

De forma que o trabalho foi concluído, agora será executado e é claro que outras ações também poderão ser acrescentadas ainda a este plano, vindo contribuições e observações ainda a partir desta Audiência Pública. Muito obrigada e com a palavra a Doutora Elisângela.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Só antes da Doutora Elisângela falar, quero registrar a presença da Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, aqui conosco também à Mesa.

Registrar a presença aqui do prefeito, e em seu nome, os demais prefeitos que estão presentes. Obrigado pela sua participação, o Prefeito Giovan Damo, lá de Alta Floresta D'Oeste. O Vereador Edmilson do Voto, em seu nome Edmilson todos os vereadores que estão presentes aqui nessa Audiência. Em nome do Robson, todos os vice-prefeitos. Obrigado pela participação de vocês.

Vocês são pontos fundamentais para que essas ações cheguem lá no município de vocês. Obrigado pela presença.

A SRA. ELIZÂNGELA DE SOUZA BERNALDINO - Boa tarde a todos. Como já me apresentaram, eu sou a Professora Elizângela Bernaldino, vou fazer a apresentação do plano para vocês. Como a professora Irany já mencionou, eu sou professora da rede, professora da rede municipal, da rede estadual. Sou Doutora em Educação Escolar. Tenho Mestrado em Políticas Públicas. E, atualmente, estou na Diretoria-Geral de Educação como assessoria pedagógica da diretoria.

Quero cumprimentar a Mesa, em nome da Professora Irany. Cumprimentar todos os colegas professores que estão assistindo, toda a comunidade que está prestigiando esse momento.

Eu vou pedir licença para colocar a apresentação.

**(Apresentação de slides no telão)**

Bom, nós vamos apresentar, então, o Plano de Ação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Pode passar.

Esse plano foi construído em parceria com as Secretarias Seas, Sesau, Seduc, Sepog com a colaboração da CGE (Controladoria-Geral do Estado). E desse plano, nós temos então ações no curto, médio e longo prazo.

Esse plano tem como objetivo principal a garantia do acesso e da permanência em ambientes inclusivos e no atendimento da integralidade na educação, saúde e assistência social. Nós temos também como propósito contribuir para eliminar, no Estado, as barreiras relacionadas ao desenvolvimento, formação e aprendizagem.

Eu trago aqui a Estrutura Organizacional do plano. Como já mencionaram, o plano já foi homologado. Então, nós partimos de uma auditoria do Tribunal de Contas, pelo Acórdão que é a APL-TC 0321/22, e agora nós temos o Acórdão que homologa o plano que é o Acórdão APL-TC 00073/24.

Na estrutura do plano, nós temos então uma organização de ações no curto, no médio e no longo prazo. Nós temos um quantitativo ali de 35 ações que foram previstas, para serem desenvolvidas nesse período, até 2026, no caso a vigência do PPA (Plano Plurianual), que é 2027.

Nós temos, então, nessa estrutura, a resposta aos achados do Acórdão. Então, dentro Acórdão da auditoria, foram estruturados quatro eixos estruturantes, que são: eixo de institucionalização da política; o eixo de intersetorialidade do atendimento; o eixo de infraestrutura e recursos e o eixo da parte de atendimento desde o nascimento, que seria a política desde o nascimento. Seria o nosso último eixo.

Dentro desses eixos, então, nós temos ali ações em curto prazo, nós temos ações no longo prazo e ações no médio prazo. Vocês vão observar que no nosso plano praticamente todas as ações, com exceção de duas, vão acontecer em médio e curto prazo.

Na estrutura do plano nós também temos o indicativo de conclusão e alguns comentários explicando, detalhando um pouco mais de cada ação. Pode seguir.

Para apresentar esse plano para a sociedade, o Governo do Estado de Rondônia estruturou seis estratégias principais. Como primeira estratégia, nós temos a identificação precoce. E, na identificação precoce nós temos, então, métodos aprimorados para identificação, as avaliações detalhadas e o plano de apoio personalizado.

Nós também temos a integralidade do atendimento como segunda estratégia. E aí nós vamos ter meios informatizados ou ferramentas tecnológicas que vão compor esse atendimento. Além disso, vão haver também ações intersetoriais de acompanhamento da deficiência ao longo da vida.

Na nossa terceira estratégia nós temos, então, a parte de capacitação e formação. Na parte de capacitação e formação, nós temos então os programas de formação, de capacitação e as boas práticas. E dentro dessa estratégia, nós temos, então, os métodos e habilidades necessárias para apoiar a pessoa com deficiência.

Na quarta estratégia, nós temos o ambiente inclusivo. Dentro do ambiente inclusivo nós temos: escolas, salas e ambientes educacionais sendo criados.

Eu vou pedir licença para eu me deslocar da tribuna e fazer a apresentação de frente para o telão, que fica melhor, para eu visualizar o slide. Pode ser?

Então, vamos. Só volta um slide, por favor, para eu falar dos outros dois últimos.

Então, nós temos ali parceria interinstitucional que vai falar das parcerias, que vão ser realizadas entre Seduc Seas, Sesau, municípios e outras entidades relevantes. E aí nesse eixo estratégico, nós temos ações que vão integrar a família, a escola, a saúde e a assistência social. E no nosso último eixo, que é a sensibilização pública, tem as campanhas de sensibilização para a promoção e aceitação das diferenças. Pode seguir.

Agora, eu vou apresentar as ações organizadas por eixos. Antes de eu seguir parte do eixo estratégico, na estruturação do plano nós temos uma organização que traz os

eixos da auditoria, que são os quatro eixos e nós temos os quatro eixos e as seis estratégias, que são as estratégias que o Governo do Estado desenhou para responder todas as ações que nós temos no plano.

Então, dentro dessas estratégias, eu estou agora apresentando a distribuição dessas ações. Então, não necessariamente, elas virão aqui numa ordem sequenciada, mas estarão numa ordem cronológica, começando por ações que estão sendo executadas.

Aqui nós temos, então, a primeira ação em curto prazo do eixo identificação precoce. E aí eu trago uma ação que está lá no Quadro 9. É uma ação entre Secretarias, ou seja, vai integrar todas as Secretarias envolvidas no plano, como responsáveis e corresponsáveis, e nós temos aqui: elaborar a avaliação diagnóstica da política de educação inclusiva. Nessa ação nós temos, então, como fazer um desdobramento de subações de processos que vão ser feitas para que nós alcancemos a ação final.

Então, vamos selecionar as variáveis de interesse, identificar as bases existentes, fazer o tratamento dos dados, ter a parte de elaboração de questionário, aplicar o questionário, e a redação do relatório final.

O prazo para essa ação é até agosto de 2024, e aqui, eu trago detalhamento de qual situação atendida essa ação atende no relatório da auditoria. Pode seguir.

Uma outra ação em curto prazo, também do eixo de identificação, nós temos uma ação que é de responsabilidade da Seduc. Essa ação está no Quadro 11 do plano, e é revisitar a Meta 4, que é a meta do Plano Estadual de Educação.

Para essa ação nós temos o prazo até agosto de 2024. Ela é uma ação que permeia a análise dos relatórios anuais, a elaboração de relatório técnico, e nós temos como indicativos de conclusão que a meta do Plano Estadual, que é a meta 4, seja reestruturada e revisada com estratégias para atender essa necessidade que será levantada nesse relatório.

Nós temos uma outra ação, em curto prazo, e, aí, antes de eu falar dessa ação, eu queria fazer um esclarecimento. Dentro desse eixo de identificação que é a nossa 1ª estratégia de identificação precoce dos dados, das informações, nós temos, a curto prazo, sete ações; e três ações a médio prazo. Então, a identificação precoce é uma estratégia que nós atendemos de forma mais imediata.

Nessa ação proposta aqui, nós temos no Quadro 14, uma ação da Seduc que consiste em visitar o processo de formulação, implementação e avaliação da política pública de educação inclusiva. Essa ação também tem como prazo agosto de 2024, tem um desdobramento que consiste em realizar o levantamento junto às escolas, levantar e apresentar a necessidade de recursos humanos, a necessidade de infraestrutura, a acessibilidade e as necessidades de recursos financeiros e materiais pedagógicos e a necessidade de profissionais para o atendimento nas salas de recursos multifuncionais e nas salas de AEE. Isso nas escolas da rede estadual.

Ela também prevê a escuta da comunidade com instrumentos específicos. Então é uma ação que desdobra. E o prazo final é agosto de 2024. Pode seguir.

Nós temos também como outra ação em curto prazo, que está no quadro 18. Ela é uma ação entre Secretarias, que consiste em desenvolver o Sistema Integrado da Educação

Especial. Esse sistema é uma das entregas prioritárias dentro do plano, por quê? Porque o sistema vai solucionar boa parte do que foi levantado na auditoria do TCE (Tribunal de Contas do Estado).

Então aqui nós temos: criar um banco de dados com informações do público alvo; ter a sistemática de registro em colaboração. Então, é um sistema que integrar as três Secretarias, vai dispor também de dados no futuro, a longo prazo, também das redes municipais.

E aí nós temos, além dessa sistemática de registro, a sistemática de busca, coleta, tratamento e acesso dessas informações e a capacitação para alimentação dos dados. Então, o sistema parte de um piloto que será feito ainda esse ano, na cidade de Porto Velho, e aí a partir desse piloto, ele vai ser ampliado para os outros municípios no longo prazo.

Então nós temos aqui, para esse primeiro momento que é o desenvolvimento do sistema, dezembro de 2024 como prazo para a gente implantar o piloto em Porto Velho. Pode seguir.

Agora eu vou apresentar as ações no médio prazo. Como eu disse, são três ações específicas dentro do eixo estratégico, que é a identificação precoce. Então, a primeira ação em médio prazo que nós temos dentro da identificação precoce é a implementação de processos e operações necessárias à avaliação e monitoramento da política pública. Para essa ação, nós temos o prazo de dezembro de 2025.

Então, ela é uma ação no médio prazo que vai para 2025. E consiste em elaborar o plano de implementação com estratégias, processos e operações; estabelece o monitoramento; estabelece o monitoramento e avaliação

quadrimestral da política; e a operacionalização de instrumentos técnicos e pedagógicos. Como eu mencionei, é uma ação que tem médio prazo para 2025.

A segunda ação em médio prazo, ainda do eixo de identificação precoce, nós temos: estabelecer novas metas e estratégias no Plano Estadual de Educação. Aí eu quero fazer um adendo aqui, que no curto prazo, então, foi feito o mapeamento, foi feito o levantamento, foi estudado, revisitadas as metas, meta 4 do PEE (Plano Estadual de Educação). No médio prazo, então, serão estabelecidas novas metas e estratégias no Plano Estadual. Essa ação está no Quadro 30.

E aí, como desdobramento está previsto: a participação nas Conferências Nacionais e Estaduais e a elaboração e adequação de metas e estratégias com base no diagnóstico que foi feito lá no curto prazo e na situação orçamentária, mediante o programa financeiro que foi criado. O prazo para essa ação é até dezembro de 2025. Pode seguir.

Agora eu vou apresentar as ações de integralidade do atendimento. Essas ações de integralidade do atendimento têm, no plano é uma das que têm mais ações, então nós vamos ter dentro dos seis eixos estratégicos do plano, tendo mais ações na parte da integralidade do atendimento e no ambiente inclusivo. Então, boa parte das nossas ações vêm para atender a demanda da integralidade do atendimento e do ambiente inclusivo. Boa parte, a grande maioria das nossas ações estão concentradas nesses dois.

Na integralidade do atendimento nós temos dez ações previstas. Dentro dessas ações que estão planejadas ali dentro do plano, nós temos sete no curto prazo e três no médio prazo. Então, boa parte das ações da Secretaria de Estado da Educação, que prevê a integralidade do

atendimento e das demais Secretarias – Seas, Sesau, Sepog – serão desenvolvidas em curto prazo.

Então, como primeira ação em curto prazo, é uma ação que vai integrar as demais Secretarias, então vai envolver todas as Secretarias que estão vinculadas no plano, que é destinar dotação e recursos financeiros para atender a demanda da educação inclusiva. Aqui tem o programa orçamentário e as ações financeiras que vão ser destinadas, no caso da Seduc, a criação do programa no PPA; no caso da Seas, a criação do programa do PPA; e a Sesau prevê ações que vão abranger o desenvolvimento da política de saúde mental e o fortalecimento da atenção à saúde da pessoa com deficiência.

Essa ação tinha como prazo agosto de 2023. Então, é uma ação que já está implementada no PPA vigente do Governo do Estado. Pode seguir.

A segunda ação em curto prazo, que é de responsabilidade da Seduc, consiste em ofertar à pessoa com deficiência condições e procedimentos adequados e prioritários para o acesso e permanência na rede pública estadual.

Para essa ação que está no Quadro 3 do Plano, nós temos então, a implementação da chamada escolar pública online; a condução de meios e processos para a matrícula prioritária por localização geográfica e o mapeamento das unidades escolares, considerando o quantitativo de estudantes matriculados em escola distante da sua residência; e também, a garantia da transferência para uma escola próxima à sua residência; e a inclusão em salas com condições, para que esse aluno tenha o pleno desenvolvimento da sua aprendizagem. Essa ação está prevista para abril de 2024.

Essas ações vão aparecer mais no próximo relatório que nós vamos apresentar, então, eu vou dar mais detalhes nessa apresentação, então eu não vou prolongar aqui, mas nós já temos dados dessa chamada implementada na nossa rede.

Aqui, como ação em curto prazo da Sesau, de responsabilidade da Sesau, realizar diagnóstico para estudantes da rede de ensino com distúrbios de neurodesenvolvimento. Essa ação tem como prazo, dezembro de 2024. É uma ação que consiste em realizar ações de fechar laudos para crianças e adolescentes em idade escolar. E aí nós temos aqui o indicativo no Município de Cacoal, mas isso já está para além disso, não é? E de acordo com os critérios de acesso ao Sistema Nacional de Regulação do SUS.

Então, aqui nós temos, Regionais de Saúde, que é a Região Central; Região do Café; Região do Cone Sul; Vale do Jamari; Zona da Mata e Madeira Mamoré, que são as regiões que serão contempladas com as ações do "Fechar Laudo". E o prazo é dezembro de 2024. Pode seguir o slide.

Com ação em curto prazo de responsabilidade da Seduc, no Quadro 6, nós temos a sistematização, implementação e institucionalização do Plano de Atendimento Educacional Especializado, que é o PAEE, nas escolas da rede pública estadual. Essa ação tem como prazo abril de 2024. Então, é uma ação que já está implementada, e nós traremos detalhes dela na apresentação do relatório.

Então, nós temos: elaborar o documento pedagógico do PAEE; criar os instrumentais pedagógicos para implementação do PAEE; articular junto às escolas a integração da família atípica: pais, mães e o responsável no processo de

implementação; e regulamentar a execução do PAEE na Rede Estadual.

E por fim, essa é uma ação que eu queria fazer um esclarecimento, que ela vem aqui dentro, mas ela é uma ação que chega já em uma transição do curto para o médio prazo, que é a realização de processos formativos continuados para professores e técnicos do Ensino Médio regular, com vistas à elaboração do PAEE. Então, é uma ação que vai perpassar tanto o curto quanto o médio prazo.

Na outra ação, essa no Quadro 7, vai integrar todas as Secretarias. Então, é uma ação que integra a Seduc, a Seas, a Sepog e a Sesau; e consiste em definir as atribuições da Secretaria na atuação da Educação Especial, na perspectiva inclusiva. Essa ação tem previsão, agora, para agosto de 2024.

É uma ação que consiste no mapeamento das competências e dos fluxos de macroprocessos de cada Secretaria e partindo disso, será feito uma reformulação, implementação de forma intersecretorial com a integração das três unidades. E para isso, será levado em consideração também a governança multinível da política.

Também será criado, revisado, a normativa que preveja as atribuições, competências e responsabilidade de cada Secretaria; implementado no Estado essa normativa, e aí, com as atribuições, competências e responsabilidades, e também será criado um fluxograma por meio de normativa específica para sistematizar o atendimento na Gerência de Educação Especial (GEES) e nos Centros de Formação e Recursos da Educação Especial (CEFOREE). Ambos vinculados à Secretaria de Estado da Educação. O prazo é até agosto de 2024. Pode seguir.

Outra ação em curto prazo de responsabilidade da Sesau, está no Quadro 8 do plano. Consiste em revisar o atual fluxo de referência para o atendimento nos centros especializados de reabilitação, tanto municipal, quanto estadual.

Para essa ação nós temos como prazo junho de 2024, e ela consiste no desdobramento de diagnóstico situacional da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e na realização de reuniões, reuniões técnicas, os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social; com o CERO (Centro de Reabilitação de Rondônia); reunião técnica com o grupo condutor, e aí o grupo condutor, a primeira e a segunda reunião.

Como indicativo de conclusão, a partir deste desdobramento de ação, nós temos, então, um novo fluxo de referência para o acesso ao serviço de reabilitação e esse fluxo atenderá todas as idades, todos os tipos de deficiências temporárias e permanentes. Pode seguir.

Uma outra ação em curto prazo está no Quadro 8, está repetido esse daí. Pode passar, por favor.

A outra ação é a Seduc, que tem como responsabilidade fortalecer a gerência de Educação Especial. É o Quadro 16, essa ação está no Quadro 16. O prazo é junho de 2024.

E ela tem um desdobramento que seria: o mapeamento do quantitativo de professores lotados e as atividades desenvolvidas; adequação desse quantitativo de professores; e a lotação mediante alteração da legislação vigente de servidores estatutários e/ou contratar profissionais qualificados para atuar no setor em áreas prioritárias. Então, para o fortalecimento da gerência de Educação Especial, tem o planejamento dessas três ações.

Agora eu vou apresentar as ações de médio prazo. A ação de médio prazo está no Quadro 25, que é uma integração entre as Secretarias e prevê, então, a implementação do Sistema Integrado.

Vou fazer um adendo aqui, que no curto prazo nós desenvolvemos o sistema, nós fizemos o piloto. E agora, no médio prazo, nós vamos fazer a implementação desse sistema, o planejamento, o monitoramento e avaliação dos resultados.

O médio prazo tem uma previsão aí, para dezembro de 2025, para a gente fazer a entrega da implementação desse sistema.

E para essa implementação nós temos: a elaboração da normativa entre as Secretarias que vai prever o atendimento, como vai funcionar, alimentação e sistematização dos dados; a definição dos processos prioritários no curto, médio e longo prazo; a capacitação dos profissionais da Seduc, Sesau e Seas para operacionalização e alimentação dos dados do SIEES (Sistema Integrado de Educação Especial); a habilitação do o SIEES, para funcionamento em escolas; alimentação dessas informações sobre o público alvo; e a apresentação do de relatórios quadrimestrais e a sistematização dos dados disponível.

Além disso, dentro, vamos ter uma ação que é criar o sistema *mobile* próprio para o acompanhamento dos pais e estudantes. Essa ação do sistema *mobile* vem atender um pedido da comunidade atípica feito dentro do momento de apreciação e contribuições do plano. O prazo que nós temos aqui é até dezembro de 2025. Pode seguir.

Ações em médio prazo nós temos no Quadro 27 ações entre Secretarias. Nós temos ali, modernizar o planejamento da política de Educação Especial Inclusiva.

Para essa ação nós temos como desdobramento: implementar através do sistema do SIEES, uma sistemática de avaliação, planejamento, diagnóstico de problemas e identificação do público-alvo; temos a modernização do processo de planejamento com estratégias, ações e metas no médio e curto prazo; e a disponibilidade desses dados de uma forma integralizada.

Aqui, eu também vou fazer um adendo, como eu já tinha mencionado na ação de curto prazo, o SIEES é uma das principais entregas que nós estaremos fazendo perante o plano, tendo em vista que através dele a gente alcança boa parte dos achados de auditoria referente a essa integração também. Podemos seguir.

Nós temos aqui, outra ação em médio prazo, no Quadro 28, lembrando que eu ainda estou na integralidade do atendimento, que é o nosso eixo dois.

Dentro dessa integralidade, nós temos também a implementação do fluxo de referência para o atendimento nos Centros Especializados. Dentro desse Centro, nós temos como ação de responsabilidade da Sesau e o desdobramento nós vamos ter: a pactuação na Reunião de Comissão Intergestores Bipartite, que é a CIB; e vamos ter a implementação do fluxo para quatro modalidades previstas na rede de atenção à pessoa com deficiência.

Esse trabalho será conjunto com a Central Estadual de Regulação e vai visar a otimização do acesso aos Centros Especializados de Reabilitação, que são CER municipal e estadual.

E aí nós temos como indicativo de conclusão ao final da implementação desse fluxo de referência, nós vamos ter, então, um novo fluxo proposto para o acesso aos serviços nos CER, tanto municipal quanto estadual, aprovado na CIB,

e o fluxo em funcionamento nos CER e CERO (Centro de Reabilitação de Rondônia) do estado.

Agora eu vou entrar no terceiro eixo, que é a nossa estratégia de formação e capacitação. Nesse eixo, nós temos ações no curto e no médio prazo. Esse eixo não tem tantas ações como teria na parte da integralização, mas são ações bem consistentes.

Nós temos aqui nesse eixo de formação e capacitação, uma ação no curto prazo e duas ações no médio prazo. Pode seguir.

Aqui nós temos, no curto prazo, uma ação de responsabilidade da Seduc, que consiste em ofertar capacitação e formação continuada em serviço.

Aqui eu vou fazer outro adendo. Como eu mencionei na minha fala inicial, quando eu apresentei o eixo estratégico. Não temos muitas ações, mas elas se desdobram muito e são bem consistentes em seus desdobramentos.

Então, quando a gente fala aqui "ofertar capacitação e formação continuada em serviço", nós temos ações de mapeamento de áreas prioritárias para realizar essa capacitação e formação em serviço. Nós temos a elaboração do plano de atendimento educacional especializado. Temos a formação continuada em serviços e orientações técnicas educacionais, considerando as necessidades que vão ser identificadas no estudo de impacto; considerando o tipo de deficiência; considerando o currículo, as metodologias indicadas para o atendimento individual e no grupo. Tem ações de promoção de cursos, oficinas e palestras com a finalidade de redimensionar as práticas pedagógicas e o planejamento dessas atividades.

Tem a oferta de cursos e oficinas de capacitação de forma compartilhada e integrada com as Secretarias Seas e Sesau, pensando em orientações relacionadas ao atendimento multidisciplinar. Tem ações relacionadas à oferta de cursos de capacitação com temáticas relacionadas à acessibilidade e ao desenvolvimento de estratégias que possam trabalhar a inclusão do estudante com deficiência.

Nós temos o prazo, de uma ação de curto prazo, que vai se desdobrar até dezembro de 2024. Pode seguir.

E aí eu trago ação de médio prazo. Então, partindo da oferta desses processos formativos, nós temos uma ação integrada entre as três Secretarias. Nós temos que institucionalizar e ampliar os processos de capacitação e formação continuada em serviços, dos profissionais que atuam na Educação Especial.

Aquí eu também vou fazer um adendo, que nós temos uma ação de médio prazo da Seduc que atende toda a rede pública estadual e nós vamos para uma ação em médio prazo que vai integrar todas as Secretarias que tem o objetivo de institucionalizar e ampliar esses processos de formação.

Volta para mim, por favor. Volta só um slide. Dois, na verdade. Próximo.

Então, aqui nós temos na institucionalização vai ter uma regulamentação mediante Portaria. Nós temos a oferta de processo formativo continuado e especialização *Latu sensu*. Nós temos a capacitação para o uso de tecnologias assistivas, tem o planejamento de criar e institucionalizar o Programa Intersetorial de Boas Práticas em Educação Inclusiva (PIBPEI); oferecer qualificação para os profissionais lotados na Educação Especial em nível de pós-graduação. Articular o apoio entre o Governo do Estado, Assistência e Desenvolvimento Social nos processos

formativos voltados à Educação Especial. E a realização do nosso Congresso Estadual de Educação Especial voltado ao aperfeiçoamento e disseminação das boas práticas em educação inclusiva.

Quero reforçar aqui que essa ação prevista no Quadro 23 está lá posta, planejada, é uma ação que vai integrar todas as Secretarias diretamente envolvidas no plano.

E a nossa última ação do eixo capacitação e formação, nós temos: reforçar e qualificar a estrutura de pessoal da Gerência de Educação Especial.

Essa é uma ação da Seduc, que está como responsável. Consiste no desdobramento de oferecer ações de capacitação necessárias à implementação do Plano de Redução Comportamental, que é o PIC. E implementar os PIC's em escolas da rede pública estadual.

Também prevê, dentro do desdobramento dessa ação, a capacitação para equipe técnica da Gerência. Então, é o início. Vai haver a capacitação técnica da Gerência de Educação Especial e essa capacitação será estratégia para garantir a implementação eficaz, porque a equipe capacitada consegue trabalhar nessa implementação junto às escolas da rede.

Além disso, vai oferecer a qualificação para os profissionais lotados na Gerência em nível de capacitação e de pós-graduação. O prazo para essa ação, como é uma ação no médio prazo, é até dezembro de 2025. Pode seguir.

Temos, então, agora quarto eixo estratégico, que é o ambiente inclusivo. O ambiente inclusivo, como a integralidade do atendimento, tem muitas ações. Então, em ordem cronológica, ambiente inclusivo tem dez ações previstas que contemplam a parte do ambiente inclusivo e

integralidade do atendimento tem nove. Então, dentro do ambiente inclusivo com dez ações planejadas, nós temos ali sete ações no curto prazo e três ações no médio prazo.

A primeira ação no curto prazo está no Quadro 10. Consiste em colocar em funcionamento mais Salas de Recursos Multifuncionais. Para essa ação nós temos como desdobramento mapear os espaços existentes para implantação ou reativação; elaborar os projetos para reativação das salas; estabelecer as parcerias; ofertar estágio remunerado aos acadêmicos de Pedagogia para atender às necessidades educacionais do estudante da Educação Especial; e implantar Salas de Recursos Multifuncionais aproveitando os espaços existentes na escola. Nós temos como prazo, aqui, dezembro de 2024.

Aqui, como outra ação em curto prazo, ampliar as aquisições de equipamento na área de deficiência visual. Essa ação está prevista no Quadro 13. É uma ação de responsabilidade da Seduc e tem como desdobramento a aquisição de novos equipamentos OrCam's para atender a necessidade do estudante com deficiência visual.

Para essa ação, nós temos como um ponto de partida, prover meios para o levantamento prévio de dados. Então, mais uma vez o sistema vai nos auxiliar bastante nesse levantamento de informações do quantitativo de alunos que serão atendidos anualmente.

O indicativo de conclusão é equipamentos na área da deficiência visual adquiridos. Pode seguir.

Outra ação em curto prazo de responsabilidade da Sesau consiste em estruturar o Centro de Reabilitação de Rondônia, que é o CERO. Para essa reestruturação e essa estruturação do Centro, é importante considerar que o atendimento será disponibilizado mediante oferta de vagas

no Sistema Nacional de Regulação (SISREG). Por isso, ele segue o princípio da equidade.

Há de se considerar, então, a contratação de profissionais – e, aí, psicólogos com especialização em neuropsicologia, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo – para integrar a equipe multiprofissional do CERO. Além disso, também fazer aquisição de testes para avaliação dos pacientes com deficiência intelectual.

Agora eu vou falar sobre as ações de médio prazo. Então, eu tenho uma ação em médio prazo de responsabilidade da Sesau, que tem como descrição identificar viabilidade para implantação de um Centro de Referência para diagnósticos de transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades.

Essa é uma ação que está no Quadro 22. Ela prevê a realização de um estudo de viabilidade para levantamento de dados, e, a partir dessa avaliação diagnóstica é que será analisada essa viabilidade da implantação.

Vai ser feito a emissão de um relatório conclusivo do estudo e encaminhado ao gestor. Para isso precisa-se considerar a necessidade de implantação do Centro e equipe multiprofissional especializada para atendimento aos transtornos do neurodesenvolvimento, que, tipicamente, se manifestam na infância antes de a criança ingressar na fase escolar.

E aí, como indicativo de conclusão, nós temos um estudo de viabilidade concluído.

Outra ação em médio prazo da Seduc consiste em estrutural e Centro de Formação e Recursos da Educação Especial nos municípios de Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena.

Essa estruturação dos Centros prevê a implantação do centro na cidade de Ji-Paraná e Vilhena – porque em Porto Velho já tem um Centro, vai ter apenas a reestruturação na cidade –; selecionar os profissionais para atuar nos Centros de Formação e nos polos, tanto de Ji-Paraná quanto de Vilhena e de Porto Velho; e a institucionalização do CEFORRE por meio de dispositivo legal.

Como um indicativo de conclusão, nós temos aí os Centros de Formação e Recursos da Educação Especial devidamente implantados, institucionalizados e em funcionamento. Pode seguir.

Outra ação em médio prazo – e eu acredito que já finalizando esse eixo do ambiente inclusivo –, é melhorar a infraestrutura das escolas com acessibilidade arquitetônica. Essa ação está no Quadro 31, é de responsabilidade da Seduc.

O desdobramento dela consiste em revitalizar o espaço físico ou reformar, adquirir equipamentos mobiliários e materiais. E o indicativo de conclusão dessa ação é espaço físico revitalizado, reformado, conforme a necessidade levantada no estudo diagnóstico da rede. E equipamentos, mobiliários e materiais adquiridos conforme também a necessidade levantada.

Aqui eu tenho ações em médio prazo: aumentar a disponibilidade de professores especializados na área da Educação Especial para atuar no Atendimento Educacional Especializado. Então, aqui eu tenho uma ação no Quadro 32, é uma ação de responsabilidade da Seduc, que consiste em promover alteração na legislação vigente, ou seja, o processo seletivo ou concurso público para provimento e lotação de profissionais para atuar no AEE; aumentar, mediante alteração na legislação vigente, o número de

profissionais especialistas; e fornecer, em parceria com a equipe multidisciplinar, capacitação na área de Educação Especial para novos professores que vão atuar no AEE. Pode seguir.

Ação em médio prazo: ampliar o quantitativo de salas de recursos multifuncionais. Está no quadro 33. É também uma ação de responsabilidade da Seduc, que consiste em implantar novas salas de recursos, reformar ou revitalizar as salas. E o indicativo de conclusão são as salas implantadas, reformadas e revitalizadas conforme a necessidade. Pode seguir.

Nós temos outra ação de responsabilidade da Sesau que é fornecer e ampliar serviços de estimulação precoce no Centro de Reabilitação de Rondônia, que é o Quadro 34. Nessa ação nós temos então a aquisição de recursos pedagógicos para auxiliar nas terapias; realizar a reforma estrutural das salas; fornecer habilitação técnica na área para os profissionais do CERO; contratar profissional com expertise na área. E o indicativo de conclusão que seriam as duas salas de estimulação precoce no Centro de Reabilitação de Rondônia.

Antes de eu prosseguir, eu quero fazer só uma correção no eixo de ambiente inclusivo, que eu inverti. Então, nós temos três ações no curto prazo e sete ações no médio prazo. Porque como o ambiente inclusivo envolve infraestrutura, então acaba que as ações demoram um pouco mais. Então, fazendo a correção, são três ações no curto prazo e sete ações no médio prazo. Pode seguir.

Aí aqui eu tenho parceria interinstitucional, que é o nosso quinto eixo estratégico. E aí nesse eixo nós vamos ter ações em curto e longo prazo. Pode seguir.

Ação em curto prazo sobre a parceria interinstitucional, nós temos no Quadro 15 uma ação de responsabilidade da Seduc, que é implantar a política de Educação Especial Inclusiva de forma intersetorial. Para essa ação nós temos como desdobramento: instituir a comissão; dispor de canais e ferramentas digitais de tecnologia integradas entre as Secretarias; estabelecer por meio de dispositivo legal a regulamentação e a especialização em áreas prioritárias; e desenvolver na comunidade escolar palestra de sensibilização e campanhas. O prazo para essa ação é dezembro de 2025.

Aqui nós temos: estabelecer regime de colaboração entre Seduc e as redes municipais. É uma ação que está no Quadro 21. O desdobramento dela prevê a oferta de cursos profissionalizantes aos estudantes mediante essas parcerias; a produção de materiais didáticos acessíveis, considerando a avaliação diagnóstica que foi feita; a oferta de capacitação aos profissionais da Educação e equipe multidisciplinar. A previsão, dezembro de 2024. É uma ação no curto prazo e é de responsabilidade da Seduc. Pode seguir.

Agora eu trago ações de longo prazo. E aqui eu vou fazer novamente um esclarecimento. Eu disse na minha fala inicial que nós temos durante as 35 ações do plano, somente duas ações no longo prazo. E eu vou apresentar elas agora para vocês.

Então, nós temos: articular o fluxo da sistemática de informações do Sistema Integrado de Educação Especial com as redes municipais de Educação. Novamente, aqui faço um adendo que no curto prazo a gente implementa o piloto; no médio prazo isso estende para os municípios da rede estadual, rede pública estadual; e no longo prazo nós temos a integração com as redes municipais de Educação.

Para esse desdobramento nós temos, então, a criação do fluxo de dados do estudante; habilitação do sistema; aumentar essa previsão entre as Secretarias e os municípios com a previsão quantitativa de matrículas na rede estadual de crianças da Educação Especial; e dispor dessa integralização com as redes municipais, compondo dados e informações sobre a previsão quantitativa de matrícula. Essa ação vai entrar 2027 porque é uma ação de longo prazo.

A nossa segunda ação em longo prazo: implementar em regime de colaboração com os municípios, o Plano de Capacitação Multidisciplinar. Ele está no Quadro 36, e é uma ação que integra Secretarias e municípios. E o desdobramento dela consiste em oferecer a capacitação e aperfeiçoamento profissional; implementar o plano de capacitação, e aí nesse plano de capacitação, são considerados custos de especialização na área, em Educação Inclusiva para o cuidador, os professores e especialistas. Além disso, será feito a articulação para ampliar esse atendimento da equipe multiprofissional. Pode seguir.

Nosso último eixo - já finalizando a apresentação, esse vai ser mais breve -, que são ações em curto prazo. Nós temos, então, sensibilização pública, que só tem ações em curto prazo.

Ação em curto prazo de responsabilidade da Seas: sensibilizar os municípios no âmbito do SUS e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), a promover o compartilhamento de dados com Seduc; Sesau e Seas, relativo às pessoas com deficiência em idade escolar.

Como desdobramento, nós temos a inserção da temática nas pautas de discussão da CIB/SUS/RO; a inserção também na CIB/SUAS/RO; a proposição em CIB, tanto no SUS, quanto no SUAS, o modelo de parceria por meio de termos de cooperação

técnica; e a mobilização dos gestores municipais do SUS e do SUAS para assinatura dos termos de cooperação técnica.

Aí nós temos, como ação no curto prazo de responsabilidade da Seas: estimular os municípios aderentes a incentivar as gestantes para que realizem o pré-natal adequado, por meio do "Programa Mamãe Cheguei", e promover o fortalecimento de vínculos parentais. Essa ação está no Quadro 19 - como eu mencionei, é de responsabilidade da Seas.

É uma ação que prevê a produção de materiais informativos e a inclusão da pauta da pessoa com deficiência; ações que podem colaborar com isso, a partir desse desdobramento: o "Programa Mamãe Cheguei", que estimula adesão ao pré-natal; a identificação de viabilidade da implantação de um Centro de Referência para diagnósticos. E o indicativo de conclusão é a distribuição de material gráfico a 100% dos municípios do Estado e o apoio na assessoria e monitoramento também, dos 100% dos municípios do Estado.

Outra ação em curto prazo: estimular os municípios a promoverem a execução de programas e serviços, que envolve a estimulação precoce do público do SUAS. Nesta ação, que é de responsabilidade da Seas, nós temos a realização de encontros, capacitações e assessoramento; a oferta de serviços e programas da primeira infância. e nesse ponto em específico, eu tenho três adendos a fazer.

Primeiro, a Seas tem um pilar essencial que é a matricialidade sociofamiliar e a promoção da sua capacidade protetiva, e para isso, ela tem como estratégia o "Programa Criança Feliz" (PCF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Um outro adendo, é o apoio às famílias. Então, eu tenho: a Proteção Social Básica (PSB), e através da proteção social básica - por meio dos centros de referências que são os CRAS -, são ofertados: Serviços de Proteção e Atenção Integral às Famílias (PAIF); Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), e Serviços de Proteção Social Básica no Domicílio.

Na Seas, por meio também da Proteção Social Básica, nos CRAS em específico, também há o "Bolsa Família"; a "Criança Feliz", a "Mãe Cheguei" e o "Crescendo Bem", como adendos para as ações que vão reforçar esse estímulo entre os municípios. Pode seguir.

E aí finalizando a apresentação do plano, eu trago aqui um texto que está no nosso plano. Eu vou pedir licença para eu fazer leitura dele na íntegra, que é o nosso convite.

Convidamos o cidadão rondoniense, em especial a comunidade atípica, para participar em conjunto com o Governo do Estado de Rondônia nesse movimento inclusivo, em prol da Educação Especial.

Este convite é porque acreditamos que coletivamente podemos construir na perspectiva inclusiva, novos olhares, novos ambientes, novas oportunidades e transformar o atendimento em educação, saúde e assistência social para o público da Educação Especial no nosso Estado de Rondônia.

Juntos, podemos criar um ambiente social, justo, ético, democrático com igualdade de oportunidades, de inclusão e de formação integral.

Em nome das Secretarias, Seas, Seduc, Sesau, Sepog, CGE e o Governo do Estado de Rondônia, agradeço pela atenção.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Doutora Elizângela Bernaldino, pela apresentação. É uma apresentação com bastante conteúdo.

Temos, como disse a Doutora Luciana, um plano de ação homologado, agora, pelo Tribunal de Contas, em que a sociedade rondoniense terá um documento oficial do governo daquilo, que o governo quer implementar como política pública na Educação Especial, na educação inclusiva.

Retorno a palavra à professora Irany para fazer as considerações.

Eu queria convidar a Doutora Yvonete, que é do Ministério Público de Contas para tomar assento conosco aqui. Ela participou desse plano juntamente com o Tribunal de Contas do Estado. Muito importante a presença da senhora aqui nossa Mesa. Por favor.

Professora Irany, com a senhora.

A SRA. IRANY OLIVEIRA LIMA MORAIS - Então, antes de dar prosseguimento como está programado na sequência da apresentação do primeiro monitoramento, eu quero aqui registrar, registrar não, justificar a não presença da nossa Secretária de Educação, aqui neste evento, na apresentação do plano.

Ela acompanhou todo esse procedimento de perto, participou de várias reuniões também conosco no TCE. Mas ela encontra-se em viagem à frente do CONSED, e, atualmente, também ela está exercendo a função de Vice-Presidente do CONSED, que é o Conselho Nacional dos Secretários de Educação, na região Norte, e então, agora, é

uma soma também de outras atribuições, além da Secretaria de Educação.

Consideramos também uma honra ter a nossa Secretária como Presidente do CONSED na região Norte e coincidiu essas agendas, e ela não pôde estar conosco aqui. Mas, está nos acompanhando também, e estava preocupada com esse dia, com essa apresentação.

E nós a tranquilizamos, que estava tudo sob controle, tudo tranquilo. E estamos aqui hoje, e eu queria fazer esse registro por ela não estar conosco aqui, mas também por ter acompanhado e dado todo o suporte para que esse plano fosse elaborado e consolidado como está acontecendo hoje.

E eu quero consultar o deputado se nós prosseguimos com apresentação monitoramento agora?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente)- Pode prosseguir, e depois nós vamos passar para o Tribunal de Contas.

A SRA. IRANY OLIVEIRA LIMA MORAES - Então, como foi planejado na sequência. Nós vamos retornar a palavra para a professora Elisângela Bernaldino que vai apresentar o monitoramento das ações da Seduc e sequencialmente as outras Secretarias vão apresentar também.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente)- Só quero, antes da Doutora, dizer a todos que nós vamos disponibilizar esse material que foi apresentado pela Doutora Elisângela.

Nós vamos disponibilizar via WhatsApp às pessoas que se interessarem. Pode deixar aqui o número com a nossa

assistência, com o Cerimonial, aí a gente consegue disponibilizar.

A SRA. ELIZÂNGELA DE SOUZA BERNALDINO - Então, vamos lá, novamente quero agradecer a oportunidade, e vamos iniciar a apresentação do relatório. Esse relatório integra todas as ações das Secretarias.

E aí nós temos uma dinâmica diferente nessa apresentação do relatório, porque eu vou fazer a parte da apresentação da Seduc. E nós temos na sequência, outras técnicas e pessoas que foram determinadas ali para apresentar Seas, Sesau e Sepog. Então, eu vou fazer a apresentação iniciando a parte da Secretaria de Estado da Educação. Então pode seguir.

O nosso primeiro relatório, que trata sobre a Política de Educação Especial, vai trazer, no caso da Secretaria de Estado da Educação, de abril de 2023 até abril de 2024. Então, a gente traz aí resultados de um período de um ano de ações que foram desenvolvidas.

Esse relatório vai integrar, como eu já mencionei, as Secretarias da Sesau, Seas e Seduc.

Eu trouxe também, novamente, como estratégia, para apresentar pensando numa forma mais didática, para que também a Comunidade possa acompanhar. A gente também está trazendo por eixos estratégicos.

E aqui eu trago, quantitativo já, desses eixos. Então, novamente, os eixos vão aparecer na minha fala aqui do relatório da Seduc.

Quero fazer um adendo aqui que, nesse primeiro momento, nós não vamos contemplar o eixo de sensibilização

pública, porque são ações que a Seas vai falar com mais detalhes, mesmo integralizando com as outras Secretarias. Então, é um eixo que nós não vamos contemplar aqui.

Nossos eixos serão: identificação precoce e avaliação, integralidade do atendimento, ações de formação e capacitação, ambientes inclusivos e parceria interinstitucional.

Quero reforçar aqui que a Secretaria de Estado da Educação tem ações já realizadas em cinco dos seis, de forma específica e ações que vão também ser intersetoriais com as demais Secretarias.

Ali eu trago a foto da equipe da Gerência de Educação Especial. E hoje no organograma da Secretaria nós temos uma coordenação que é a CMDE, que é a Coordenação de Modalidades e Diversidades da Educação. Dentro da coordenação nós temos a Gerência de Educação Especial, que é vinculada à Diretoria de Educação, que é a DGE, Diretoria-Geral de Educação.

Então, eu vou falar aqui do primeiro eixo que é a identificação precoce e avaliação.

Nesse primeiro eixo, nós temos uma ação que foi realizada no curto prazo. Essa ação ocorreu em março de 2024 que consistiu em revisitar a meta 4 do PEE. É uma ação que está no Quadro 11. E para essa ação, nós temos já como resultados, que foi revisitado o último relatório de monitoramento da meta 4. Esse relatório é datado de setembro de 2023. Nesse relatório, nós temos três indicadores, que são os indicadores 4A, 4B e 4C.

No indicador 4A, fala do percentual da população de 4 a 17 anos. Então, foi feita uma análise e foi observado a ausência de dados recentes no censo demográfico, o que

estava inviabilizando a análise mais propriamente desse indicador.

No indicador 4B, que fala sobre o percentual de matrícula de aluno de 4 a 17 anos, foi identificado que no período entre 2021 e 2022 houve um aumento do número de matrículas em classe comum, e isso ultrapassou a meta que estava prevista. Então, nós tínhamos uma meta prevista de 94,9% e nós fomos para 98,9%.

Aqui eu quero fazer novamente um adendo. Esta ação de diagnóstico, de visitar a meta, de analisar como que está, vai nos possibilitar, no médio prazo, rever e estabelecer metas que possam solucionar esses problemas que foram mapeados nesse primeiro momento. Pode seguir.

Ainda sobre a meta 4, nós temos no indicador 4C o percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade. Então, sobre esse indicador é interessante a gente explicar como que ele é entendido. Então, nós temos alunos que recebem apoio por meio do AEE (Atendimento Educacional Especializado), nós temos instituições especializadas em classes especiais e nós temos escolas exclusivas de Educação Especial.

A meta prevista era 85,18%, e nós observamos que a gente não conseguiu alcançar essa meta, chegamos próximo de 57%, 56,6%. Então, nós temos aproximadamente 57% e isso nos sinaliza a necessidade de mais investimentos para ampliar a oferta do AEE.

Então, essas foram as ponderações, os achados, a partir da visita do relatório.

Sobre a integralidade do atendimento, nós temos também algumas ações que vão vir desde 2023 e 2024.

Nós temos, então, agosto de 2023 foi aprovado o nosso PPA. Então, a Seduc criou o programa financeiro atendendo o Quadro 2 que prevê a destinação do programa. E nós temos, como programa criado, o Programa "Educação Para Todos: Rumo à Inclusão". Nesse programa tem a destinação de recursos para 2024 e recursos que vão ser desenvolvidos ao longo dos quatro anos vigência do PPA.

Aqui, nós também temos a ação proposta no Quadro 3, que fala sobre a chamada, a necessidade de ofertar os procedimentos adequados prioritários. E eu quero aqui fazer um esclarecimento. Essa chamada escolar foi implantada ainda em 2023. Então, em 2023 foi feita toda a parte de implantação, de implementação para que ela pudesse entrar em funcionamento em janeiro de 2024.

Essa chamada, na chamada on-line, a família pode optar, no ato da matrícula, por uma escola mais próxima da residência. Essa chamada aconteceu de forma prioritária, então ela vem antes da chamada regular e nela, o aluno optando, a família optando pela escola, ela teria um prazo de 24 horas para efetuar a matrícula presencialmente. Pode seguir.

Aqui, nós temos matrícula prioritária por localização geográfica. Então, nessa parte aqui eu trago algumas fotos, dos encontros que foram feitos com os diretores. E aí eu queria novamente fazer um esclarecimento, porque nós iniciamos a chamada escolar em 2023, fizemos a implantação em 2023, mas nós não trabalhamos somente a parte técnica. Nós também trabalhamos o acolhimento, a parte de humanização, de atendimento.

Então, foram feitas reuniões, encontros com os diretores e secretários das escolas. Esse encontro foi no auditório da Escola Carmela Dutra e o foco principal eram

as orientações para o atendimento às mães atípicas no ato das matrículas.

Aqui, eu trago a distribuição de como isso aconteceu. Como bem mencionei, esse processo de garantia da matrícula prioritária aconteceu em um período que antecedeu a matrícula dos demais alunos. Então, esteve assim distribuído: alunos com deficiência, de 15 a 19 de janeiro, período de matrícula deles; e a dos demais alunos, de 22 a 26 de janeiro.

Essa implantação da matrícula prioritária on-line facilitou, ajudou, para que as famílias pudessem escolher, para que elas pudessem definir uma escola mais próxima da sua residência. E nesse período de matrícula on-line nós tivemos ali, conforme dados informados pelo setor responsável da Seduc, nós temos 4.178 novos estudantes que foram incluídos no ato da matrícula como público alvo do AEE.

Eu quero aqui fazer um esclarecimento que esse quantitativo foi autodeclaratório da família. Então, a gente demanda apresentar agora uma nova análise para saber se desses 4.178, todos, de fato, são alunos com deficiência ou se têm alguma questão que precisa ser observada. Então, é uma autodeclaração da família no ato da matrícula.

Ações em curto prazo. Nós temos então no Quadro 6: sistematizar, implementar, institucionalizar o plano PAEE. Sobre o plano, essa ação do plano ela vai perpassar janeiro a fevereiro desse ano. Nós já temos, então, como resultados para o alcance dessa ação, uma nota técnica construída, elaborada, com orientações para implementação do PAEE; o fluxo de atendimento do público alvo definido e os instrumentais que também estão incorporados na nota

técnica. São os resultados que nós já temos diante da ação do Quadro 6.

Aqui, eu trago alguns resultados no sentido de quais serão os próximos passos. Então, a Gerência de Educação Especial, em março de 2024, elaborou um cronograma que prevê o processo formativo para implementação do PAEE. E aí, esse processo formativo vai ser realizado em três etapas.

A primeira etapa é reunião on-line, prevista agora em maio; encontros locais também em maio; o Seminário de Educação Especial que vai ocorrer também com os coordenadores, professores das escolas. Então, já está caminhando para as ações de forma ativa do PAEE.

Aqui, o eixo de formação e capacitação. Vou trazer também algumas ações que a gente realizou. Antes de eu seguir, eu queria fazer um esclarecimento que eu falei, na fala do plano, que a gente tinha poucas ações dentro, que elas eram muito consistentes. E aqui quando vem para o resultado, vocês vão ver que é onde a gente tem uma quantidade muito grande de ações. Porque, como é muito consistente, então a Secretaria investe muito nessa parte de formação e capacitação. Pode seguir.

Então, nós temos aqui ações já realizadas: promover cursos, oficinas e palestras. Foi investido muito nesses cursos e oficinas, foi feito o mapeamento das áreas prioritárias a serem apoiadas na capacitação. Esse mapeamento tem norteado essa oferta dessa capacitação.

Aqui, eu tenho então a formação continuada que foi realizada em abril de 2023, que é o Projeto de educação tecnológica na área de robótica para aluno com altas habilidades e superdotação. Essa ação foi realizada em abril, como eu mencionei, alcançou 48 profissionais da rede

estadual que atuam diretamente com o projeto. Além disso, também foi feita a aquisição e a distribuição de kits de robótica para as Salas de Recurso e entrega de materiais gráficos. Eu trago algumas fotos da ação que foi realizada de formação continuada.

Nós também temos um curso de introdução às técnicas de leitura e escrita do sistema braile. Essa ação também aconteceu em setembro de 2023. Ela alcançou 80 professores de Sala de Recursos da rede estadual. Para isso acontecer houve uma parceria, então, teve professora ministrante do Instituto Benjamin Constant (IBC/RJ). E aqui eu trago alguns registros do curso de formação realizado.

Nós também temos o curso Construindo os Caminhos Para a Inclusão. E aí aqui, antes de dar prosseguimento, eu quero destacar a relevante participação do Ministério Público nas ações junto à Secretaria de Estado da Educação. A gente tem inúmeras ações que estão contando com a parceria do Ministério Público. Essa ação do curso foi ofertada pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Rondônia e consistiu ali no fortalecimento das parcerias na oferta de curso de capacitação ao público do AEE, através do projeto Construindo Caminhos Para a Inclusão.

Essa ação aconteceu de setembro a outubro de 2023, teve todo um acompanhamento e foi um excelente resultado. Houve uma mobilização das CRE's. Vera bem sabe disso. Não é, Vera? Muita mobilização. E foi muito boa essa ação Construindo Caminhos Para a Inclusão. Pode seguir.

Outra ação de formação é o encontro com os professores do 6º ano do Ensino Fundamental, novamente com participação do Ministério Público. E nós temos ali "educação como espaço de acolhimento inclusivo". Essa ação foi realizada

em fevereiro de 2024 e contou com a participação de 205 pessoas. E aí eu trago aqui o registro do evento realizado no auditório da Escola Santa Marcelina.

Aí temos as ações de mapeamento da capacitação e da formação. Então, dentro das ações de mapeamento foi realizado agora, em março de 2024, o mapeamento e foi levantado um quantitativo total de 304 profissionais lotados nas Salas de Recursos por CRE; e foi levantado como público alvo prioritário professores do 6º ano do Ensino Fundamental, gestores, professores das Salas de Recursos, profissionais de apoio, cuidadores e profissionais de sala de aula regular.

Atualmente, foram feitas já reuniões com equipe da CRE para alinhamento das ações continuadas, ações de formação continuada em serviço.

Nós temos também novamente a participação do Ministério Público na Mesa Redonda sobre os desafios da inclusão no atendimento a pessoas autistas. Essa ação foi realizada em abril de 2024. Ela consistiu na participação de 150 pessoas que participaram dessa Mesa Redonda. Pode seguir.

Aí fechando agora ambientes inclusivos. Nós temos como ação de curto prazo, agora para fevereiro de 2024, o mapeamento dos espaços existentes. Então, foi feito um mapeamento pela Coinfra (Comissão de Infraestrutura) da Seduc. Nesse mapeamento foram identificadas 57 escolas adequadas com obras concluídas e 92 escolas em fase parcial de implantação e/ou reativação.

Aqui, referente às parcerias com instituições de Ensino Superior. Hoje saiu a publicação do nosso processo seletivo de contratação de acadêmicos para o curso de Pedagogia. Então, essa realização de processo seletivo para

auxiliar nas salas através do Programa Amigo Voluntário. E a previsão dessa efetivação era agora para maio. Antes de a gente vir para cá a gente tomou conhecimento que já saiu essa publicação desse processo seletivo.

Foi instituída também a comissão para análise e reformulação da lei com a previsão de novos cargos para efetivação e contratação através de concurso público. Essas ações aí, março de 2024.

E, para fechar, já o último, parceria interinstitucional.

Na parceria interinstitucional, a Seduc estabeleceu regime de cooperação técnica com 32 municípios do Estado de Rondônia. E através desse termo de cooperação foram entregues 32 kits para suprir a demanda de 32 Salas de Recursos Multifuncionais da rede municipal de Rondônia.

Eu concluo a parte da Seduc agradecendo mais uma vez. E aí vou dar a fala para a Seas agora.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Representante da Seas?

A SRA. IRANY OLIVEIRA LIMA MORAIS - Quem vai falar pela Seas é a Fabiane. Com a palavra.

A SRA. FABIANE APARECIDA PASSARINI - Vou pedir licença também para ficar aqui no meu local, porque está bem de frente, eu consigo fazer o acompanhamento da leitura. De forma a me apresentar, meu nome é Fabiane, eu sou Assistente Social de formação, servidora do Estado há 19

anos. Estou na Política de Assistência Social como Coordenadora Estadual dentro da Secretaria de Estado de Assistência, desde o ano de 2019. No desafio de corrigir 14 anos sem efetivação da política de Assistência Social no Estado, e em 5 anos, nós já avançamos em vários pontos. Conseguimos construir e efetivar.

Hoje, inclusive, nós tivemos reunião da Comissão Intergestores Bipartites, pela manhã, com os 52 Secretários Municipais de Assistência, lá no Palácio, 9º andar, para efetivar alguns pactos de aprimoramento com relação ao SUAS - a gente avançou em algumas temáticas com os municípios -, e adentramos nessa parceria aqui com as outras Secretarias de Estado, para a gente falar um pouquinho da educação inclusiva.

Embora a educação inclusiva não é uma política específica da Assistência, mas a gente sabe da intersetorialidade, das ações complementares com relação a nossa cobertura e proteção social, com relação a todas as pessoas com deficiência, independente da sua faixa etária ou dela estar no ambiente escolar ou não.

Então, a gente incidiu em algumas metas dentro do plano, algumas já estão em execução, outras são a médio e longo prazo, que a gente já está em efetivação. E nesse primeiro quadrimestre, a gente já tem algumas ações implementadas, algumas nós já fizemos, inclusive, no ano passado, mesmo antes de ter o plano já aprovado e já implementado para esse ano. E aí, nós já podemos até fazer a nossa leitura de projeção, se vocês quiserem.

Vou fazer a apresentação na tela, para a gente já ir acompanhando. Está na sequência, logo da Seduc, é uma apresentação única.

A Seas está participando dentro do plano, no Quadro 2, que é a destinação e dotação de recursos financeiros para atender a demanda da educação inclusiva. Então nesse eixo, nós atuamos enquanto Assistência Social, na criação do programa orçamentário, nosso Plano Plurianual - no PPA -, para a destinação de recursos financeiros, humanos e materiais tecnológicos.

Então, dentro do PPA, 2024/2027 nós já criamos uma programação, um programa orçamentário específico, dentro da nossa pauta da Assistência Social, que é a questão da primeira infância. É preciso até a gente dar um destaque que a Assistência Social dentro do Sistema Único, ela atende a pessoa com deficiência dentro de todos os seus serviços. Claro que tem um recorte especial para que a gente possa fazer um atendimento diferenciado para aquela pessoa que tem uma necessidade específica, se ela pode ir à unidade ou se ela tem que ser atendida no domicílio.

Então, não há um recorte específico dentro do Sistema Único de Assistência. O recorte mais específico que nós temos é a questão da primeira infância, de a gente trabalhar a questão da proteção social de 0 a 6 anos. Então, o Fundo Estadual de Assistência, hoje, tem duas funções programáticas, dois programas específicos orçamentários - que é um de fortalecimento do Sistema Único da Assistência, e esse ano, nós avançamos para a criação também de um programa orçamentário específico para a questão da primeira infância.

Esse prazo está para agosto de 2023, mas nós já cumprimos a implementação do programa. Já temos um orçamento, de quase R\$ 13 milhões, treze milhões e pouquinho, para essa questão da implantação do acompanhamento da primeira infância, dentro do arcabouço de prerrogativas da Assistência Social. E agora, a gente está

avançando no processo futuro de fazer integração também com as outras políticas públicas do Estado, com relação a essa faixa etária de 0 a 6.

O nosso resultado alcançado é a criação do PPA, nós já criamos, não é? Foram destinados, na questão do orçamento, R\$ 12.282.000,00 para 2024, com a projeção dos 4 anos, para atender o objetivo de fortalecer a capacidade produtiva das famílias e a promoção de desenvolvimento articulado e integral das políticas públicas do Estado de Rondônia, voltadas à família com crianças na idade 0 a 6 anos, compreendendo também as gestantes. A evidência nossa já está na Lei 5.718, que é a Lei do nosso PPA de 2024/2027.

Dentro do Quadro 4, sensibilizar os municípios a promover o compartilhamento de dados entre as unidades. Está como inserção temática nas pautas de discussão da Comissão Estadual Intergestores Bipartite, assim como o SUS. O SUAS que é o nosso Sistema Único de Assistência, também tem uma Comissão Intergestores Bipartite. Nessa comissão, a gente tem membros do Estado e dos municípios, em que a gente pactua tudo que impacta na Assistência Social especificamente dentro dos municípios, especificamente, no sistema no âmbito de assistência.

Então, toda vez que há um programa novo ou uma ação nova que vai impactar tanto no RH (Recursos Humanos) ou no recurso financeiro, geralmente, a gente faz esse debate de pactuação, e como é uma instância de pactuação, a gente firma compromisso com os municípios - uma das instâncias nossas, para que a gente possa estar estipulando prazos, cumprimento de datas, de metas com os municípios do nosso Estado.

O prazo nosso era fevereiro de 2023, nós já fizemos a nossa primeira CIB foi em janeiro, lá em Cacoal, foi uma

descentralizada. Nós já iniciamos a pauta de sensibilização com os municípios. Eles já estão a par dessa questão da efetivação dos protocolos de atendimento integrados com a Educação. Agora nós vamos avançar na construção desses protocolos e a construção desses fluxos.

Uma das indicações do Tribunal de Contas era que a Assistência Social pudesse disponibilizar apoio técnico, ou técnicos de referência, como assistente sociais e psicólogos para atuar dentro das escolas.

E uma das justificativas que nós colocamos dentro do nosso plano é que nós não temos como, enquanto Assistência Social, tirar os profissionais da rede para estar dentro das escolas.

Mas, enquanto rede, o que nós precisamos é aproximar as escolas da rede para que possa realmente ter um fluxo de atendimento onde houver uma identificação, dentro do ambiente escolar de uma situação de negligência, seja ela em relação à violência, ou seja ela no sentido de uma insegurança alimentar ou uma questão de uma necessidade mais especializada. Que essa escola possa fazer todos os encaminhamentos para a rede de proteção social do município.

É importante até destacar que a Seas não executa os programas de proteção social diretamente. Quem executa são os municípios, com o nosso apoio financeiro, o nosso apoio de capacitação e o nosso apoio de monitoramento de toda a rede.

Nós implantamos, há três anos, a nossa vigilância socioassistencial estadual e a nossa vigilância hoje faz o monitoramento de toda a rede de assistência social que está vinculada ao adastro Nacional do Sistema Único. Inclusive, as organizações da sociedade civil hoje que integram essa

rede, oficialmente, a nossa equipe também faz o monitoramento.

Aquelas organizações da sociedade civil que não integram a rede oficialmente a gente não faz a incidência de monitoramento. Aí tem que ser os controles de Direito. Mas, a nossa vigilância hoje faz. Inclusive nós criamos indicadores para classificar todos os serviços e equipamentos, quem está regular, quem está irregular, quem está superior. A gente já conseguiu avançar e já temos diagnóstico pronto da rede socioassistencial do Estado.

Então, a gente já está fazendo essa discussão na CIB. Agora os municípios só estão esperando que a gente faça essa articulação com a Seduc para começar a construir esses protocolos de atendimento e de que forma a gente pode aproximar.

O ano passado nós fizemos capacitações de elaboração de diagnóstico socioterritorial e uma delas foi justamente que os municípios mapeiem dentro daquele território, daquele bairro, daquela associação de bairro mais próxima, qual é a rede de serviço público que existe.

Então, nós nos deparamos muitas vezes em um mesmo bairro você ter uma escola, você ter uma unidade de saúde, você ter um CRAS. Mas, esses coordenadores dessas unidades nunca sentaram para conversar, para poder saber o que realmente, qual o problema que cada um tem e como cada um pode se ajudar dentro das suas especificidades.

Então, nós fizemos essas oficinas o ano passado, já orientamos os municípios a construir esses diagnósticos. Agora, eles estão nos passando esse diagnóstico para que a gente possa avaliar e ver de que forma eles podem fazer essa integração.

Mas, é um diálogo. Por isso, que a gente tem muito essa questão da palavra "sensibilizar". Ela pode parecer não ser muito taxativa. Mas, é porque enquanto o Estado nosso papel é sensibilizar, monitorar e orientar.

Nós não temos ainda como obrigar o município a fazer ou executar, uma vez que faz parte das competências federativas dele já fazer essa execução, já está implícito.

Enquanto Estado, nós podemos fazer orientações de monitoramento. Podemos até, dentro da Norma Operacional Básica permite a emissão de Planos de Providência e Não Cumprimento, acionar o Ministério Público.

Mas a gente ainda está nessa fase de construção de todo esse fluxo para aqueles municípios que não possuem equipe técnica, e vai no Centro de Referência não tem assistência social, não tem psicólogo. Ou o Centro de Referência não tem adaptação, não tem rampa de acesso, não tem banheiro adaptado. Então, todo esse levantamento da rede, o Estado já tem.

Nós estamos trabalhando há dois anos, oficiando os municípios, oficiando o gestor principal, que é o prefeito. Estamos agora, avaliando as implementações dessas indicações. Mas, ainda não estamos nessa parte de responsabilização, porque nós não temos ainda essa competência federativa de responsabilizar. Apenas cercar recurso.

Mas nós, enquanto Seas, entendemos que não basta simplesmente não mandar mais recurso para o município, que não vai resolver o problema. Ele vai continuar sem o recurso e vai continuar sem as possibilidades de execução. Então, nós ainda estamos nesse processo de pactuação com eles, nessa questão realmente do cumprimento das irregularidades.

A gente já incluiu na pauta. Hoje, novamente nós conversamos. A gente está esperando também o desenvolvimento do sistema para que, a gente possa estar integrando que informações vão ser compartilhadas.

Com a Seduc a gente já está integrando o Cadastro Único. O Cadastro Único é do governo federal, mas o Estado tem a parte de gestão de termo de adesão com ao governo federal de ter essa base.

Então, essa base já vai nos propiciar com alguns indicadores para o sistema de acompanhamento desses alunos, para que a gente possa estar fazendo essa gestão dentro desse sistema integrado que vai ser desenvolvido entre saúde, assistência e educação. O próximo quadro nosso.

As ações já implementadas. A gente tem a questão da dotação no PPA, capacitação de técnico de referência da proteção social básica para elaboração de Planos de Acompanhamento Familiar.

O Plano de Acompanhamento Familiar é obrigatório para todos os serviços do CRAS. Nós já fizemos capacitação ano passado, com mais de 178 técnicos. Capacitação de técnicos também de referência da Proteção Social Especial Municipal para o preenchimento de prontuário. O SUAS tem um prontuário, tem um prontuário eletrônico do Governo Federal, que é parecido com o do SUS. Só que, o sistema é muito ruim. A maioria dos municípios não preenche esse prontuário eletrônico.

Mas, enquanto Estado, a gente está incidindo no preenchimento físico. Para que, pelo menos, os municípios tenham o prontuário físico e tenham a memória de toda essa família desde quando ela procurou assistência social a primeira vez e todos os encaminhamentos que foram dados a

ela naquele período em que ela ficou sobre o acompanhamento da rede municipal.

Capacitação de técnicos de referência da proteção social básica municipal sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O serviço de fortalecimento de vínculo é muito especial e trabalha muito a questão de grupos, de que forma que a gente pode estimular a participação da pessoa com deficiência nesse serviço que é, geralmente, ofertado lá nos centros de convivência nos municípios, de que forma a gente consegue incidir e estimular.

A pauta das estratégias de atendimento e alcance da pessoa com deficiência, nós já estipulamos dentro da nossa educação permanente como pauta obrigatória em todos os nossos cursos de capacitação, todas as nossas oficinas. Então, todas as nossas capacitações, os nossos multiplicadores vão abordar a questão da pessoa com deficiência. Que estratégia posso fazer para alcançar? Como eu posso desenvolver alguma outra ação complementar no município para que eu possa estimular esse público a estar dentro ou participando dos nossos programas sociais?

Estimulação à realização do pré-natal com o Programa "Mamãe Cheguei". Só esse ano nós já entregamos 4.193 kits. Esse ano também, entre 2023 e 2024, desde quando o programa foi implementado nós já passamos de 15 mil kits entregues. Foram entregues agora 573 kits totalizando mais de 4.700 concessões só agora ainda esse ano.

Inclusive, esse ano nós fizemos uma ação específica nas comunidades quilombolas. O kit é entregue, mas não é simplesmente o kit entregue, a gente faz toda uma oficina e é o município que cadastra essa gestante, é o município que tem que acompanhar essa gestante e tem que criar

estratégias de acompanhamento dessa gestante e fazer o acompanhamento também do pré-natal. Então, a gente só faz o monitoramento enquanto Estado, e fica estimulando a questão do monitoramento.

A gente tem a oferta do serviço da Central de Libras, que funciona aqui em Porto Velho em todos os atendimentos do Estado. A Central de Libras está à disposição. Também como uma das ferramentas de atendimento à pessoa com deficiência auditiva. E, o Estado está fazendo um estudo para tentar ampliar a questão da capacidade de cobertura da Central de Libras.

A inclusão da temática da pessoa com deficiência em todas as assessorias e apoio técnicos realizados também é uma pauta prioritária nossa enquanto Secretaria de Assistência.

Eu faço um destaque que, dentro da Secretaria de Estado de Assistência há outras políticas públicas vinculadas à Secretaria. O meu departamento é específico só da Política de Assistência do Sistema Único. Então, a gente incidiu mais essa questão das ações já realizadas dentro, especificamente, da política de assistência.

Seria isso. Depois eu fico à disposição para responder outras perguntas e questionamentos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, à Seas pela apresentação.

Agora vamos ouvir o técnico da Sesau.

A SRA. IRANY OLIVEIRA LIMA MORAIS - É a Luzeni Maria.

A SRA. LUZENI MARIA DE SOUSA - Boa tarde. Me chamo Luzeni Maria. Quero cumprimentar a Mesa em nome do Secretário Coronel Jefferson. Dizer que, na verdade, é uma grande satisfação estar aqui. Atualmente eu estou como coordenadora da Rede de Cuidado da Pessoa com Deficiência da Secretaria Estadual de Saúde.

Assumi essa missão, que eu entendo que é uma missão, em setembro de 2023. E quando nós assumimos a missão, o plano estava em andamento. Então, nós já temos um plano aqui que precisa ser executado. A partir daí iniciamos os trabalhos. E o plano, na verdade, trouxe uma oportunidade. Oportunidade de integrar os serviços, porque nós entendemos que a pessoa com deficiência, principalmente, a criança está muito mais na escola do que no centro de saúde ou dentro de uma unidade de saúde. Então, não tem como falar de saúde para pessoa com deficiência, do público infantil, sem falar da escola.

E nós, entre as 35 ações que foram hoje lidas aqui, a Secretaria Estadual é responsável por seis ações, ações que nós somos responsáveis por elas, e temos as que são intersetoriais.

Desde que nós assumimos, praticamente toda semana nós temos reunião relacionada ao plano. Reunião de alinhamento entre as Secretarias. Isso trouxe, realmente, uma intersectorialidade entre as Secretarias do governo. E as nossas ações, as seis, nós vamos apresentar hoje o que foi feito enquanto Secretaria como responsável. Pode colocar o segmento do próximo slide.

Então, a primeira ação que a Sesau está como responsável é essa de realizar diagnóstico para estudantes da rede ensino com transtorno do neurodesenvolvimento. Essa

ação, o primeiro momento em que ela ocorreu foi em julho de 2023. Ocorreu em atendimento ao grupo de mães, porque nós entendemos que nós construímos junto com essa sociedade organizada e junto com as pessoas que estão vivendo o momento. E foi realizada a ação.

Foi uma ação que teve sucesso e nós trouxemos aqui os dados das ações e a partir daí foi feito uma segunda ação, que foi na cidade de Cacoal, destinada às crianças que residem na Macrorregião de Saúde II. E a terceira ação que foi em janeiro de 2024. E nós já estamos com a quarta ação pré-agendada.

Eu gostaria de trazer para vocês dados das ações. Na primeira ação foi disponibilizado o link com critérios para alunos participarem da ação. Do total de pessoas inscritas, nós tivemos esse número geral de 593. Foram ofertadas 100 vagas. Nós fomos na verdade surpreendidos com o número de pessoas que compareceram. Dos 100 inscritos, 93 pessoas compareceram. Mesmo sendo de todo o Estado. Aconteceu no CERO, a ação, e, ainda assim, 93 pessoas compareceram para esses atendimentos da "Ação Fecha Laudos".

Na segunda ação foi ofertada a mesma quantidade de vagas: 100. Nós tivemos um número de 234 pessoas inscritas e tivemos um percentual ainda maior de comparecimento às consultas.

Eu participei ativamente das ações. A ação de Cacoal foi uma ação muito especial, porque lá a gente consegue conviver com a família, ver o nível de vulnerabilidade dessas famílias que estão precisando do atendimento. E foi muito interessante, porque, de 100 pessoas agendadas, apenas três não compareceram à ação. Isso é um número que foge a toda a nossa realidade de agendamento.

E aí nós tivemos a terceira ação, que foi no CERO, destinada a todos os estudantes, crianças que residem no Estado todo. Não foi delimitado a nenhuma região de saúde. E aí nós tivemos novamente o número de inscritos na mesma média. Já nessa última ação, que foi em janeiro, nós tivemos um número de falta, considerável até.

No total nós tivemos nas três ações, 1086 inscritos; e 2086 atendimentos. Foram agendadas 300 crianças entre 0 e 13 anos, e, desse total, compareceram 267 crianças. Dos diagnósticos que foram realizados nessas consultas – foram ofertadas consultas com médico neuropediatra; foi o único atendimento realizado nessas ações – e, desse total de 267 atendimentos, foram 165 casos de crianças com transtorno do espectro do autismo.

Então, é um número que entendemos que a maioria dos indivíduos que estavam aguardando a consulta tinham sintomas e tinham critérios para fechar o diagnóstico, e eles saíram da "Ação Fecha Laudos" com o diagnóstico definitivo emitido pelo médico neuropediatra.

E aí nós tivemos 74 pessoas com laudos de outros transtornos de neurodesenvolvimento. Principalmente TDAH com hiperatividade. E aí ficaram desse total de 267, cerca de 28 que não tinham critérios médicos, clínicos, para fechar o laudo. Porque o laudo não depende da ação. Fechar o laudo depende de critérios que são baseados hoje no DCM (Disfunção Cerebral Mínima), no CID-5 (Classificação Internacional de Doenças) para fechar o diagnóstico do Transtorno de Espectro Autista (TEA) ou de qualquer outro transtorno de neurodesenvolvimento.

Então, esses 28 não conseguiram sair do atendimento com laudo. Só que permaneceram na investigação e nós

garantimos o atendimento do retorno com as avaliações que fossem necessárias para posterior fechamento do laudo.

A ação até hoje proposta dentro do plano, fala-se de atendimento de transtorno de neurodesenvolvimento. Mas, enquanto Secretaria de Saúde, nós pretendemos já estar propondo, para a próxima ação, fazer ação para as demais deficiências, porque o plano não é só para pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Ele traz deficiência visual e auditiva.

Nós estamos em planejamento para incluir as demais pessoas com deficiência, dar suporte, e às que estão aguardando e ainda não têm um laudo definitivo da deficiência. Pode passar o slide seguinte.

A segunda ação proposta pela Sesau é revisar o atual fluxo de referência para atendimento nos Centros Especializados em Reabilitação municipais e estaduais. Atualmente nós temos em Rondônia nove Centros de Reabilitação. Desses nove, em gestão estadual, nós temos três. E em gestões municipais, temos seis centros.

O que é o Centro de Especialidade em Reabilitação? É o serviço com equipamento de saúde destinado a reabilitar todas as pessoas, independentemente da idade ou do tipo de deficiência, nas modalidades física, auditiva, intelectual, de múltiplas deficiências.

Qual o equipamento de saúde que nós temos hoje na rede? O Centro Especializado em Reabilitação. A rede de deficiência tem outro equipamento? Tem. Tem um centro especializado em odontologia, que destina um percentual para atender pessoas com deficiência; e esse que é o principal.

Os centros que existem hoje, nós temos um por região de saúde. Tem um em Vilhena, tem um em Rolim de Moura, tem em Ji-Paraná, tem em Cacoal, tem em Ariquemes e temos em Porto Velho, que é o nosso Centro Estadual que é o CERO. O CERO hoje é um Centro de Reabilitação de três modalidades, que atende a modalidade intelectual, a modalidade auditiva e a modalidade física.

Então, assim, o transtorno do neurodesenvolvimento hoje, dentro da política nacional, ele está inserido dentro da modalidade intelectual, que é a nossa maior demanda, hoje, é o atendimento por essa modalidade intelectual. Especificamente pessoas com sintomas, com sinais de transtorno do espectro do autismo, é a nossa maior demanda.

Então, o CERO é o nosso serviço. O que acontece hoje sobre o fluxo? Para chegar nesse serviço existe um fluxo que já foi estabelecido ao longo dos anos. Só que o fluxo hoje, a entrada se dá por meio, claro, da atenção básica, unidade de saúde e o fluxo não era entendido. Então, existia uma confusão até da porta de entrada. Então, nós fizemos as reuniões, os levantamentos de como se dá a entrada de cada serviço desse, tanto do serviço estadual quanto municipal.

Nós temos um instrumento, nós temos um plano das regiões de saúde que nos forneceu todas as informações. Nós fizemos um diagnóstico da rede do Sistema Nacional de Regulação. E hoje nós entendemos que a entrada da pessoa com deficiência, ela já entra de uma forma que não permite o atendimento de forma integral. Então, a nossa próxima ação é propor um acesso diferenciado. Por isso que foi necessário fazer essa avaliação prévia para entender por que as pessoas não estão entrando no serviço.

A gente tem muita gente precisando, tem serviços com poucos atendimentos e a gente não estava conseguindo entender. E esse diagnóstico nos permitiu chegar a esse entendimento. Por isso, que o fluxo foi proposto. Nós temos uma ação, como médio prazo, que é restabelecer um novo fluxo para permitir a melhoria desse acesso ao serviço. Pode ir na próxima.

Essa ação, que é sensibilizar os municípios e promover o compartilhamento de dados, é a mesma ação que a Seas também está como responsável. Nós enquanto Sistema Único de Saúde, nós temos as nossas reuniões da Comissão de Intergestores Bipartite. Então, tudo o que nós precisamos operacionalizar, nós precisamos que aconteça nos municípios, precisa ser pactuado nessa reunião. Então, desde a finalização do plano, nós tivemos participação na 9ª reunião, em outubro; todo mês tem. Outubro nós já pactuamos um fluxo para que pessoa com transtorno do espectro do autismo tenha um acesso melhor para fazer aquisição de um benefício para isenção do ICMS e do IPVA. Não existia o entendimento de como seria. Era centralizado na Policlínica Oswaldo Cruz. E nós levamos uma proposta de descentralizar para o município onde ele mora.

Tivemos vários embates com municípios, com Secretários que "não dá aqui, não dá aqui"; foram muitas conversas. Em outubro não conseguimos aprovar; repactuamos; e quando foi em novembro nós repactuamos outra ação nossa entre os municípios que foi um grupo condutor estadual, que coordena as ações hoje de tudo da pessoa com deficiência no Estado. Aí na 11ª reunião, que foi em dezembro, nós aprovamos uma tabela de escalonamento de pleitos, em que todos os municípios que vão ofertar novos serviços para a rede deficiência encaminharam suas propostas, e nós aprovamos. São 76 pleitos.

E quando foi na CIB de janeiro não teve, e fevereiro nós levamos novamente uma proposta, foi aprovado o fluxo de ICMS - que é o que está valendo hoje -, e também foi atualizada novamente a tabela. Porque outros municípios tiveram interesse.

Como exemplo, a gente pode trazer hoje as APAE's, as AMA's, as associações que têm pretensão de ofertar o serviço para a rede de deficiência, não tem recurso e, assim, veio uma possibilidade do Ministério da Saúde de destinação de recursos para essas instituições.

Então todos esses pleitos nós levamos para a CIB, aprovamos e está lá. São 76 pleitos para a habilitação visando os custeios de recursos. Então, se conseguirmos o recurso a nossa rede vai crescer muito e nosso atendimento será ampliado.

Em relação à sensibilização, nós estamos praticamente toda CIB falando da pessoa com deficiência. Acho que eles estão até enjoados. Próximo slide.

Essa é uma ação que está em conjunto, mas nós a trouxemos hoje aqui porque ela trouxe, veio essa oportunidade de realizar o evento, que foi o 1º Simpósio. Era uma ação que estava prevista para novembro, mas como abril é o mês da conscientização do transtorno do espectro do autismo, nós entendemos que deveríamos fazer algum evento que trouxesse essa conscientização para a população geral.

E nós recebemos o grupo, sim, de pessoas que são representantes, que foi o Grupo de Marias, a Comissão de Famílias Atípicas e o Instituto Cuidar e Desenvolver, que foi até a Secretaria, nos trouxe uma proposta de realizar um congresso. E quando ela chegou lá com o documento tinha o quê? Foi dia 6 de março para realizar um congresso em

abril. Eu falei: é impossível. Não tem como fazer um congresso em 30 dias. Mas, as coisas foram andando, andando e o nosso Secretário abraçou a causa e disse: "Não, vamos fazer!"

E a partir daí, nós começamos a trabalhar para a efetivação do congresso, que na verdade foi um Simpósio. A mesma equipe que nos procurou, nos levou nomes de pessoas para participarem do Simpósio, e assim, nós entendemos também que não daria, porque tinha que vir de fora. Mas, quando ela trouxe o nome do Professor Lucelmo Lacerda - eu já conhecia, de acompanhar pelas redes sociais -, quando eu olhei, eu sabia do perfil dele, eu vi que ele era um professor. E ele trabalha na educação inclusiva, é pesquisador no autismo e tinha todo o *know-how* para participar daquele evento. E aí nós falamos: vamos enfrentar!

E nós fizemos tudo que era possível, nós tivemos apoio de "n" instituições; nós tivemos apoio da Assembleia Legislativa; do Deputado Cirone; da Deputada Ieda Chaves, que nos alegrou; do Tribunal de Contas, nós pedimos parceria; nós tivemos o apoio da Seduc, Seas... Então, quando nós solicitamos a parceria todo mundo se propôs a ajudar. Pode colocar o próximo slide.

Quando nós abrimos o processo para fazer a inscrição do evento foi a nossa surpresa. Em apenas uma hora nós disponibilizamos 500 vagas e elas foram preenchidas em uma hora. Aí nós entendemos que a necessidade do conhecimento na área é muito grande, porque pela primeira vez, nós oferecemos um evento, em que enquanto Secretaria, não pagaria hospedagem, tal, só iria fornecer o evento e ainda assim, nós tivemos essa procura.

Foi aí que nós vimos que o nosso espaço era muito pequeno para comportar as pessoas. Tentamos aumentar o evento, mas não foi possível, no momento. E nós resolvemos fazer o evento lá mesmo. E aí, a gente abriu mais inscrições para as pessoas que estavam pedindo - teve gente que pediu "pelo amor de Deus", para participar do evento.

E assim, é muito, ouvir a pessoa pedindo: "por favor, me dê uma vaga", é muito para gente olhar e não conseguir dar essa vaga. E nós conseguimos fazer esse número de inscritos: 619 pessoas.

E aí, a gente pensou na possibilidade de transmitir o evento para que essas pessoas que queriam muito participar, pudessem ter oportunidade. E assim foi feito. Conseguimos fazer a transmissão e nós temos esses dados. Foram 619 inscritos, desses, fizeram credenciamento 393, e infelizmente, todos não compareceram, mas nós entendemos até pela disponibilização do evento ser transmitido, algumas pessoas deixaram de comparecer presencial. E aí nós tivemos online 400 pessoas, que é um número para um evento de ordem técnica, considerado bom. E até o dia 2 de maio, nós tivemos pelo menos 3.600 visualizações, no segundo dia, 1.500, e o vídeo ficou gravado, está dentro do YouTube da Sesau. Quem puder e quiser assistir o evento, está lá a palestra.

E nós fizemos também uma avaliação do evento, 100% das pessoas responderam que o Simpósio vai contribuir para seu trabalho. E das pessoas que participaram, nós fizemos um quadro trazendo quais foram as pessoas que participaram do evento: profissionais da Saúde que foi a maioria, 165; Educação, 73; pessoas ligadas à Assistência Social; comunidade típica; comunidade geral; pessoas com TEA; pessoas que são gestores públicos, número que não foi informado.

Nós tivemos uma empresa que expôs o material pedagógico e nós tivemos cinco palestrantes. Dentre os cinco, nós tivemos o cuidado de escolher os palestrantes que são ativistas, que são estudiosos, que falam em evidências, dentre eles estava o Professor Lucelmo. Nós tivemos uma médica psiquiatra infantil que trouxe a palestra; a neuropsicóloga Doutora Tércia, tivemos contribuição também de um juiz.

Então, foi uma escolha realmente de palestrante, para que a gente conseguisse levar informação de uma maneira clara para as pessoas que estavam lá. Nós tivemos representantes da Assembleia Legislativa também no evento, nove pessoas, e as 400 pessoas pelo Youtube. E foi, na verdade, um grande prazer para a Secretaria olhar para os números e ver que nós estamos no caminho certo. As pessoas, eu entendo, que estão com "fome" de conhecimento nessa área. E aí, quando você está com fome, nada melhor do que dar comida.

E aí, nós agradecemos é claro, em público, em nome dos Secretários a todos aqueles que contribuíram com o evento, às pessoas que compareceram para que ele acontecesse. Engraçado que quando os entes se unem, rapidamente as coisas acontecem, não é? Esse Simpósio é um exemplo disso.

Então, nós acreditamos que esse plano, nós vamos conseguir efetivar todas essas ações e vamos melhorar a vida das pessoas com deficiência que moram em Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Luzeni. Nós ficamos muito felizes com a criação da coordenação das Pessoas Com Deficiência, dentro da Sesau. Isso foi estimulado por nós. Nós sugerimos ao governador e solicitamos a criação de uma Secretaria ou de uma

Superintendência de Pessoas com Deficiência, dentro do Estado de Rondônia.

E nós vamos insistir com isso, porque nós entendemos que precisamos ter uma Superintendência ou uma Secretaria que possa coordenar, junto com as demais Secretarias, essas ações das pessoas com deficiência. Não só na educação inclusiva, como atendimento de saúde, como atendimento de assistência social, como atendimento na geração de emprego para essas pessoas.

Então, a gente precisa realmente avançar no Estado. Mas, nós ficamos muito felizes com a criação, com a sua indicação para estar à frente dessa coordenação, que sabemos da sua sensibilidade em relação ao tema.

A apresentação do governo terminou, Irany? Como é que está?

A SRA. IRANY OLIVEIRA LIMA MORAIS - Nós temos ainda a Sepog.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Sepog está conosco. Eu acho que está conosco o Deputado Federal Fernando Máximo, de forma remota, on-line?

O SR. FERNANDO MÁXIMO (Por videoconferência) - Sim, Deputado Cirone, estamos aqui.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - O senhor quer fazer uso da fala, Excelência ou pode aguardar a apresentação da Sepog?

O SR. FERNANDO MÁXIMO (Por videoconferência) - Não, posso aguardar, estou no tempo dos senhores aqui, pode ficar tranquilo.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Então, está bom. Dando continuidade Irany, por gentileza.

A SRA. IRANY OLIVEIRA LIMA MORAIS - Passo para a Vitória, então, fazer a apresentação da Sepog.

A SRA. VITÓRIA ROBERTA MARTINS DE MELO GALINDO DE LIMA - Obrigada. Boa tarde. Quero cumprimentar a Mesa, em nome da Professora Irany, cumprimentar a todos. Eu sou Vitória, eu sou Assessora da Coordenação de Políticas Públicas da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Antes de adentrar na nossa ação vou contextualizar só porque que a Sepog está aqui no meio da Secretarias finalísticas.

A nossa atuação no plano se iniciou no ano passado, quando a gente estava fazendo o momento de revisão, as nossas Secretárias abraçaram a ideia de contribuir, da Sepog contribuir, com o plano, principalmente depois de um *benchmark* a gente fez, o levantamento de boas práticas com o governo de São Paulo. A gente entendeu que, a partir da experiência deles, que poderia ser um diferencial para o nosso Estado ter um quarto ator atuando de forma a promover essa integração entre as Secretarias.

E nós iniciamos a atuação nesse sentido, na construção do plano de ação e acredito que essa interação foi tão boa, tão produtiva, que no final, na construção do plano, a gente também foi recebido de braços abertos para estar atuando, liderando, essa ação que é a ação do quadro nove, que eu vou comentar um pouquinho para vocês aqui.

Então, de antemão eu agradeço as três Secretarias por estar terem abraçado a Sepog e a gente pode continuar com a apresentação.

Bom a nossa ação que a Sepog está liderando e tem as três Secretarias como corresponsáveis é a ação de elaboração da avaliação diagnóstica da política de Educação Especial Inclusiva. Então, lá na Coordenação de Políticas Públicas, a gente tem uma frente de avaliação de políticas públicas e com a nossa expertise achou-se pertinente a gente liderar essa ação.

O objetivo dessa ação é principalmente fornecer dados para que a gente monte uma política pública, na verdade revise, a gente já tem uma política pública, mas a gente reformule, uma política pública baseado em evidências. A gente já começou com isso a partir da auditoria. A auditoria já trouxe algumas evidências para a gente, mas a gente sentiu a necessidade de aprofundar ainda mais nos nossos desafios, que a gente precisava perpassar para conseguir atender com excelência todos os cidadãos.

Então, a partir disso, a gente viu a necessidade, primeiro de fazer o nivelamento da análise *ex ante* de política pública com as três Secretarias. Então, antes de iniciar os nossos trabalhos, a gente reuniu todas e fez uma apresentação explicando o que era a análise *ex ante*. A gente está fazendo isso nesse processo de aperfeiçoamento

da política pública, até porque é um tema que é novo em todo o Brasil. A parte de avaliação de políticas públicas.

Então, depois do nivelamento das Secretarias, a gente passou a levantar quais eram as variáveis, as informações que seriam pertinentes para a gente ter conhecimento, para entender, colocar números nos nossos desafios. E aí a gente levantou 91 variáveis de interesse ou informações que a gente precisava saber para poder ter um panorama mais realista da nossa realidade, da realidade da política e Educação Especial Inclusiva em Rondônia.

Das 91 variáveis, a gente tem 76 variáveis que já são registradas, já têm algum tipo de registro, estão disponíveis. Então, ficam 15 que a gente não tem o levantamento direto. E essas variáveis estão em 50 fontes diferentes. Então, a gente tem aí 50 lugares espalhados para a gente conseguir chegar até essas informações.

Esse número representa o quanto a gente se empenhou nessa reflexão. Foram cerca de 12 horas que a gente gastou, gastou não, investiu para entender o que a gente precisava saber sobre a política. E a gente foi para coisas que se precisava saber no município, em outros Estados. Então, a gente não teve uma restrição de "o que a gente tem aqui dentro do Estado, qual a informação que a gente tem aqui dentro do Estado?" Não, a gente deixou isso é bem aberto.

A gente tem a colaboração, como a Luzeni falou, toda semana, nessa ação, a gente tem reunião. Todas as segundas-feiras das 08:00 às 08:30 horas eu estou mandando mensagem para as meninas para gente se reunir e ter, de fato, uma constituição integrada das Secretarias nessa ação. E vou trazer aqui como exemplo dos dados que a gente já levantou como necessidade.

Então, tem a Seduc compartilhando com a gente dados do censo escolar, lotação de pessoal, da infraestrutura das escolas; a Secretaria de Assistência Social compartilhando dados do Cadastro Único, dos registros mensais de atendimento do CRAS e dos cadastros de das unidades do SUS. E a Sesau, por exemplo, trazendo dados das filas de regulação, de atendimentos com profissionais e de exames que são necessários, por exemplo, para fazer o diagnóstico de deficiências, atendimentos no CERO, que é o Centro de Reabilitação e lotação de pessoal, entre outros.

Todo esse trabalho está sendo desenvolvido nesse processo do SEI, que está no slide, então ele pode ser totalmente acompanhado por lá. É isso.

E eu passo a palavra agora à Professora Irany.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente)- Obrigado, pela apresentação.

E agradecer à Sepog. A Sepog que tem o orçamento do Estado e você estando envolvida, juntamente com seus colegas na causa, você já foi contaminada pela boa ação. Contaminada não, vamos dizer, foi abordada pela boa ação de ajudar. É isso que a gente precisa, que mais pessoas se envolvam na causa, mais pessoas se interessem pela causa. E a gente vê o exemplo da Sepog, que é uma Secretaria de gestão, de orçamento, está envolvida também. Isso é de suma importância.

Você é muito bem-vinda ao time aqui para ajudar as pessoas com deficiência no Estado.

A SRA. VITÓRIA ROBERTA MARTINS DE MELO GALINDO DE LIMA  
- Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Irany, está com  
você.

A SRA. IRANY OLIVEIRA LIMA MORAES - E, para concluir,  
nós vamos passar a palavra para o Kleber Ihida, que vai  
falar sobre as contribuições da CGE no plano, é a  
Controladoria-Geral do Estado.

O SR. KLEBER KENDY IHIDA - Boa tarde. Eu me chamo  
Kleber, sou auditor de Controle Interno da Controladoria-  
Geral do Estado de Rondônia.

A gente, analisando todo o processo, todo o histórico  
dessa política, a gente percebeu que teve uma participação  
popular muito forte. Desde a geração da demanda, no  
planejamento da auditoria pelo Tribunal de Contas, eu tenho  
certeza que durante a própria execução dos trabalhos de  
auditoria do Tribunal, na elaboração do plano de ação.

Então, em todas as fases a gente percebeu que a  
população e os principais interessados no tema foram atores  
centrais no processo. E a gente também, sabendo disso, a  
gente está com essa sensibilidade de promover também,  
durante a etapa de monitoramento e de acompanhamento do  
plano de ação das Secretarias que já apresentaram, o olhar  
da população.

A gente já tem alguns canais de participação popular,  
de controle social já consolidados que eu vou apresentar  
logo em breve. A gente está construindo outras estratégias

também, até tendo em conta a recente homologação do plano de ação pelo Tribunal de Contas. Então, a gente vai extrair de lá alguns requisitos também para esse monitoramento.

Então, a gente está formatando um meio para que a gente consiga promover a participação popular nesse monitoramento do plano, até de verificar se as ações que estão sendo executadas pelas Secretarias finalísticas são de acordo com as necessidades que a população tem. E, ao mesmo lado, a gente está equilibrando os pratos para que as Secretarias finalísticas tenham um tempo para trabalhar, para executar suas atividades e não sejam sobrecarregadas de demandas nossas perguntando como é que vai, o que está fazendo, todo dia verificando como está o andamento da ação.

A gente está utilizando essa estratégia para que ao mesmo tempo a população, o Tribunal, a Assembleia, enfim, os principais interessados tenham acesso à informação sobre o que está sendo feito dentro do plano, e ao mesmo tempo as Secretarias finalísticas tenham a oportunidade de dar o seu melhor executando as suas políticas públicas.

Se puder colocar a apresentação. Eu separei alguns poucos que é mais para mostrar o que a gente tem hoje de oportunidade de participação popular, de controle social. Pode passar, fazendo favor.

O primeiro deles é e-SIC, que é o Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão. Depois acho que a apresentação vai ser compartilhada com os senhores, mas também é fácil de achar dentro do Google.

Para que serve esse sistema? Como diz o nome, é para que a população tenha acesso à informação. Então, se vocês tiverem curiosidades sobre quais são os documentos que estão inseridos naqueles processos que o pessoal já

demonstrou aqui no decorrer das apresentações, querer saber como anda a implementação de ação dentro do seu município, na sua escola, no seu bairro, existe esse canal oficial que inclusive é embasado na Lei de Acesso à Informação. Então, vocês têm a prerrogativa para poder solicitar essa informação, vocês têm prazos legais que o órgão é obrigado a cumprir para dar acesso a essa informação.

Esse próximo é o "Fala.BR" que é uma plataforma da Controladoria-Geral da União de Ouvidorias. Então, também nesse mesmo portal, vocês têm a oportunidade de fazer reclamações, elogios, sugestões e denúncias direcionadas às Secretarias envolvidas.

Então, se a forma como o serviço está sendo prestado está sendo insuficiente, está sendo inadequado, vocês podem se manifestar pelas Ouvidorias. Da mesma forma que, se vocês entendem que a prestação de serviços está sendo adequada, é interessante fazer elogio também para que a Secretaria consiga ter esse retorno da sociedade e saber onde o serviço está sendo feito da maneira mais adequada, para poder até replicar nas outras frentes.

Aqui, eu trouxe um portal que a CGE está desenvolvendo, que vai centralizar todos os documentos que estão sendo produzidos no contexto da política de educação inclusiva, mais especificamente dentro dessa auditoria. Nós já temos um layout preliminar de onde iremos fazer o repositório dessas informações. Então, a partir do momento que esse link for ao ar, nós vamos compartilhar com a rede de pais e mães de crianças especiais, para que vocês tenham a oportunidade de verificar, a partir do momento que esses documentos são produzidos pela rede pública, vocês podem acompanhar como é que está sendo o andamento dessas ações.

Então, eu não vou dar detalhes burocráticos de como é o monitoramento, porque acho que isso não é muito interessante, mas o que eu queria trazer para vocês é que a população tem voz, tem os canais que podem ser utilizados para chegar ao governo e nós ficaríamos muito contentes em saber a opinião da população durante a execução dos trabalhos, porque nós, da Controladoria, temos um papel mais ligado à parte burocrática, de verificar se está sendo feito, e saber o nível de satisfação da população ao receber essas políticas públicas ajuda muito nessa atividade de monitoramento.

Então, nós estamos à disposição, também, com esse ente de controle interno, para poder fazer com que essa política se desenvolva. E também eu estou muito satisfeito de estar participando dessa atividade. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, CGE do Estado. Muito nos honra aqui com a presença de vocês. Obrigado por estar participando desse engajamento pela nossa educação inclusiva.

Senhora Irany.

A SRA. IRANY OLIVEIRA LIMA MORAIS - Para finalizar, eu gostaria de fazer o registro aqui de outros atores que participaram, que deram sugestões, que contribuíram para a elaboração desse plano.

As mães atípicas foram ouvidas, estiveram presentes desde as primeiras reuniões lá na Escola de Contas, foram convidadas. A Doutora Tércia, não sei se ela está aqui no evento, mas a Doutora Tércia trouxe contribuições muito valiosas em várias conversas, em várias sugestões. A

Doutora Marlene também, da Universidade Federal de Rondônia, uma parceira nossa em subsidiar com orientações.

E, de todas as contribuições, de todas as solicitações, indicações que chegaram até a equipe que estava elaborando o plano, cerca de 73% do que foi solicitado foi contemplado no plano, porque o nosso objetivo maior não era criar um plano com a cara da Seduc ou da Sesau ou da Seas, mas um plano que atendesse as expectativas e as necessidades, e o reivindicado pelas mães atípicas, pelas famílias e por aqueles que trabalham tão de perto com as pessoas com deficiência.

Então, nós consideramos que cumprimos o que foi solicitado. É um dia realmente muito especial e gratificante para nós, em podermos fazer esse registro aqui e conseguirmos atender ao que foi proposto inicialmente pelo Tribunal de Contas a partir dessa auditoria, mas também atender aos mais interessados, que são as mães atípicas e as organizações que cuidam das crianças e dos adolescentes - e, porque não, - adultos também com deficiência.

É um momento realmente de gratidão. E eu digo, para mim, que sou cristã, de gratidão a Deus. Eu disse ontem, para a nossa Secretária Adjunta, que eu estava muito grata a Deus por termos vencido essa etapa de elaboração do plano. E agora vamos para a execução, que já está em andamento. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, professora Irany. Estendo o nosso agradecimento à Secretária Ana Pacini, à Secretária Débora Raposo e à Secretária Marta; a todos os servidores da Seduc, por se empenharam em fazer

esse plano de ação da educação inclusiva no Estado de Rondônia. Fica o nosso agradecimento.

Eu gostaria de franquear a palavra, para ser célere, ao nosso auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas, o senhor Robnei, para fazer as suas considerações em nome do Tribunal de Contas.

O SR. ROBNEI RONI STEFANES - Boa tarde a todos, obrigado, deputado. Em seu nome eu cumprimento toda Mesa. Em especial gostaria de cumprimentar a Defensora Mayra Carvalho, com quem eu tive oportunidade de desenvolver as primeiras habilidades do Controle Externo. E aqui eu posso ver o quanto que é a importância do controle na implementação de políticas públicas.

Eu queria também aproveitar para fazer um cumprimento especial a minha esposa, que é servidora desta Casa, concursada. Ela é pessoa com deficiência. Então, eu aprendo todos os dias em casa o tamanho da dificuldade que é uma pessoa com deficiência para conseguir um cargo público, para ter acesso a locais que são de simples acesso para outras pessoas. E ela tem me ensinado muito. E entendo o tamanho da importância dessa ação de educação inclusiva.

E antes eu queria também aproveitar, porque já que é uma Audiência Pública inclusiva, fazer uma autodescrição: eu sou Robnei Stefanis, sou de pele clara, cabelo curto, barba curta, cabelo de cor castanho. Eu estou vestindo um terno azul marinho, uma camisa escura, identificado com um crachá do Tribunal de Contas. Então, eu queria aproveitar esse espaço para que a sociedade entenda o papel do Tribunal de Contas nesse tipo de atividade.

Aqui muito se falou de termos técnicos e a simplicidade ajuda com que a sociedade entenda a relevância do controle na ação de implementação de políticas públicas. Geralmente, a gente compreende que o Tribunal de Contas é um órgão de controle externo fiscalizador, aquele que identifica distorções contábeis, prestação de contas; mas o Tribunal de Contas vai além disso.

Hoje, o Tribunal de Contas conta com uma Coordenadoria Especializada em Políticas Públicas e nela são lotados auditores que são especialistas em áreas temáticas, inclusive a área da educação. Foram os atores responsáveis pela auditoria operacional que é um dos tipos de trabalho que nós desempenhamos. Então, essa auditoria operacional, nesse tema tão importante que é a Educação Especial, na perspectiva inclusiva, foi construída com muito cuidado para que fossem encontrados achados que permitissem chegar nesse ponto e a gente observar um plano de ação tão robusto, de uma atividade tão complexa para trazer um impacto para a sociedade rondoniense.

Então, ficando claro que o Tribunal de Contas atua além desse controle fiscalizador, é importante que essa atuação do Tribunal fique marcada pela indução da política pública. A indução motiva e estimula práticas inovadoras. A gente deixa de ficar identificando falhas para estimular a participação, a colaboração e a proatividade na implementação, criação de políticas, que realmente elas trazem efeito para a sociedade.

A auditoria operacional, quando entregou o relatório, deputado, esse relatório permitiu que a Seduc pudesse fazer os comentários adequados a esse relatório que identificou esses achados. Então, todas essas ações são respostas ao que os auditores encontraram, e que em seguida, com a vigilância do Tribunal de Contas, foi deliberado que

algumas ações tivessem que ser implementadas, e surgiu então a necessidade um plano de ação para que pudesse atender todas essas mazelas que estavam afligindo as pessoas com deficiência no acesso à educação.

Então, nessa perspectiva o Tribunal de Contas junto com os atores, junto com os envolvidos passou a desenvolver uma atividade que hoje é uma atividade inovadora no âmbito do Controle Externo. E isso precisa ficar muito claro, porque no fluxo de trabalho da auditoria é entregue o relatório, é feita a deliberação e o órgão jurisdicionado precisa entregar um plano de ação. Só que a construção desse plano de ação, só pelo jurisdicionado, se encontravam muitos problemas quando esse plano de ação voltava.

Então, a gente assume um papel de indutor de controle e participou ativamente, isso sem largar as mãos da Seduc em nenhum momento. Depois da deliberação, o Tribunal de Contas caminhou ao lado da Seduc promovendo uma capacitação para desenvolvimento de um plano de ação com metodologia, para que pudesse ter um plano de ação robusto, com qualidade e que pudesse, de fato, trazer resultado e não fosse só um papel como, sem metodologia, acaba acontecendo o plano de ação que é um mero papel e a gente acaba não tendo o impacto desejado.

Depois da capacitação, todos os atores – inclusive, a gente estimulou a participação não só da Seduc, mas também de outros atores para identificar e poder criar uma arena de discussão sobre várias perspectivas. E isso a Seduc foi muito assertiva, porque fez isso também com a sociedade.

Então após a entrega do plano de ação, deputado, o Tribunal de Contas continuou com o acompanhamento contínuo. Em nenhum momento o Tribunal de Contas deixou de atuar junto com a Seduc, para que pudesse acompanhar essas

primeiras implementações, ainda que não fosse o momento de atuação do controle.

Então, da decisão até a entrega dos primeiros resultados, a gente acompanhou de forma concomitante as ações implementadas pela Seduc e isso foi demonstrado nas reuniões constantes que nós estamos fazendo. Nós já estamos preparando o ambiente para uma outra atividade do controle que é uma atividade de monitoramento. Essa, de fato, um monitoramento de fiscalização para identificar se a política pública, de fato, está sendo implementada.

Só que com essa parceria, deputado, a gente consegue perceber a efetividade de ações conjuntas para trazer resultados para a sociedade. Isso precisa ser estimulado entre os órgãos públicos, entre as instituições e pessoas que podem trazer voz para políticas como essa. Então a gente sabe que o primeiro monitoramento, que está marcado para a data de janeiro de 2025, vai ser uma etapa tranquila, porque a gente sabe que a Seduc tem implementado, a Seduc tem demonstrado para a gente as primeiras ações, assim como a gente percebeu aqui, a riqueza, e destaco a proatividade da Seduc nisso.

Mas, a gente percebe esse tipo quando os órgãos atuam em conjunto, quando a gente conversa, quando a gente estabelece esse fluxo intersetorial em que a gente pode dialogar e discutir se realmente aquela ação vai trazer o impacto. E a Seduc foi muito assertiva nas escolhas das ações. Soube aproveitar a capacidade dos técnicos que estão lotados na Coordenadoria de Políticas Públicas, e a gente não vai deixar de acompanhar. Nós vamos seguir monitorando isso para que quando a gente finalize o monitoramento, a gente não entregue só uma conformidade, a gente entregue uma mudança de realidade na sociedade. E essa mudança precisa, porque eu assisto ela dentro da minha casa.

Então, eu destaco o trabalho, a apresentação de todos que fizeram aqui. E, queria aproveitar uma fala, que foi um convite na apresentação da professora da Seduc. Ela fez um convite para a sociedade e eu queria aproveitar esse espaço aqui para fazer uma extensão a esse convite. Convidar a Casa Legislativa, convidar os outros Poderes, convidar todos os órgãos e instituições para que a gente possa, de mãos dadas, fazer um trabalho de mudança de realidade na sociedade rondoniense, na perspectiva inclusiva. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado ao nosso Auditor Robnei. Obrigado pelas palavras. Com esse engajamento a várias mãos, com certeza, nós vamos entregar políticas públicas verdadeiramente à nossa sociedade. Parabéns pelo trabalho do Tribunal de Contas.

Agradecer, mais uma vez, o Presidente, eterno Presidente Paulo Curi, que quando por mim foi pleiteado essa auditoria, esse engajamento do Tribunal nesta causa, ele prontamente atendeu. Então, fica aqui, de público, o nosso agradecimento.

Para dar continuidade aos trabalhos, nós tivemos a apresentação do governo, do Plano De Ação; tivemos a fala do nosso auditor do Tribunal de Contas, dizendo do acompanhamento, do monitoramento. E nós temos percebido ao longo dos anos, a diferença da atuação dos órgãos de controle também.

Os órgãos de controle, hoje não estão só para punir, eles estão pegando na mão do Executivo, de quem quer que seja, das prefeituras e está falando "olha, o caminho é aqui". Nós temos capacidade, nós não vamos nunca deixar de cumprir o nosso papel de fiscalizar, de punir, se

necessário for, mas estamos dando a direção, o caminho de onde vocês podem ter mais efetividade.

Então, eu parablenizo tanto o Tribunal de Contas, a Defensoria, Ministério Público, por ter esse entendimento. Porque quando tem esse entendimento feito a várias mãos, quem recebe no final é a nossa sociedade.

Eu vou franquear a palavra à Doutora Luzinete Xavier, advogada, Presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RO). Está franqueada a palavra para a senhora fazer as suas considerações referentes ao tema em voga. Se quiser usar aqui a tribuna fique à vontade, do jeito que preferir.

A SRA. LUZINETE XAVIER DE SOUZA - Boa tarde a todos. É uma honra estar aqui, no caso representado a Comissão de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência, da OAB Rondônia. Agradecer pela iniciativa, deputado, realmente precisamos de atos que demonstrem a preocupação com a conscientização da pessoa com deficiência - já que é uma dívida que a sociedade tem, uma dívida histórica com a pessoa com deficiência.

Estamos lutando há muitos anos já, tratando dessa matéria. Mas, a auditoria já é um passo para demonstrar evolução, demonstrar possibilidade de melhoria para a pessoa com deficiência.

Foi ressaltado aqui a questão do convite à sociedade para participar, enfim, foi mencionado por vários aqui, esse tema. Realmente vê-se com mais exatidão e com mais necessidade de atender o que a pessoa com deficiência precisa, o que requer para acessibilidade, para a inclusão

quando inclui a família atípica, quando inclui a pessoa com deficiência nesses diálogos para a construção desses planos.

Tem uma importância muito grande aí. Então, é evidente, nada sobre nós, sem nós. Então, foi importante, muito importante que esse plano tenha sido construído com essa temática.

Em relação ao plano, ressaltando aqui o que eu vi do plano. Eu tive o cuidado de olhar esse plano de ação, não na totalidade, porque ele tem mil e tantas páginas, longo, mas ele foi feito com muita cautela e com muito esmero realmente.

Quero parabenizar o Tribunal de Contas e reconhecer, foi um trabalho muito bem feito. As planilhas, a demonstração em estatística, a demonstração do que precisa ser melhorado, todas as deficiências apontadas. Então, o plano está realmente muito bem construído.

Mas, enfrentamos um problema a partir daí: a execução desse plano. Eu falo não somente de uma pessoa que compõe ou uma pessoa que está presidindo a Comissão de Defesa e Direito das Pessoas Com Deficiência. Eu vivo também a realidade, como o nosso colega acabou de dizer ali ainda agora. Eu vivo essa realidade.

Então, embora tenha aqui no plano de gestão apresentado pelo Estado de Rondônia, apresentado pela Seduc, eu entendo até que nós precisamos rever o cronograma lá do começo, em alguns pontos precisamos. Eu vou citar um exemplo: as mães, para atender o pedido das mães de uma matrícula antecedente com a finalidade de prever a partir de então o ano letivo de 2024, foi iniciado, como foi apontado aqui, um calendário diferente para essa matrícula. Um calendário diferente. Realmente isso aconteceu.

E com isso nós ficamos esperançosos, eu digo por mim, nós ficamos esperançosos: que a partir do início do ano letivo, teríamos pelo menos em parte naquilo que foi pontuado na apresentação do plano ano anterior, em 2023. Teríamos, pelo menos, em parte atendida que seria o cuidador; pelo menos parte, o cuidador. Era um alento, porque realmente há pessoa com deficiência que não tem condições de permanecer em sala de aula se não tiver o cuidador.

Que teríamos dentro da previsibilidade de matrícula com antecedência, um professor de apoio. E nós ainda não temos.

Então, falando com toda propriedade, eu tenho aqui inclusive e vou requerer a juntada depois desse plano lá, eu já tenho uma Ata aqui, que é inclusive a Ata para fazer uma tratativa a respeito da redução da carga horária - falando aqui pela minha filha -, da minha filha na escola. Porque os contratos dos cuidadores, que são contratos por prazo determinados, eles tiveram término em fevereiro, em março.

E automaticamente a partir de então, houve um convite para que fosse apresentado aos pais uma possibilidade de reduzir, uma possibilidade de a criança ficar parte na sala e parte acompanhar de forma online. Uma pessoa com deficiência como vai acompanhar parte de forma online?

Então, assim, se nós não começarmos atendendo o básico, eu estou falando do básico, que as mães infelizmente, lamentavelmente - estamos na semana da mãe atípica -, gostaria de dizer que está tudo tão certinho, tão redondo. Infelizmente não. Eu gostaria que fosse um presente imenso. Não, não temos isso ainda.

Nós estamos ainda clamando pelo básico. Tem mães, tem famílias atípicas protestando. Enfim, batendo as portas de vários entes, falando sobre isso. Nós estamos reclamando ainda pelo básico.

Então, realmente o Plano De Ação é perfeito, o problema é mão de obra. Vamos falar da questão concurso, vamos falar da questão pessoas, professores, cuidadores, professores de apoio para atender o básico. Nós estamos falando ainda do básico.

A dívida da pessoa com deficiência tem mais de 60 anos, que existe a luta política. Desde 1961, os primórdios e nós temos mais de 60 anos lutando e estamos falando do básico.

Para elaboração do plano ouviu-se as famílias atípicas, ouviu-se as mães atípicas com ideias, com ideias. Porque, como as famílias atípicas, as mães vivem, elas realmente têm excelentes ideias para isso. Mas, nós estamos ainda falando do básico.

Realmente eu li e fiquei muito esperançosa. O plano é extremamente bem elaborado. A questão que eu, que até então as mães, as famílias, a sociedade em si precisa verificar é: não temos o cuidador, não temos o professor de apoio, como é que vamos conseguir executar esse plano? Primeiro ponto, como é que nós vamos conseguir executar?

Então, ao ver o cronograma foi dito aqui abril de 2024, foi dito aqui agosto de 2024, curto prazo, longo prazo. Eu olhei os eixos, a previsibilidade do curto, do longo prazo. Eu ouvi aqui abril de 2024. Poxa, eu tenho uma Ata de março de 2024 dizendo "precisamos reduzir a carga horária. Você venha buscar às 9:30."

Isso tudo gera uma consequência muito grande para as famílias. Como essas mães, como essas famílias conseguem se colocar no mercado? E o reflexo de tudo isso, onde chega?

Então, nós temos recebido, pela Comissão da Pessoa com Deficiência na OAB, muitas denúncias, deputado, muitas denúncias ainda. Estamos avançando, eu tenho ciência disso e temos muito agradecer e também agradecer pela a sua iniciativa. Foi, até então, produzida uma auditoria, foi confirmado o que as famílias disseram, da ausência de políticas públicas, da ausência com a questão saúde, da ausência com a questão educação. Foi confirmada. As estatísticas estão ali.

Quando eu olhei essas estatísticas e nem todas as escolas responderam, foi parte, confirmando o que as famílias disseram, é um alento, ao menos. Nós temos aqui um plano que ainda precisa ser pensado no cronograma inicial de como executar. Se a pessoa com deficiência não tem acesso à sala de aula porque ela não tem um cuidador, como é que vai executar o restante? Cadê a mão de obra na escola para isso, para esse fim? Eu estou falando da parte da educação. Cadê a mão de obra? Sem o cuidador capacitado ou sem o professor de apoio capacitado lá, não tem como dar acesso o restante.

Então, eu entendo que isso precisa, realmente, ser revisto para, até então, ultrapassar, para atender as demais fases do plano aqui apresentado. Eu verifiquei que algumas etapas realmente apresentando aqui, já estão sendo cumpridas, a etapa do "Fecha Laudo". E, em razão da etapa do "Fecha Laudo", há um quantitativo muito maior de alunos diagnosticados hoje que, conseqüentemente, precisará rever as estruturas de sala de AEE, Sala de Recursos.

Tem uma professora de Sala de Recursos, em algumas escolas, em que ela está com mais de 30 pessoas para fazer um cronograma de atendimento. Ela vai fechar o cronograma e não consegue atender. Então, tem como pensar também na condição do professor para isso. Ele está em uma condição sobre-humana. Ele tem um quantitativo muito grande de alunos, estão chegando os lados, alguns ainda em investigação. Ele não tem a capacidade, mesmo com carga horaria, ou capacidade - não é capacidade em termo de conhecimento, não é isso -, é a capacidade mesmo em termo de agenda para poder cumprir.

Então, assim, avançamos muito. Agradecemos o que está produzindo aqui na auditoria, ela vem com os ajustes aqui de cronograma, com os ajustes de que foram apresentados na reunião anterior ficou muito melhor com os ajustes, realmente ficou muito melhor. Atende a necessidade da comunidade? Sim. Mas, precisa ser revisto o básico inicialmente, o básico. Sem o básico não tem como passar para as etapas superiores.

Era isso que nós tínhamos a contribuir. E dizer que na OAB nós temos uma gestão, nós temos uma presidência que está muito voltada, é muito colaborativa está sempre atendendo aos requerimentos, sempre voltada, uma escuta ativa em relação a queixas, denúncias, o que pode intervir, o que podemos ajudar para a pessoa com deficiência. Temos uma gestão muito voltada e estamos, obviamente, à disposição para isso. Mas, pensar que para executar esse plano o ponto de partida inicial, o básico, a pessoa com deficiência na educação, falando da educação, precisa primeiro desse ponto.

Eram essas as minhas considerações, deputado. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Doutora Luzinete, pelas considerações, pela contribuição.

Isso aqui é para, realmente, ouvir a sociedade. A senhora representando a entidade OAB. É um plano que foi feito, nós temos agora um norte daquilo que tem que ser implementado pelo Executivo, e sabemos dessa deficiência do Estado. Eu, até como deputado, eu não consigo entender. Se nós temos um ano letivo que começa em fevereiro ou março, vamos fazer um seletivo em maio. Não consigo entender esse planejamento. É difícil de entender. Quando era da iniciativa privada, que tinha minha empresa, se o mês ia começar em janeiro, eu tinha que ter o funcionário para atender em janeiro. Agora, começar em março para fazer o seletivo em maio.

Na minha cidade precisa, acho, de 35 cuidadores e até agora não tem nenhum. Então, infelizmente, a gente fica nessas dependências de um plano tão bem feito e faltar o básico. Mas, nós estamos aqui, realmente, para entender, para cobrar e para colocar as ações que sejam efetivadas.

Eu quero aqui franquear a palavra ao nosso Deputado Federal Fernando Máximo, que está em Brasília, e de forma remota está participando desta Audiência desde às 14 horas. Gostaria de franquear a palavra ao senhor, participar conosco Deputado Federal Fernando Máximo. Saiu o link? Façam contato com ele. Assim que voltar o link, vocês me avisam e eu o coloco para falar.

Vamos franquear a palavra ao nosso Secretário de Saúde do Estado de Rondônia, Coronel Jefferson, que vem desenvolvendo um bom trabalho dentro da Secretaria, fazendo com que possamos amenizar a dor do rondoniense, ter um atendimento digno, um atendimento humanizado.

A gente sabe do seu esforço, Secretário, e nós fizemos o pedido do "Fecha Laudo" para a cidade de Cacoal. O senhor prontamente atendeu.

Eu até ouvi a fala da Luzeni em relação às pessoas que foram em quase 100%, lá. Faltaram três pessoas. Nós colocamos a equipe também para estimular as pessoas, porque, pela falta do "Fecha Laudo", quando nós tivemos um profissional lá, falamos: "Olha, é a oportunidade. Vocês não percam a oportunidade. Estejam lá.". Entendeu? Então, queremos agradecer, de público, esse atendimento lá na nossa cidade, mas que possamos atender o Estado de Rondônia.

Está com o senhor, a palavra.

O SR. JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA - Boa tarde a todos. Eu queria agradecer em nome do senhor, deputado, a todos os presentes aqui. Em nome da Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, que também é uma pessoa que é sensível à causa ali; e a todas as mulheres aqui presentes.

Dizer que nós, como Secretaria de Saúde, ficamos felizes com essa ação de integração. Por meio do nosso eterno conselheiro, Paulo Curi, tive a honra de participar de várias reuniões na 7 de Setembro com o senhor e a Seduc e as outras Secretarias. Ver o empenho dos técnicos, e do senhor, que, além de estar junto com a equipe para isso sair do papel; essa vontade do senhor ali, enxergava um futuro melhor.

Nessas ações, a gente, como Secretaria de Saúde desde 2023, como bem já falou o Deputado Cirone, nós pensávamos em vários organismos dentro da Secretaria para tentar trabalhar essa exclusão dessas pessoas, desses pacientes.

Aí eu vejo aqui – não sei se ela ainda está por ali. A da irmãs Corais, acho que a Flaviana, acho que ela está por ali ainda – foi uma pessoa com quem eu conversei no meu segundo do dia como Secretário de Saúde. E ela me trouxe várias demandas ali desse universo excluído.

E eu fico muito feliz que pelo menos em pouco mais de um ano a gente saiu de uma escuridão e hoje a gente tem um norte a seguir. Nós, como Secretaria de Saúde, já fizemos várias ações ali de inclusão, inclusive de reconhecimento, de busca ativa desses pacientes que estavam perdidos na nossa rede, e graças a essa conexão desses atores, dessas instituições, a gente vê pessoas tendo a dignidade de ter seus direitos adquiridos e ter esse serviço sendo prestado dentro do nosso próprio sistema.

Antes, muitos desses pacientes, nós mandávamos para fora do Estado. Hoje, a gente consegue resolver aqui dentro. Então, eu só tenho a agradecer realmente a este serviço. O Simpósio que nós fizemos agora em tão pouco tempo, com a ajuda do nosso Deputado Cirone Deiró, foi um marco realmente, nessa linha de cuidado porque, além de levar esse serviço, esse aprendizado, o retorno social que nós tivemos como Secretaria de Estado – de pessoas, de famílias que não conheciam algumas situações envolvendo o transtorno intelectual –, isso nos deu a felicidade de dizer que nós estamos no caminho certo.

Nós não conseguimos mudar tudo muito rápido, mas com a ajuda de todos eu aproveito para agradecer novamente ao Tribunal de Contas, porque essa conexão intersetorial, interinstitucional, isso só faz com que nós possamos dar uma melhor qualidade de atenção, assistência aos pacientes. Então, que Deus abençoe a todos e um forte abraço do nosso governador, que é muito sensível a esta causa.

E eu faço questão de dizer que essa coordenadoria, praticamente nessa reformulação da Secretaria em janeiro de 2023, ele mandou pessoalmente e eu falo para os senhores que, por não entender o que era a Sesau, ele falou: "Reserve um espaço, uma coordenadoria, uma diretoria, qualquer coisa que cuide da deficiência intelectual."

E aí, eu lembro que procurei a Anelise e, na época, à nossa Secretária Executiva, Michele, eu perguntei: eu não sei o que o nosso governador quis dizer com isso, mas ele quer que nós criemos aqui algo que modifique, que faça esse trabalho esquecido pelo Estado. E depois de algum tempo na Secretaria, estudando todos os casos, é que eu vim a entender o que o governador estava pensando, lá na frente. E hoje a gente vê a concretização de um serviço que está fazendo a diferença na vida das pessoas. Está certo? Deus abençoe a todos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Secretário Coronel Jefferson, pelas palavras. Que o senhor continue com esse olhar atento às pessoas com deficiência dentro do Estado de Rondônia.

Eu ouvi a Luzeni comentando sobre os Centros de Reabilitação do Estado. Nós temos o CERO, que é aqui de Porto Velho; e dos municípios, CER, que tem essa parceria com a Secretaria de Saúde. Mas, nós precisamos ampliar esse atendimento, como você disse, não está tendo essa conexão dessa porta de entrada. A gente vê o CER, pouco movimento e muitas pessoas precisando desse atendimento. E a deficiência, muitas voltadas só para os transtornos. Nós temos pessoas com deficiência visual, surdos, deficiência física, muitas deficiências, um universo muito amplo que a gente precisa dar esse acolhimento a essas pessoas.

Franquear a palavra ao nosso Controlador-Geral do Estado, o Senhor José Aquino. Doutor José Aquino, por gentileza.

O SR. JOSÉ ABRANTES ALVES DE AQUINO - Boa tarde a todos. Saúdo todos da Mesa na pessoa do Deputado Cirone Deiró. E saúdo todos na plateia em nome do nosso Governador Coronel Marcos Rocha.

Peço permissão para fazer minha autodescrição. Tenho cor parda, 1,78m, cabelos grisalhos, estou trajando um blazer azul, uma gravata azul de listra e camisa azul claro. Me chamo José Abrantes Alves de Aquino.

Eu queria citar aqui, deputado, de quando eu estive na primeira reunião, lá na Escola de Contas. Estava o senhor, o Doutor Paulo Curi. E a gente ouvindo as mães, a gente vendo aquele clamor. Fazer um pequeno intervalo para agradecer os colegas, amigos, os técnicos do Tribunal de Contas que são nossos parceiros eternos. E não temos o Tribunal de Contas como fiscalizador, temos como parceiros mesmo. Então, naquele momento a gente viu o clamor daquelas mães. E hoje nós vemos um plano sendo iniciado.

Eu vejo como um passo gigante, embora seja um início, mas nós vemos que lá atrás, na década de 1960, o homem chegou à lua como uma coisa impossível; e hoje a gente passou de Plutão. Então, assim, precisávamos dar o primeiro passo. E quando a diretora falou que nós conseguíamos fazer o atendimento diferenciado das mães atípicas na matrícula de seus filhos, eu lembro lá que tinha uma senhora do meu lado que ela dizia assim: "Isso nunca vai acontecer", mas aconteceu. Sabe, assim, eu gosto de viver os momentos e trazer isso para nossa lembrança.

E aí eu trago também aqui uma fala da Doutora Tércia, que se encontrava naquele ambiente também no momento, e ela dizia: "Rondônia está tendo uma iniciativa que muitos países da Europa não têm". Então, eu lembro dela comentando isso e disse, "nossa, a doutora tem uma vivência e ela acha que Rondônia está tendo uma iniciativa diferenciada". E como disse muito bem aqui o meu amigo Secretário de Saúde Coronel Jefferson, as nossas caminhadas são difíceis, mas elas são necessárias.

Dentro do Poder Executivo as coisas não acontecem com muita facilidade. Eu vi aqui a doutora falando sobre ter que levar para a Comissão Bipartite. Então, assim, são coisas que nós temos que cumprir o regramento, embora o nosso desejo seja que todos tenham esse atendimento o mais rápido possível. Porque, logicamente, quando a pessoa está necessitada, ela quer o atendimento rápido, ela não pode esperar. Nós temos a consciência que essas crianças – porque eu tenho um neto que é autista também –, eles precisam de atendimento imediato. Sabe? Mas como é a nossa condição de trazermos esse atendimento de imediato? É nós procurarmos dar o primeiro passo.

Eu trago aqui também uma reflexão que eu acho muito importante, quando foi colocado sobre a participação social. E aí eu trago, Doutor Paulo Curi, desde o dia que assumi lá na Controladoria e depois conversando com o senhor no próprio Tribunal. E foi um pedido do governador de nós levarmos a Controladoria-Geral do Estado para perto das unidades.

E assim temos feito, levando a Controladoria a participar não só do plano da educação inclusiva, mas de todos os planos que são construídos em parceria com todos os órgãos do Poder Executivo e especialmente, o do Tribunal de Contas.

Nós temos vários planos em desenvolvimento, em construção, temos outros planos em monitoramento. E aí, como disse o nosso querido Kleber, que trabalha conosco - pedi para o Doutor Paulo não o levar para o Tribunal de Contas. Mas, nós estamos sempre buscando a participação social, porque nós acreditamos que a evolução só vai acontecer quando toda a sociedade tiver consciência de que a sua participação é fundamental, desde o momento da construção, até o momento da avaliação, para que nós possamos trazer melhoras.

E aí, eu lembro nas minhas aulas de Direito lá com o doutor, também Conselheiro do Tribunal de Contas, Doutor Francisco Júnior, que ele dizia: "O direito evolui à medida que a sociedade evolui". E eu acredito nisso, à medida que nós nos conscientizemos e nós evoluirmos, nós vamos ter a nossa sociedade gozando dos benefícios que ela tanto necessita.

E aí, eu lembro assim, porque o Estado de Rondônia me proporciona uma coisa que é ímpar, Doutor Jefferson. Eu andei em todos os municípios do Estado de Rondônia, e eu vejo a necessidade das pessoas que são portadoras de necessidades e estão lá em Cabixi, lá em Chupinguaia; lá em Pimenteiras, sabe, nos rincões do Estado de Rondônia.

Isso é muito importante que nós tenhamos essa consciência, enquanto técnicos, de que as nossas ações aqui, nesse momento, ou em nosso local de trabalho vão atingir diretamente as pessoas que estão nos locais mais distantes do Estado de Rondônia. Isso é uma consciência, isso é a participação social e é a nossa obrigação enquanto pessoas, enquanto cidadãos. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado Excelentíssimo Doutor José Aquino pela participação. A CGE contribuindo com esse plano. Então, é de suma importância que a Controladoria também esteja junto e monitorando essa execução desse plano.

Eu quero registrar a presença de uma equipe de mães, que veio de Machadinho para acompanhar essa Audiência: a Kátia, a Roseli, a Leide. Obrigada pela presença. Professora lá do Vale do Anari, Professora Luzia e todos vocês. Gratidão por uma Audiência bastante técnica, mas de suma importância para evolução desse plano de ação e precisamos de vocês. O poder emana do povo, então é o povo que faz as coisas acontecerem.

Dando sequência às falas, eu quero franquear a palavra ao nosso Procurador do Estado de Rondônia, Doutor Leandro Castro Souza, para usar a palavra, pode ser aqui da tribuna.

O SR. FERNANDO MÁXIMO (Por videoconferência) - Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Doutor Leandro, só um minutinho.

Deputado Federal Fernando Máximo, está conectado?

O SR. FERNANDO MÁXIMO (Por videoconferência) - Se eu puder falar um minutinho agora, a gente vai entrar na Sessão aqui na tela, fazendo várias votações. Se eu puder falar um minutinho, fico feliz.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Está franqueada a palavra ao senhor.

O SR. FERNANDO MÁXIMO (Por videoconferência) - Peço perdão ao orador aí agora, que acho que seria o Doutor Leandro. Doutor Leandro, perdão.

Eu quero cumprimentar o Deputado Cirone Deiró - parabenizar pela Audiência fantástica -; o Deputado Rodrigo Camargo; a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa; Conselheiro Paulo Curi, Tribunal de Contas; Senhora Irany; Coronel Jefferson, Secretário de Saúde; Doutora Jaqueline Guedes, Defensora; Doutor Leandro Castro, Procurador do Estado; Doutor José Abrantes, Controlador-Geral; Doutora Luciana Ondeí, Promotora; Doutora Luzinete Xavier, advogada; a Luzeni, excelente técnica da Secretaria de Estado da Saúde, que acabou de falar agora a pouco.

Eu quero parabenizar por essa Sessão fantástica! Nós estamos aqui na Câmara dos Deputados, também imbuídos de aprovar vários Projetos de Lei para beneficiar as pessoas com deficiência, para beneficiar os autistas, para a gente praticar a justiça social. É isso que nós queremos.

E nós estamos percebendo aqui, Deputado Cirone, que nós precisamos cobrar muito a execução de leis. Têm muitas leis que já foram aprovadas, a gente observa no âmbito dos Estados, dos municípios de um modo geral, é uma queixa de mãe e de pacientes de Rondônia e do Brasil todo. E já existem muitas leis, Projetos de Lei aprovados na Câmara, no Senado, leis que estão vigentes, mas que não são seguidas, não se seguem.

Então nós precisamos...

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Estamos ouvindo.

O SR. FERNANDO MÁXIMO (Por videoconferência) - Além de continuar aprovando bons projetos, nós precisamos fiscalizar melhor para que as leis sejam cumpridas. Mas, parabéns pela Audiência, parabéns a todos que lutam por essas causas nobres, sejam de pessoas com Transtorno Do Espectro Autista; pessoas com deficiência; pessoas com doenças raras.

Tivemos uma aprovação extremamente importante aqui na Câmara, de um projeto de nossa relatoria, para colocar como membros da Conitec (Comissão Nacional de Tecnologias), que avalia os medicamentos do SUS, implementados pelo SUS, que tivesse membros de pacientes, associação de pacientes, mães, etc, participantes - não tinha antes, era uma decisão que tinham técnicos do Ministério da Saúde; médicos, Conselho Federal de Medicina -, mas não tinha participante da sociedade, pessoas que realmente sofrem na pele com esses problemas.

Então, nós estamos tentando legislar aqui de uma forma muito humana, ouvindo as pessoas, ouvindo as necessidades, tentando se colocar no lugar dessas pessoas, desses familiares de pessoas com deficiência, de pessoas com doenças raras, de pessoas com Transtorno Espectro Autista e outros transtornos.

Para que a gente possa da melhor forma possível, dar uma melhor qualidade de vida para essas pessoas, dar um melhor atendimento na área da educação, na área da saúde, assistência social para que essas pessoas sejam tratadas com mais humanidade e com mais justiça social.

Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Parabéns de novo pelo evento, parabéns a todos os organizadores, todos que estão participando e discutindo.

Peço perdão, que hoje é um dia de tensão aqui na Câmara dos Deputados, nós estamos entre uma votação e outra. Tentando prestar atenção aqui na Audiência Pública, e agora por exemplo, eu vou ter que sair um pouquinho para participar de uma votação e de uma reunião.

Muito obrigado, Deus abençoe a todos. Contem comigo aqui no Parlamento Federal, lutando pelo direito das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras e outros transtornos. Estamos aqui é para isso. A nossa função aqui é ouvir as pessoas, ouvir as demandas, executar leis e cobrar a execução de cada uma dessas leis que já foram aprovadas.

Muito obrigado, Deputado Cirone Deiró. Fica aqui meu sentimento de gratidão e de parabéns. Parabéns a você, ao senhor e a todos que estão compondo essa Audiência Pública. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputado Federal Fernando Máximo, pela sua participação. Precisamos, sim, do seu olhar atento dessas leis aí no Congresso Nacional.

Nós temos aqui também a presença da Rosilene Casara, representando a Secretaria Municipal de Guajará-Mirim. Obrigado pela presença.

Vamos franquiar a palavra o Doutor Leandro Castro Souza, representando a Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia.

O SR. LEANDRO CASTRO SOUZA - Boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Cirone Deiró. Aqui estendo o cumprimento às autoridades da Mesa.

Deputado Cirone como já foi enfatizado aqui, apareceu no início engajado na matéria, ele empurrou aqui o Estado como um todo, Tribunal de Contas e atuação de vários órgãos que a gente tem visto para fazer esse plano sair hoje. É um plano que visa trazer ao protagonismo pessoas que historicamente foram invisibilizadas.

A gente está tentando aqui consertar um problema histórico de décadas e com um trabalho árduo de uma equipe muito engajada. Isso eu posso enfatizar, sou um Procurador de Estado junto à Seduc e sou testemunha do trabalho incansável que essas pessoas têm feito para funcionar a política pública de educação e de educação inclusiva no Estado.

Acho que o plano não é perfeito, como disse o nosso Controlador do Estado. É um primeiro passo, é um passo importante, mas é um primeiro passo.

A gente vai agora centralizar uma política pública que era feita de forma setORIZADA. A gente viu aqui que estamos integrando uma série de Secretarias aqui, participação da Sesau, da Seduc, da Seas, da Sepog e da CGE. Veja que são vários órgãos que estão envolvidos aqui, o que demonstra a seriedade com que o Estado tem tratado do tema.

E tem tratado ainda com parceria junto com o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Tribunal de Contas e a própria sociedade civil. Há espaços ainda de participação da sociedade aqui, e a Procuradoria do Estado

atua nesse processo para viabilizar que esse plano aconteça.

A gente sabe que existem várias demandas que vão acontecer ao longo desse plano, de curto e médio prazo, que envolve a contratação de servidores de modo provisório e definitivo, obras e alterações legislativas. Ainda tem um trabalho árduo a ser feito.

E eu queria só colocar aqui em nome do Procurador-Geral, a Procuradoria está à disposição da equipe técnica, mas também de todos órgãos do Estado, do Tribunal de Contas, da Assembleia Legislativa, do Ministério Público, como um parceiro para que essa política pública efetivamente saia do papel e que chegue às entidades, às pessoas que precisam dessa política, tão cara à sociedade.

Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Doutor Leandro pela participação.

A gente vê a importância da Procuradoria em estar participando desse plano, desse processo. Como o senhor disse, vamos ao longo dessa jornada, nós temos vários implementos a fazer, inclusive na legislação. Então, precisamos, sim, do total apoio da Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia.

Eu queria franquear a palavra à Doutora Mayra Carvalho, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

A SRA. MAYRA CARVALHO TORRES SEIXAS - Boa tarde a todos. Inicialmente cumprimento os membros da Mesa na

pessoa do Deputado Cirone Deiró, e também do meu colega de faculdade, Leandro.

Cumprimento o público na pessoa do meu amigo do Controle Externo do TCE, Robnei. E saúdo a Vanessa, que está ali também, minha colega de faculdade, e toda a sociedade civil que fez presente aqui, acompanhou essa longa e técnica Audiência Pública.

É muito importante a participação da sociedade civil. Nós vimos aqui como foi importante a participação das mães atípicas e de toda a equipe técnica na construção desse plano de ação.

A minha fala vai ser breve, mas eu gostaria de ressaltar aqui a importância da atuação articulada que foi demonstrada hoje. Parabenizar a todas as Secretarias que fizeram com que esse plano de ação fosse possível.

Vimos aqui o preparo e o interesse de cada pessoa que falou aqui, que de fato quer fazer um plano que seja aplicável e que realmente mude a realidade dessas pessoas. E não só as Secretarias, mas o Tribunal de Contas e todos os outros órgãos que atuaram em conjunto para fazer com que esse plano fosse tão bem feito.

A gente viu como ele é muito articulado com os eixos e ações, cada um com um prazo específico. A gente sabe que agora entramos em uma realidade mais difícil, com outros desafios agora para execução, monitoramento e avaliação desse plano.

Que a sociedade civil e as mães atípicas e todas as pessoas interessadas possam acompanhar de perto o cumprimento de cada uma dessas metas. E aqui eu ressalto a importância do que foi trazido também pelo nosso Controlador Interno, da transparência ativa e passiva, para

que a sociedade civil possa acompanhar a execução *pari passu* desse plano.

E ao final, desejo boa sorte e sucesso na execução desse plano e a Defensoria Pública do Estado de Rondônia se coloca à disposição junto com os outros órgãos para que a realidade dessas pessoas do Estado de Rondônia possa ser, realmente, afetada por esse plano de ação.

Parabéns. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Doutora Mayra pelas palavras. Leve nosso abraço ao Defensor-Geral Doutor Victor Hugo, um grande parceiro aqui da Casa, e a Defensoria tem feito um brilhante trabalho dentro do Estado de Rondônia.

Eu franqueio a palavra à Doutora Yvonete Fontinelle, do Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia para fazer as suas considerações. Teve uma participação bastante ativa nesse plano aqui do Estado de Rondônia.

A SRA. YVONETE FONTINELE DE MELLO - Cumprimento a todos os membros da Mesa, na pessoa do Doutor Paulo Curi, entusiasta da educação de forma geral. E cumprimento a todos os participantes desse evento, como também aos que nos assistem através do Youtube.

Vendo a apresentação do plano me lembrei que tudo isso surgiu de uma demanda da sociedade, das mães atípica e da sociedade em geral, que foram ao deputado que, por conseguinte, foi ao Tribunal de Contas. E lembrei logo do planejamento da auditoria, da apresentação, do segundo encontro que foi da apresentação do resultado da auditoria.

E eu vejo, agora estamos em um plano de ação. Uma fase já terminou. E, nesse momento, eu quero parabenizar tanto o deputado, pela sensibilidade por ter atendido a demanda da sociedade, buscando o Tribunal como a todos os técnicos que fizeram esse trabalho com alta qualidade. E parabenizo em especial à Seduc, Sesau – não posso esquecer ninguém –, Seduc, Sesau, Seas, Sepog e a CGE.

E a gente vê aqui que não é um plano de ação de uma unidade, de uma Secretaria, é um plano de ação do Estado. Isso demonstra que essa é uma política que deve ser uma política de governo, uma política de Estado que deve perdurar independente do governo que aí o esteja.

Eu vejo que em um primeiro momento, agora que já passou, no caso do processo no Tribunal de Contas, agora de acordo com a resolução e a norma, os órgãos irão apresentar um relatório e documentação comprobatória do que eles fizeram durante esse período, salvo engano são de seis meses e o Tribunal irá monitorar e verificar o cumprimento desse plano de ação. E eu achei superinteressante a Controladoria-Geral do Estado estar nesse monitoramento auxiliando a que esse plano de ação tenha efetividade.

E em um primeiro momento eu vi a questão levantada pela representante da OAB, da ausência cuidadores, e hoje eu também sou super preocupada com isso. E hoje eu vi que não existia esse cargo de cuidador no quadro do Estado, mas que hoje já teve um processo seletivo para contratar esse pessoal, esses cuidadores, e que no concurso que se avizinha também irá contemplar esses cargos de cuidadores.

Por que se fez um plano de ação? Porque a questão é tão complexa, difícil de ser resolvida que é aquilo que não dá para resolver com uma canetada ou com uma ação. É uma série de ações que a longo e a curto prazo vão ser

resolvidas e dirimidas. E a gente fica muito feliz em ver que há um plano que vai ser acompanhando tanto pelos técnicos do Tribunal de Contas, Ministério Público de Contas, e uma decisão do Tribunal, falando sobre o cumprimento, qual o rumo que deve ser corrigido.

E eu penso que há uma luz muito grande no final do túnel. E eu espero, sinceramente, que essa resposta, aos anseios sociais, seja uma resposta profícua. Não vai resolver todos os problemas, mas eu antevjo uma melhora significativa, um avanço muito grande.

O plano em si contempla, com grande magnitude, ação tanto do Estado nas suas escolas e procura resolver questões sobre a interligação da Seduc com a Sesau; os laudos, que eram o grande problema, com o apoio do Seas para aquelas questões dos estudantes e crianças em vulnerabilidade.

Eu penso assim: é um plano muito bom e que a gente espera, sinceramente, que seja cumprido; e nós, como membros do Ministério Público, estaremos acompanhando com afinco.

É um momento de festejar essa primeira fase, em que agora se encontra. Parabéns a todas as pessoas que atuaram na concepção deste plano. Nós aguardamos muito que ele seja fielmente executado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Doutora Yvonete, que sempre esteve aqui atentamente participando do plano desde o início, nas primeiras audiências que fizemos.

Agradecemos a presença do Ministério Público de Contas, juntamente conosco, engajado nesse plano de ação. Como disse o nosso Controlador-Geral, teve o depoimento da

Doutora Tércia, ele implementado dentro do Estado de Rondônia, vai estar à frente até de muitos países europeus. Que assim seja.

Quero franquear a palavra a Excelentíssima Doutora, Senhora Luciana Ondeí Rodrigues da Silva, Promotora de Justiça e coordenadora do Grupo de Atuação Especial da Educação (Gaeduc), neste ato representando o nosso Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia.

A SRA. LUCIANA ONDEI RODRIGUES SILVA - Boa tarde. Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Cirone Deiró. Diante do adiantado da hora, na sua pessoa, deputado, cumprimento todos os demais integrantes da Mesa. As pessoas, os profissionais da Educação aqui presentes, as famílias e sociedade como um todo que se fazem presentes neste momento importante do nosso Estado.

Eu me recordo que em 2021, quando eu comecei a fazer um levantamento de uma pesquisa para verificar se a gente tinha um diagnóstico em relação ao quadro da Educação Especial no Estado, eu verifiquei que nós não tínhamos. Em 2021, logo no início do ano. E na sequência, eu acho que foi ali no meio, não sei exatamente, mas eu tinha falado com o Bruno, do Tribunal de Contas e ele falou: não tem. Logo na sequência eu tomei conhecimento de que havia sido feito um pedido pelo senhor e o Tribunal de Contas estava fazendo uma auditoria. Isso na qualidade de pesquisadora, que eu estava estudando.

Então, eu parablenizo o deputado pelo engajamento e pela ação de ter provocado o Tribunal de Contas.

Parabenizo o Tribunal de contas por ter atuado, fomentado, induzido a elaboração de um documento tão importante.

Parabenizo a Seduc, a Secretaria de Ação Social, a Sepog, a Controladoria, que efetivamente o documento final, o documento elaborado é muito consistente. O documento traz soluções para uma das questões mais difíceis, uma das maiores dificuldades que nós temos hoje, que é a intersetorialidade.

É resolver problemas que estão fora da escola. Ações que não dependem da escola. Como a educação, todo mundo bate na porta da escola, mas, às vezes, as ações que precisam ser realizadas, para se avançar no processo de aprendizagem, não está dentro da escola. Está na saúde, está na assistência social, está na intervenção com relação até a um familiar, não é nem necessariamente a criança. Então, dentro dessa complexidade, o plano atende a todas as expectativas.

E, como eu disse no evento, quando foi apresentada a última versão para o então nosso presidente Paulo Cury, se o Estado conseguir executar o plano, Rondônia, certamente, estará na ponteira dos Estados que conseguem entregar uma educação de qualidade para as pessoas com deficiência.

Porque este problema com a Educação Especial é no país todo. Hoje, eu arrisco a dizer que se qualquer um de nós se formos indagar qualquer Secretaria de Educação, seja de Estado, seja do município, quais são os maiores problemas? A Educação Especial estará listada.

Dentro do próprio Ministério Público, que eu participo, tenho acompanhado, integro a Comissão da Educação do Ministério Público dos Estados, o Ministério Público Federal, integro uma comissão, um grupo de trabalho

do Conselho Nacional do Ministério Público discutindo sobre Educação Especial. E esse é um problema do Estado, do país todo. O momento hoje só não é mais festivo, deputado, porque nós estamos construindo um navio já ali em alto mar.

Nós estamos falando de uma política que foi consolidada em 2008. Nós estamos falando de serviços que já deveriam estar sendo ofertados. Por isso é que, às vezes, não se tem, as pessoas, as famílias ficam às vezes não tão satisfeitas quando se elabora um documento. Porque o nosso compromisso agora é maior. Nós não podemos deixar que esse plano de ação, que chega atrasado no sentido de que os problemas já existem, as crianças já estão na escola e precisam para ontem de todos os recursos.

Então, existe esse *gap* de ação. E nós temos que trabalhar para fazer esse monitoramento, essa fiscalização para que o nosso plano de ação não repita o que aconteceu, que a gente não repita o que aconteceu com o Plano Nacional de Educação, que está aqui no final do seu cumprimento, o prazo final de cumprimento, com nem 85% das metas cumpridas. E isso replicando no mesmo problema nos Planos Estaduais e nos Planos Municipais de Educação.

Então, é um compromisso maior. E isso eu, enquanto integrante do Ministério Público, penso que nós temos é que agora nos preocupar com a execução do plano. O plano foi uma etapa muito bem sucedida, é um documento ímpar, muito bem elaborado.

É óbvio que cada uma daquelas propostas - pessoal da Educação quando se abre uma caixinha ali, tem dezenas de ações que não estão escritas aqui que serão, que deverão ser tomadas, dezenas de providências que deverão ser tomadas para que ele surte os seus efeitos. Mas, eu acredito que nós temos uma direção, uma boa direção.

Agora, o nosso trabalho é continuar para que a gente reverta os números. Nós temos no Estado de Rondônia, dentro daqueles indicadores que foram apresentados - eu acho que no começo -, nós não chegamos a 50% do número de alunos da Educação Especial matriculados com o Atendimento Educacional Especializado. A média de Sala de Recursos não passa de 60% de escolas. Se nós pegarmos hoje um número de escolas só na rede do Estado, mais de 400, 247, dá uma média, não supera 60%. E essa média é, segundo o próprio relatório de monitoramento do Plano Nacional de Educação da Seduc, nós alcançamos aí, não superou 50% o número de alunos matriculados com deficiência, matriculados na rede regular e que recebe Atendimento Educacional Especializado.

É óbvio que nem sempre o aluno precisa de Atendimento Educacional Especializado, porque às vezes ele não precisa. Ele precisa de outros recursos, de outros serviços de apoio e não necessariamente daquele atendimento que é realizado na Sala de Recursos, que é uma parte, uma fatia do atendimento que ele precisa. Mas, esse número por si só já nos deixa, evidencia a dimensão do trabalho e do compromisso que o Estado de Rondônia assume.

Nós estamos falando de ter que dobrar o número de Sala de Recursos, de ampliar o número de Sala de Recursos. E com isso não é só a parte estrutural, é contratação de professores, é equalizar, dar condições para esses professores trabalharem. Porque hoje uma das maiores queixas trazidas pelos professores é que eles não conseguem realizar qualquer tipo de atividade extraclasse. Não há articulação.

O professor de AEE não consegue deixar a Sala de Recursos para fazer o acompanhamento daquilo que ele está recomendando como necessário, porque ele não consegue

sequer observar o aluno fora daquele horário de aula na Sala de Recursos. E isso tudo faz diferença.

Nós temos que ampliar o nosso número de serviços de apoio. Temos uma demanda gigante de profissional de apoio escolar, que é o cuidador. O Estado hoje não tem o cargo de profissional de apoio escolar, mas aqui no Estado, pelo menos na rede estadual é o "técnico educacional cuidador", mas deste quadro nós temos só 84 profissionais efetivos.

Mais de 800 cuidadores hoje, que atuam na rede estadual são temporários. E qual é o problema disso? Todos esses recursos que são investidos em formação, se o servidor é temporário quando ele deixa, a formação vai com ele, e o Estado, então, cada vez mais, acaba sendo onerado porque tem sempre que recomeçar do zero. Nada, nada, nada recomeça do zero. Então, nós precisamos com esse plano de ação, com esses contornos, superar todas essas dificuldades.

Professor mediador. Hoje, dentro do Ministério Público, aqui na 18ª Promotoria de Justiça da Educação, nós temos 50% dos pedidos de providências individuais - que hoje estão na Promotoria -, são relacionadas a professor auxiliar. Só que não existe nem regulamentação. Nós precisamos avançar na regulamentação, na atualização da legislação, fazer as correções que são necessárias, melhorar os serviços de apoio, contratar...

O Estado, por exemplo, não disponibiliza professor de Libras. O Estado não disponibiliza professor de Braille. Nós só temos intérpretes. Agora, o intérprete só, não é suficiente. E eu aqui, vou só interromper, porque eu cometi um erro crasso para quem está aqui em uma Audiência Pública falando de Educação Especial. Eu não fiz a minha audiodescrição. Então, eu não vou sair daqui sem fazer.

Eu sou uma mulher branca, 44 anos. Tenho cabelo castanho escuro, liso, até os ombros. Estou vestida com um blazer - eu não sei se ele é quadriculado, eu acho que é -; com uma blusinha clara, quase branca.

E estou aqui insistindo, reforçando, ratificando todas as questões positivas que foram trazidas, todos os avanços que foram narrados aqui, de fato, eles estão ocorrendo. Eu já me reuni só para falar de Educação Especial com a Seduc umas quatro vezes, não é, Professora Irany? Umas quatro vezes.

Então, a gente está vendo um movimento, a Seduc não estava esperando o plano para agir, já havia, está havendo um trabalho. Como eu disse: o navio está sendo construído em alto mar. As coisas estão acontecendo. Agora com o plano, o compromisso ainda é maior porque nós precisamos, de fato, tirar ele do papel e vencer essas questões que são mais cruciais. Que eu acho que hoje, é essa questão dos profissionais, até pensando na criação de cargos porque nós não temos cargos, por exemplo, para professor de Braille, professor de Libras, isso é uma dificuldade. Isso tem que ser superado. Algumas normativas têm que ser criadas.

E de fato, se criar cultura inclusiva nas escolas, não adianta nada. Por exemplo, a Seduc tem instrumentais importantes desde 2022. Com relação ao cuidador, um fluxo para analisar os pedidos. É preciso que a gente a, cada vez mais, se aproprie desses instrumentos, que a Educação se aproprie desses instrumentos, para a gente conseguir tirar a lei do papel. E é um compromisso de todos nós.

É um dever do Estado, sim; é um dever da família também; é um dever nosso, enquanto sociedade; enquanto Estado; enquanto o órgão de controle, atuar, fomentar, fazer o trabalho que a gente puder, além daquelas ações que

foram faladas aqui, que o Ministério Público participa, de fomento nesses eventos. Nós temos procedimentos instaurados, nós estamos acompanhando todo esse movimento, toda essa política, fora os procedimentos que cada Promotoria tem e atua, mas pelo grupo de atuação isso está sendo feito de um modo amplo, olhando para todo o Estado.

Nós precisamos zelar para que todos as pessoas com deficiência: seja a deficiência física, visual, seja o aluno com deficiência intelectual, o aluno com Transtorno Do Espectro Autista, o aluno com altas habilidades e superdotação - que é uma necessidade de se criar núcleos, de altas habilidades e superdotação no Estado, para dar assistência porque esse atendimento suplementar, por exemplo, esses alunos não estão recebendo. Então, nós temos muito o que fazer.

Esse plano é o pontapé, Deputado Cirone, mais uma vez, parabéns pela iniciativa. E eu aqui, conclamo a todos, que agora nós olhemos para ele com muito cuidado, para que ele de fato saia do papel e não seja só um plano. Nós temos que executar. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Doutora Luciana. Sempre enriquece o nosso debate com seu conhecimento, com a sua dedicação no Ministério Público. Leve o nosso abraço ao Procurador-Geral, Doutor Ivanildo, e como disse a Doutora Luciana, nós estamos aí no início da jornada, a jornada é longa. Nós temos que fazer cumprir todo esse plano que foi feito, nós temos um norte.

Então agora, com várias mãos, a gente, nós vamos fazer cumprir, tenho certeza disso. O Estado de Rondônia, como disse há pouco, é um Estado que está no azul, estamos

celebrando o azul, estamos celebrando a capacidade do Estado de liquidez, a capacidade do Estado de investimento.

Então, vamos investir no que nós temos de melhor: as pessoas. E as pessoas com deficiência precisam desse acolhimento.

Para fazer uso da palavra a nossa Doutora Jaqueline Guedes, Defensora Pública da Defensoria Pública da União - DPU, representante chefe aqui da DPU no Estado de Rondônia.

A SRA. JAQUELINE GUEDES MARINHO - Olá, boa tarde a todos e a todas. Vou iniciar com a minha autodescrição. Meu nome é Jaqueline, sou Defensora Pública Federal, tenho 1,63 de altura, cabelos pretos, mediano. Estou vestindo uma camisa branca e uma saia preta longa.

Bom, eu cumprimento aqui em nome do proponente Deputado Cirone Deiró, a todos os presentes. Cumprimento todos os profissionais, representantes de órgãos e instituições, mães, familiares e sociedade civil como um todo.

Primeiramente, eu quero parabenizar a finalização, o término desse Plano de Ação. Parabenizar o proponente deputado pela iniciativa, o Tribunal de Contas e demais órgãos, e todos os envolvidos para que fosse finalizado esse plano de ação.

Bom, a Defensoria Pública da União espera e deseja que esse plano seja cumprido, seja efetivo, como disse a Doutora Luciana, que haja efetividade. Agora passamos para uma próxima fase, e de maneira que todas as crianças e pessoas com deficiências tenham acesso e não somente acesso à educação, mas, eu acredito que o mais importante é a permanência na educação, com ensino com qualidade.

E isso que abrange a todas as formas de deficiências e todas as pessoas com deficiência, inclusive crianças indígenas e quilombolas, que é uma vertente de atuação da Defensoria Pública da União.

A questão da educação inclusiva é só uma vertente de vulnerabilidade das crianças e pessoas com deficiência em geral. Porque há outras vertentes, outras lutas, como acesso à saúde, medicamento, benefício previdenciário, benefício assistencial como BPC/LOAS (Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência) e o Bolsa Família.

Inclusive, a título de conhecimento a Defensoria Pública da União atua fortemente em benefícios previdenciários, benefício por incapacidade temporária e benefício BPC/LOAS. O famoso BPC/LOAS para pessoa com deficiência.

E com isso, se coloca à disposição da sociedade, dos órgãos, instituições para que haja o efetivo cumprimento desse plano de ação. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Doutora Jaqueline. Estamos muito honrados com a sua presença, com a presença da Defensoria Pública Federal aqui conosco.

Quando nós falamos de educação inclusiva, nós precisamos de todos, abraçados, para que possamos realmente dar celeridade e, acima de tudo, cumprimento desse plano de ação, Doutor Paulo.

Eu queria franquiar a palavra à deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa para usar a tribuna. Nossa deputada de Guajará-Mirim, ela mesmo vem dirigindo de lá aqui, viu, Doutor.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Boa tarde a todos. Vou fazer minha autodescrição, tenho estatura mediana. Na verdade, morena, de cabelos longos castanhos, olhos castanhos.

Estou aqui justamente, Deputado Cirone Deiró, para primeiramente parabenizar essa luta do deputado. Não é luta só dele, é nossa, juntos. Mas, eu tenho que fazer uma deferência muito especial.

Há vários mandatos atrás o Deputado Cirone encabeçou essa causa. E se hoje esse plano está aqui, - eu estive reunida há poucos meses atrás com o Doutor Paulo Curi e ele me relatou, e eu quero fazer uma deferência especial ao meu colega de Parlamento -, porque é assim, através aqui da Assembleia Legislativa, quando nós recebemos uma demanda do povo, e o meu colega firmemente reuniu-se com as mães e foi até o Tribunal de Contas para buscar uma saída.

Então, gostaria de pedir a todos vocês uma salva de palmas para o meu colega de Parlamento, o Deputado Cirone.

E em especial também ao Doutor Paulo Curi pelo trabalho excepcional que o Tribunal de Contas vem fazendo, tanto nessa pauta como em outras pautas.

Eu tive o privilégio de estar recentemente ali na região de Machadinho D'Oeste e fiquei muito feliz ao saber que o Tribunal de Contas criou um software para que pudesse avaliar as escolas do nosso Estado, ver como é que está a prestação de serviço e para que possa colaborar. Isso é fazer política pública.

E o Tribunal de Contas vem colaborando muito com a Assembleia Legislativa para fazer um trabalho de excelência, tanto no Plano da Educação Especial, como no trabalho na saúde e também na educação. Muito obrigada ao Tribunal de Contas.

Dizer mais, quero fazer um uma deferência especial ao meu amigo de farda, o Coronel Jefferson, que está aqui. Ele está hoje como Secretário. Mas, a gente vê uma pessoa extremamente humana. E todas às vezes que eu procurei a Secretaria de Saúde através do Coronel Jefferson, eu fui extremamente bem atendida.

Aproveitar para falar que o "Fecha Laudo" é um projeto extremamente importante. A Luzinete falou uma coisa que tocou no meu coração. Ela falou assim: quando a gente se envolve na causa. E quando a gente estava lá solicitando o "Fecha Laudo" para Guajará-Mirim, nós começamos a primeira etapa, falta terminar a segunda etapa. Eu tenho certeza que o nosso Coronel vai terminar junto conosco.

E, assim, vocês sabem que eu aproveito para pedir porque eu sei da importância. Nós começamos no dia 2 a primeira reunião para as mães, as famílias de autistas. Nós imaginávamos, Deputado Cirone, dez famílias chegamos à colher mais de 170 assinaturas.

No momento que o CERO, que faz um trabalho excepcional dentro do Estado e eu até aproveito para falar, conversando aqui, que a gente precisa descentralizar o CERO, compareceu em Guajará-Mirim para fazer tanto o trabalho do "Fecha Laudo" como também o atendimento para as pessoas que precisam de cadeira de roda, cadeira de banho, em apenas um dia, Doutor Paulo, foram entregues mais de 200 cadeiras de rodas, cadeiras de banho, andador, porque as pessoas necessitam e é uma comunidade, infelizmente, esquecida.

Então, eu quero agradecer muito, Coronel, e dizer para quem não sabe, na primeira reunião que eu tive com o Governador do Estado e eu levei para ele, falando assim: gostaria muito que fosse criada uma Secretaria. Ele falou: "Eu também gostaria, mas a gente sabe que tem uma questão

de orçamento. Mas essa causa não é só sua, é nossa e a gente precisa avançar.”

Eu sei que a pauta e muita das vezes a insatisfação, como a mãe advogada que falou, é grande porque é um momento que o Estado está caminhando para avançar, para ver o que precisa melhorar. Mas, quando a gente começa a colocar no papel, fazer um plano isso já é um avanço.

E através de um planejamento e eu quero aproveitar para fazer um parabéns aqui, eu acho que é uma das primeiras vezes que a gente vê tantas Secretarias reunidas por uma única causa. Isso mostra a força que o Estado tem e quando a gente une as Secretarias a gente consegue avançar.

Então, muito obrigada a todos vocês por terem, realmente, se unidos para ajudar essas famílias do nosso Estado.

Roseli que está ali, de Machadinho D'Oeste; Casara, de Guajará-Mirim que já me conhecem, nós estamos, Secretário, com uma luta muito grande e eu quero falar que as APAE's do nosso Estado de Rondônia, o nosso terceiro setor. Além do trabalho de abrir o "Fecha Laudo", de laudar as crianças, de realmente fazer esse atendimento, nós precisamos, a Defensoria Pública que está aqui, avançar para o atendimento contínuo para as escolas. E isso eu até falei para o Secretário de Saúde, isso tem que ser feito um trabalho com terceiro setor - que as APAE's estão aqui representadas pela Roseli, ali de Machadinho D'Oeste e várias outras -, e nós precisamos, Secretário, conveniar para que tenha fonoaudióloga, TO (Terapeuta Ocupacional) dentro desse terceiro setor. Porque muitas vezes o Estado não vai conseguir abranger tudo, mas através dos convênios, através da parceria da Assembleia Legislativa, eu mesmo já estou colocando alguns recursos tanto na minha região como

nos outros locais, porque eu sei a diferença que faz o atendimento de uma fonoaudióloga, de uma terapeuta ocupacional de todos esses entes dentro das instituições não só para ter o atendimento básico, mas, sim, o atendimento contínuo para nossas crianças.

E agradecer muito às mães, porque são pessoas extremamente firmes, aguerridas que fazem os filhos terem voz, e se hoje estão reunidas aqui é graças ao levante de várias mães. Muito obrigada.

Muito obrigada, Deputado Cirone, e pode contar com meu mandando, com as emendas, porque a gente quer trabalhar pelo povo de Rondônia. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, Policial Militar, advogada e agora deputada representando a Pérola do Mamoré. Parabéns pela fala, a senhora sempre muito atenta às demandas do Estado. Muito trabalhadora e, com certeza, vai nos ajudar muito nessas demandas, nessas necessidades que nós temos de investimentos dentro do Estado de Rondônia, principalmente com as pessoas com deficiência do Estado.

Gostaria de franquear a palavra à professora Irany, para fazer suas considerações e logo após nós vamos ouvir nosso eterno presidente Paulo Curi.

A SRA. IRANY OLIVEIRA LIMA MORAIS - O horário já está avançado, mas eu quero aqui, em poucas palavras, agradecer por esse momento.

Parabenizar também o Deputado Cirone Deiró pelas iniciativas que culminaram com a elaboração desse plano.

Agradecer também e parabenizar as equipes da Sesau, da Seas, da nossa Seduc. Agradecer muitíssimo as orientações, parcerias da Sepog, da Controladoria-Geral também em nome do Doutor Aquino.

Acho que eu ouvi aqui uma dezena de vezes: esse plano tem que sair do papel. Vocês podem ter certeza que ele vai sair do papel, até porque nós somos exortados pelos os órgão de controle e temos também a nossa responsabilidade diante de tudo que foi planejado e de tudo o que está para ser executado com recursos assegurados. Então, esse plano sairá do papel.

Protocolo aqui os agradecimentos em nome da nossa Secretária Professora Ana Pacini, que irá executar na íntegra tudo que está proposto e homologado pelo Tribunal de Contas.

Minha gratidão, meus cumprimentos a todos que participaram dessa valiosa Audiência Pública, importantíssima para os nossos alunos e às pessoas com deficiência. Os meus cumprimentos também às mães atípicas, aos pais, às famílias atípicas que estão aqui nesta tarde.

Um abraço a todos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Professora Irany. Leve o nosso agradecimento à Secretária, ao Governador do Estado Coronel Marcos Rocha. É um governador que tem trabalhado incansavelmente pela melhoria da qualidade de vida dos rondonienses.

E nós aqui, como agente públicos, com fé pública, numa audiência na Casa de Leis, com todo o nosso corpo técnico aqui, a Taquigrafia, agradecer vocês por estarem nos

acompanhando, deixando aqui anotado nos Anais da Casa toda essa Audiência.

Como dissemos no início, dia 8 de maio é um dia histórico, em que estamos apresentando um plano de ação para educação das pessoas com deficiência no Estado.

Um plano que foi homologado pelo Tribunal de Contas, que será acompanhado aqui pela Assembleia Legislativa, pelo Tribunal de Contas, pelos órgãos de controle, com o Ministério Público, Defensoria, os demais órgãos que tem um trabalho feito por várias mãos, várias Secretarias, vários entes públicos que trabalharam para que fosse um plano robusto, como citou nosso auditor. Um plano robusto que agora depende da jornada de cumprimento dele.

Então, com as suas palavras, nós vamos estar bastante atentos na cobrança do cumprimento desse plano. Eu tenho certeza que o Governo do Estado irá cumprir, como disse a nossa Doutora do Ministério Público de Contas, não é um plano de "A, B ou C", é um plano de governo independentemente de quem esteja na cadeira, é um plano de Estado que terá que ser cumprido pelo governante que estiver sentado ali.

Obrigado, Professora Irany.

Agora eu quero franquear a palavra ao Presidente do Tribunal de Contas à época, que estava à frente do Tribunal de Contas, o Doutor Paulo Curi.

Agradecer mais uma vez, Doutor Paulo Curi, por ter acatado a nossa demanda no GAEP, disponibilizado toda a estrutura, toda eficiência do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia para fazer todo o levantamento, diagnóstico dentro do Estado de Rondônia para que nós pudéssemos ter os

números e ver as necessidades da nossa sociedade em relação à educação inclusiva.

Trabalho feito com muita eficiência. Passou por vários coordenadores. E hoje nós temos um plano entregue pelas Secretarias do Estado, juntamente com algumas outras Secretarias que estão compondo esse plano. E como dito por vários aqui, é um plano que está na vanguarda no Estado de Rondônia, no nosso país.

Vamos fazer com que esse plano seja cumprido e vamos dar esse presente às pessoas aqui do Estado de Rondônia, à sociedade rondoniense.

Está com o senhor a palavra.

O SR. PAULO CURI NETO - Obrigado, Deputado Cirone. Quero cumprimentar toda a Mesa em seu nome, no nome da Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa. Aliás, tive a alegria de conhecer a Deputada Taíssa por ocasião de uma visita que ela me fez enquanto presidente do Tribunal de Contas e foi bastante animador conhecer toda a energia que ela tem, a qualidade técnica e a seriedade na condução das questões que ela elege como prioritárias à frente do mandato de deputada.

E quero também enaltecer, Deputado Cirone, de público o compromisso verdadeiro que o senhor tem com essa causa. O senhor, enquanto eu fui presidente, esteve várias vezes comigo para tratar desse assunto. Inicialmente, para relatar essa precariedade do atendimento à época, para destacar o interesse em solicitar uma auditoria. Solicitou a auditoria ao TCE. Discutiu posteriormente esse assunto quando a auditoria estava em curso. Presidiu, esta é a quarta Audiência Pública que o senhor preside para enfrentar esse tema.

A primeira foi para que nós pudéssemos colher os subsídios que iriam orientar o planejamento do Tribunal de Contas. A segunda foi para nós apresentarmos o nosso planejamento de auditoria. A terceira para nós apresentarmos o nosso relatório técnico; e, esta, ainda mais animadora, para que as Secretarias pudessem apresentar o seu plano de ação que é uma reação aos nossos achados. Talvez até uma reação tão positiva que, pontualmente, tenha ultrapassado aquilo que nós percebemos na nossa auditoria.

Quero cumprimentar também as pessoas que estão conosco até esse momento, os representantes da Secretaria. Quero cumprimentar muito o Conselheiro Francisco Carvalho, colega e amigo lá do Tribunal de Contas; os nossos auditores; sobretudo as mães atípicas, essas pessoas que clamam, que gritam por um atendimento digno no que toca não apenas à educação inclusiva, mas também, na área da saúde e assistência social.

O senhor e a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa nos dirigiram alguns elogios, e, por questão de justiça, eu preciso redirecioná-los. Quem merece os elogios verdadeiramente é a instituição, os nossos membros, e, em particular, os nossos servidores e auditores.

E quando essa questão foi colocada no planejamento estratégico do Tribunal de Contas e a partir de uma demanda formulada por Vossa Excelência, Deputado Cirone, eles rapidamente se desdobraram, se aprofundaram no assunto e entregaram um trabalho de excelência. O Deputado Camargo, que já não está aqui conosco, destacava ao meu lado: "Olha eu li o relatório e fiquei muito bem impressionado". Eu também li o relatório e fiquei muito bem impressionado.

E aí não tem nenhum especialista no assunto. Eles tiveram que se desenvolver. E para isso, subsídios que

foram colhidos nas sucessivas Audiências Públicas foram fundamentais, seja ouvindo os especialistas vários, seja escutando o clamor das mães atípicas. Isso é importante ser dito.

O senhor mencionou também, Deputado Cirone Deiró, uma ideia de uma nova postura dos órgãos de controle. Isso é bem verdade, não só do Tribunal de Contas, mas na experiência do Tribunal de Contas eu quero destacar que houve uma interferência muito positiva de um conselheiro que está aqui conosco, Conselheiro Francisco, para redirecionar, ressignificar - para usar uma palavra da moda -, a atuação do Tribunal de Contas.

Eu mesmo modifiquei a minha forma de pensar muito por influência do Conselheiro Francisco Carvalho. Minha postura era uma postura diferente. Eu toscamente acreditava que a solução de punir os gestores é que iria resolver os problemas da administração pública. Quando, na verdade, afasta o gestor do Tribunal de Contas, impede o diálogo que a gente poderia ter e uma colaboração que nós pudemos exercer para que a política pública avance.

Eu mudei, o Tribunal de Contas inteiro mudou muito, repito, graça a essa indicação muito bem feita que a Assembleia fez para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, do Conselheiro Francisco Carvalho. E, olha, talvez ninguém tenha torcido tanto o bigode para a indicação dele quanto eu lá atrás; e depois que conheci ele, só tenho que fazer aqui o meu mea-culpa e homenageá-lo de público, porque também é uma questão de justiça.

A Mayra estava sugerindo aqui, Deputado Cirone Deiró, uma intervenção extremamente assertiva, mas também objetiva. Eu já perdi, essa minha intervenção já perdeu essa qualidade, como vocês podem ver, da objetividade.

Deveria, por prudência, ser objetivo - nós já estamos aqui com 19 horas, mas a gente já saiu daqui quase dez horas da noite acho que na primeira Audiência Pública.

E eu tentava, na época, convencer a minha esposa de que eu estava em uma Audiência Pública na Assembleia. Porque ela me mandava mensagem, me cobrando para ir para casa ou para alguma coisa, algum compromisso que eu tinha com ela, e eu tinha dificuldade de comprovar essa situação. Quando a minha fala, lá por 21h30, eu imaginava que ia fazer essa comprovação com a exposição da minha fala na internet, mas exatamente antes a internet caiu. E não voltou mais. Se não fosse uma declaração escrita do Deputado Cirone Deiró, eu estava em maus lençóis. Mas ainda são 19 horas. Não vamos bater esse recorde, não. E eu já vou começar aqui a fazer as considerações que verdadeiramente importam.

Se nós observarmos o que nós encontramos quando esse assunto começou a ser discutido entre essas instituições e o que nós temos agora, é inegável que nós avançamos muito. Avançamos muito. Quando os nossos auditores passaram a analisar o assunto que nós vimos, foi uma política pública que não estava institucionalizada, com carência orçamentária. E, na minha opinião, na minha percepção, não priorizada por nenhuma dessas Secretarias que fizeram exposições hoje.

O que nós presenciamos, testemunhamos hoje: a institucionalização da política pública, recursos orçamentários que começam a se revelar mais ou menos suficientes, talvez, talvez ainda não, mas comparativamente ao que nós tínhamos, infinitamente bem mais significativos e uma aparente priorização desse assunto pelo Governo do Estado, como deve ser. Porque isso está na lei.

O que a gente cobra da administração não é fruto do achismo do deputado, da minha percepção pessoal, da Doutora Luciana, da Doutora Yvonete, de quem quer que esteja nessa Mesa. É fruto da legislação, é obrigação. Há uma obrigação de fazer o Estado que não vem sendo atendida.

Há um processo de resolução em curso desse problema, mas as falas da Doutora Luciana, da Doutora Luzinete deixaram muito evidente que nós estamos ainda a anos luz de um equacionamento dessa questão da educação inclusiva, do atendimento que assegure o mínimo de dignidade às pessoas que precisam dessa atenção pública. Essa que é a verdade.

O mais, nós andamos muito. Os desafios para nós chegarmos até aqui já foram grandes. Mas nós fizemos, Deputado Cirone Deiró, o mais fácil. Essa que é a verdade. Colocar um plano bem estruturado no papel. E é o que nós temos em mãos, tanto que o Conselheiro Francisco, como relator, levou a sua posição concordando com o corpo técnico, com o Ministério Público de Contas, ao plenário para que ele fosse homologado. É difícil, mas é o mais fácil.

Agora o desafio é fazer ele decolar do papel e aterrizar, como dizem pomposamente os juristas no mundo dos fenômenos, na realidade, a gente quer ver isso acontecer.

Nós não somos os titulares da política pública. Nem eu, nem o Conselheiro Francisco, nem o Deputado Cirone, nem a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, nem os nossos auditores, nem defensoras, procuradores. São os gestores, são eles que têm essa incumbência. Eu não posso garantir que isso vai acontecer, mas eu posso garantir, embora eu não seja presidente do Tribunal de Contas, mas eu sei que esse é um compromisso do nosso Presidente, o Conselheiro Wilber. Porque isso está no planejamento estratégico do Tribunal de

Contas, porque isso foi objeto de uma auditoria; e mais do que isso, porque foi objeto de uma deliberação colegiada unânime que nós não vamos virar as costas para esse assunto. Esse é um tema que será objeto da atenção, que será pedra de toque do Tribunal de Contas por anos.

E uma das primeiras intervenções que eu fiz aqui para falar desse assunto foi para dizer o seguinte: olha, ninguém promete soluções rápidas, fáceis. Nós passaremos por várias ondas de aperfeiçoamento dessa política pública.

Ponto inicial, singrando os mares com um navio sendo construído ou trocando a roda com o carro andando, é estruturar a política, resolver questões estruturais, parece que a gente começa a avançar. Nem havia um diálogo institucionalizado entre as Secretarias para enfrentar essa questão. Caminhamos para uma intersetorialidade. Ótimo! Isso está no papel, isso parece que começa a sair do papel. Isso é premissa básica para as coisas começarem a avançar.

Pelo que eu percebi, do que disse a Doutora Luciana, do que disse a Doutora Luzinete, muito provavelmente, esses avanços ainda não são sequer sentidos por quem precisa desse serviço. Eu também me inquietei quando ouvi essa informação, não sei se procede mesmo, de uma descontinuidade de uma contratação temporária e uma ausência de um planejamento para evitar que isso acontecesse.

Conselheiro Francisco, conhecendo-o como conheço, vou me atrever a falar em nome dele. Conselheiro Francisco que é o relator desse processo. E eu sou o atual relator da Seduc. E também, nós criamos lá figura de relatorias temáticas para as políticas públicas que nós priorizamos, e a educação é uma política pública priorizada, e eu sou relator temático da Educação.

Então, nós estamos lá, como diriam os sindicalistas, em assembleia permanente para tratar desse assunto. Se tem um risco de uma descontinuidade de uma contratação que é vital para atenção das crianças deficientes, a minha porta está escancarada para sentar com os dirigentes da Seduc, da Sepog, da Sesau, com o Procurador Doutor Leandro, para tentar identificar alternativas para evitar a descontinuidade dessa atenção.

Tiramos as portas, jogamos no Rio Madeira, Doutor Leandro, para tratar desse assunto, tal a prioridade que todos nós do Tribunal de Contas emprestamos a esse assunto.

Então, como bem disse a Doutora Luciana, esses avanços estruturais devem ser combinados com avanços na atenção que está sendo cotidianamente demandada, e que vem sendo historicamente inatendida.

Há urgência no cumprimento do plano e há urgência nessa atenção. E nós temos um compromisso com isso. Repito: não com a implementação da política na nossa competência, ninguém tira a caneta da mão do gestor, mas nós vamos acompanhar isso ferrenhamente, para garantir que os gestores - e a gente já percebe que há muita inclinação para isso -, que há um verdadeiro comprometimento desses gestores, mas para garantir que isso seja colocado em prática. É fundamental que seja colocado em prática.

Ao final de uma Audiência Pública, acho que a segunda ou terceira, acho que a terceira. Eu falei para o Deputado Cirone: Deputado Cirone, eu estou feliz com os avanços, mas inquieto, preocupado, com a expectativa que nós estamos gerando. Eu continuo desta forma. Porque, eu sei que nós estamos gerando nas pessoas que são historicamente negligenciadas em relação à essa questão, uma expectativa tremenda de que elas vão ser finalmente atendidas.

Estamos aqui empenhando, o que a gente tem à nossa disposição, que são as nossas competências, com base na legislação para garantir que isso aconteça.

A última *ratio* é a punição, mas até isso, claro, veja, quando nós falamos, nós dialogamos, nós articulamos, nós induzimos, nós colaboramos como nunca, e nós pegamos a nossa Escola de Contas, e colocamos ela à disposição da formação dos gestores e das pessoas que estão no chão de fábricas das políticas públicas, em particular da Educação.

Nesse programa que a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa mencionou, nós estamos formando por volta de 4, 5 mil pessoas no Estado de Rondônia hoje, por meio da nossa Escola de Contas. Professores alfabetizadores, gestores educacionais. É muita gente sendo formada.

E hoje, em um dado positivo aqui, fruto do protagonismo dos gestores, dos nossos professores alfabetizadores, mas também do esforço dos nossos técnicos do Tribunal de Contas no "Programa PAIC" (Programa Alfabetização na Idade Certa). Rondônia avançou muito em matéria de aprendizagem no ciclo de alfabetização.

Na semana que vem, nós vamos participar de uma festa que é o evento do Saero (Sistema Permanente de Avaliação da Educação de Rondônia). A professora Irany está aqui, e é uma alegria para nós, participarmos da segunda divulgação do Saero, Saero II. O primeiro foi o ano passado, esse é o segundo.

De forma geral, não avançamos tanto na 5<sup>a</sup>, 9<sup>o</sup> do Ensino Médio, mas na alfabetização, o avanço foi tremendo. Rondônia caminha para ser o primeiro da região Norte em desempenho no ciclo de alfabetização e talvez, um dos melhores Estados em desempenho na alfabetização.

Nós vamos agora olhar também para pré-escola, e quem sabe para outras fases do ensino no futuro, quando nós tivermos braços para isso, nessa perspectiva colaborativa. Mas isso não tira a nossa neutralidade, isso não tira a firmeza das nossas decisões quando é necessário para garantir que haja a regular priorização, daquilo que precisa ser priorizado.

Isso é uma mensagem que a gente precisa sempre destacar. Quem equivocadamente possa imaginar que o fato do Tribunal colaborar, colaborar, colaborar, vai ficar no blá-blá-blá, não vai tomar medidas enérgicas quando for o caso. Repito: não estou aqui querendo advertir ninguém, porque o momento nem é para isso. Pelo contrário. O momento é para aplaudir a gestão até aqui, pelos avanços que são inequívocos, mas a gente precisa deixar isso bem destacado.

Então encerro, Deputado Cirone, agradecendo muito a oportunidade mais uma vez. Veja, o Deputado Cirone, repito, está tão comprometido com isso, que ele me pediu aqui, eu já faço esse registro de público na Audiência, para ficar nos Anais da Assembleia. Ele quer inclusive, se possível quando nós formos fazer algum tipo de visita, que ele possa participar. Nós já temos um cronograma.

Vejam, até antes da homologação do plano, Conselheiro Francisco - eu ia falar Deputado Chico, não, o Conselheiro Francisco -, o nosso pessoal foi tão proativo que já definiu com as Secretarias um cronograma de reuniões, já fizeram duas. Eles já criaram um comitê, do qual eles participam para interagir, dar devolutiva, dar sugestões e para verificar o que está sendo implementado ou não. Isso é muito positivo.

E nós nunca fizemos uma auditoria tão democrática, graças à essa intervenção da Assembleia nessas Audiências

Públicas, e com envolvimento tão grande dos nossos auditores. Porque, concluindo os trabalhos, aí que começou verdadeiramente o nosso trabalho mais árduo. Porque nós fizemos várias rodadas de reunião lá na Escola de Contas para que esse plano saísse como saiu.

Inclusive a primeira versão do plano, a professora Irany estava lá, nos inquietou muito. A gente percebeu que na reunião não tinha muitas pessoas das Secretarias com poder decisório. Ele era muito lacunoso, não tinha detalhes mínimos, os prazos eram elásticos demais. Eu, Deputado Cirone, as promotoras que estavam lá, Doutora Luciana, Doutora Iara, acho que a Doutora Yvonete também, nós fizemos o registros que aquilo ali era inaceitável.

O Conselheiro Francisco nem estava nesse momento, mas a gente já estava ajudando ele a receber um plano minimamente adequado e, de fato, a reação foi a melhor possível das Secretarias envolvidas. E na próxima reunião, já estavam todos os Secretários e houve um empenho realmente para uma entrega qualificada.

No papel é um quadro, Doutora Luzinete, vamos trabalhar para que a entrega seja de excelência como está colocado aí no papel. Muito obrigado, contem conosco.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Doutor Paulo Curi, Conselheiro do Tribunal de Contas, Vice-Presidente do Tribunal de Contas. Nós é que agradecemos, mais uma vez, um engajamento Tribunal de Contas e de toda a equipe técnica do Tribunal de Contas nesse plano de ação, aí junto à Seduc, à Seas, à Secretaria de Saúde e as demais Secretarias.

Eu quero franquiara a palavra ao Conselheiro Francisco Carvalho.

O SR. FRANCISCO CARVALHO DA SILVA - Eu prometi para mim mesmo que eu não ia falar. Eu passei 12 anos aqui nesta Casa e falei muito. Como foi difícil sair de uma instituição legislativa. Eu fui ordenador de despesa, fui prefeito, fui Presidente da Emater, fui Secretário de Estado. E de repente, fui para o Tribunal, fiscalizar, e cair em um anonimato. É muito difícil.

Dizer que de fato tive embates e ainda tenho até hoje. Eu sou um crítico ferrenho, porque eu acredito em resultados. Chega de blá-blá-blá. Então, quando cheguei lá no Tribunal, disse: está tudo errado? Chicote não resolve o problema de ninguém. Nós temos que crescer juntos, pegar os jurisdicionados e apresentar juntos uma solução. Qualquer um que transbordar tem que ser punido. Nós não vamos proteger coisas erradas. Foi assim.

E eu queria, Paulo, eu só estou falando aqui em função de Vossa Excelência, um jovem difficilimo, não entendia as vozes da realidade. Porque é diferente. Quem saiu lá debaixo vive a vida vivida no momento. Quem de fato vem de uma certa estruturação e estuda nas melhores escolas, tem os melhores acesso aos melhores livros, mas conhece praticamente muita utopia, nada de realidade. E foi muito difícil.

O Tribunal de Contas evoluiu bastante. Hoje, o Paulo, eu quero render a Vossa Excelência pela sua inteligência de enxergar que o caminho não era aquele. Mas, é o caminho do resultado! Poxa vida, eu fui relatou dessa matéria e tem uma responsabilidade muito grande de acompanhar e monitorar sob pena de mais um blá-blá-blá.

Eu tenho 66 anos. Olha eu já gastei muito das minhas baterias. Já perdi muita coisa, discuti muito o que não tinha fundamento. Então, a gente quer ver resultados.

Eu, Deputado Cirone, queria te parabenizar. São poucos os homens, principalmente quando sair da política, foi político já tem um carimbo. É aquilo que eu não quero dizer. Mas, em todos os lugares tem pessoas com boas intenções.

Eu não estou querendo parabenizar ninguém aqui. Sabe quem é que eu quero parabenizar? Quem veio representar aqui a sociedade e saiu de longe. Que são os sofredores.

Quem é que não tem uma família que não tem um deficiente? Eu tenho uma irmã. Eu era pra ser um deficiente, fiz uma cirurgia de cabeça. Eu era para estar em uma cadeira de rodas. Estou aqui porque Deus quis.

Então, eu espero que esse blá-blá-blá tenha resultados. E o resultado, a gente tem que cobrar e olhar para dentro de nós mesmos, sob pena da gente ter perdido tempo. Um abraço a todos e sucesso. E vamos monitorar.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Conselheiro Francisco, eterno Deputado Chico Paraíba. Que passou por essa Casa aqui por muitos anos. E quem foi deputado é sempre deputado.

O SR. FRANCISCO CARVALHO DA SILVA - Só para pegar uma parte, como é que as coisas mudam. Eu era aqui conhecido como Chico Paraíba, quando eu cheguei lá Tribunal disseram: não, aqui você está proibido. Seu nome aqui é Francisco

Carvalho. Aqui eu fui apresentado como Francisco Paraíba, pelo menos evoluiu.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Conselheiro.

Antes de encerrar eu gostaria de franquear a palavra à Dona Maria Coutinho. Ela representa a Associação dos Surdos. Vai usar a palavra, através do nosso intérprete aqui da Casa.

A SRA. MARIA GOMES COUTINHO - Olá. Todo mundo consegue me ver?

Então, eu vou fazer minha audiodescrição. Tenho cabelos encaracolados, estou com um vestido meio xadrez, meu sinal é esse na comunidade surda. Sou Maria Gomes Coutinho, Presidente da Associação dos Surdos de Porto Velho (ASPVH). Estou acompanhando desde o começo, estou um pouco incomodada, mas ok. Um pouco ansiosa de estar aqui na frente.

Infelizmente, a comunidade surda foi embora. Eles estavam aqui e eu estou sentindo um pouco por eles terem ido, mas tudo bem. Vi que diversos slides foram apresentados, tem mais de mil páginas e os surdos não entendem perfeitamente o português. Então, é uma dificuldade que a gente tem de ter esse acesso. Então, eu assistia, acompanhei perfeitamente e eu vi um ponto ali que falava sobre os surdos, que era sobre a Central de Libras.

Então, eu vou falar para vocês que nós temos direitos. Essa Central da Libras é feita de maneira online e, de verdade, ela não funciona. Por quê? Porque existem

variações linguísticas e os intérpretes são de São Paulo. Então é complicado. A gente precisa que os intérpretes sejam daqui para fazer esse atendimento, porque existe essa variação e dá para fazer esse atendimento.

Em São Paulo existem algumas coisas que eles não sabem daqui, por exemplo, lojas, bairros, ruas. E, como os surdos vão saber esse atendimento se eles não têm contado com as pessoas daqui? De verdade, é um absurdo essa Central. Parece que ela não tem respeito aqui com Rondônia, não procuraram a Associação dos Surdos, não procuraram a comunidade surda para discutir nada. Não nos procuraram para nada. A gente sofre muito.

Os surdos têm muitas barreiras, muitas limitações, de verdade. Eu entendo que foi uma boa vontade essa organização dessa Central de Libras. É importante sim, mas alguns surdos que são gestuais, que não tem a Libras plena, como eles fazem? Eles utilizam gestos, eles não vão conseguir se comunicar. Eu duvido que vá.

Aqui em Porto Velho nós temos intérpretes profissionais que conseguem. É como se fosse família, então a comunicação é melhor feita. Muitos surdos me falaram que não conseguiram atendimento e, infelizmente, a gente tem que lutar para que as coisas melhores de verdade.

Na inclusão da educação também. Antes, no Colégio 21 de Abril tinha uma sala que só comportava surdos, tinham professores que eram fluentes em Libras. Matemática, geografia, português, eles eram fluentes em Libras. Uma fala ótima, de verdade. E agora? Não tem mais, fecharam essas turmas, misturaram todas as deficiências dentro. Alunos que não se comportam bem também colocaram dentro dessa turma. Virou uma miscelânea dentro e os surdos estão sendo sempre prejudicados.

Os professores são ouvintes que não sabem Libras, vão oralizando e escrevendo no quadro, o surdo está perdendo também. Precisa de acessibilidade, precisa de um intérprete que esteja ali sinalizando. Precisa respeitar a comunidade surda. A gente tem que ter esse atendimento, de verdade. Às vezes falam: "Ah, não precisa de intérprete. Não, o professor está dando aula." Ok, mas precisa, sim, de intérprete. O surdo é sempre prejudicado, nós sempre encontramos barreiras, sempre, sempre, sempre e não pode continuar desta forma, gente. Os surdos têm direitos também. Nós temos direitos.

Têm vários surdos formados aqui, têm vários surdos com graduações e não conseguem trabalho, gente, só contratam ouvintes. Só ouvintes, só ouvintes, e alguns que não sabem Libras. Eu quero saber o porquê disso. Têm surdos que são formados. Às vezes falam: "Ah, é muito caro, tem que contratar o intérprete junto."

Não é assim gente. Só querem pagar um valor baixo. Não é assim, está errado. Aqui na Casa de Leis, as pessoas têm que saber avaliar, tem que chamar a gente, a Associação, tem que chamar a comunidade surda para sentar para que a gente faça a avaliação, para que a gente saiba fazer o melhor atendimento. Não é aprovar qualquer pessoa para fazer esse atendimento.

A gente está sempre com uma falta de comunicação, a gente precisa de intérprete de verdade. Não é maltratar o intérprete, não. A gente tem que valorizar essas pessoas para que elas possam conseguir melhores formações, para que a gente consiga um trabalho. Os surdos estão sempre sendo prejudicados com isso, gente, sempre.

Eu vejo muito. Têm pessoas que são formadas em Letras-Libras, mas parece que estão guardando. A gente pode ver

ali, têm pessoas formadas ali em cima. Têm intérpretes que são formados li em cima também, principalmente na Escola do Legislativo que antes tinham surdos e agora não tem. E existem leis para nos amparar.

Então, a disciplina de Libras também dentro das escolas, onde tem? Vai ser colocado nessa pauta? Vai ser colocado recurso para isso? Eu assisti tudo o que foi apresentado, todos os deficientes ali, mas eu não vi nada sobre surdos, gente. Nada!

Eu assisti tudo. Não tinha nada de surdo ali. Só outras deficiências. Ok. Mas, não se pode esquecer o surdo. Não se pode deixá-lo de lado não, gente. Eles têm que ser incluídos também. É importante. Eles têm que ter equidade. Nós somos humanos iguais a todos.

Por exemplo, na Unir, tem vários acadêmicos já formados, mas eles não conseguem trabalho de verdade. Sempre contratam outras pessoas. Eles não conseguem. Então é preciso que seja aberto um concurso público para professores de Libras surdos. No interior do Estado também. E colocar a disciplina de Libras dentro das escolas, porque não tem isso de verdade.

O governo antes... Foram canceladas algumas coisas, e, de verdade, não tem esse profissional. Tem muito surdo desempregado e eles estão perdendo muito mesmo. Estão sendo sempre prejudicados. A gente vê sempre ali contratação de PCD, mas o surdo nunca é contratado. O surdo distribui currículos e o devolvem num texto enorme, que o surdo não entende porque tem palavras altamente técnicas.

Cadê a acessibilidade? Há falta de comunicação novamente. Então, vocês precisam pensar bem nisso. Vocês precisam ter empatia com os surdos também. Os surdos têm um caminho. Existem surdos cegos também. Então, tem uma

diversidade na comunidade. Vocês precisam ter empatia com os surdos.

Desculpem, novamente, por esse desabafo. A Kátia, eu acho que ela queria complementar com uma fala. **(Discurso em Libras interpretado por Vinicius Alan Macal Mota)**

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Maria Coutinho. Gostaria que os nossos intérpretes aí passassem a mensagem para ela.

Em nome da Maria Coutinho, agradecer a toda a comunidade surda que participou hoje aqui do evento. Só esclarecer à Maria Coutinho, eu gostaria que o nosso intérprete passasse para ela a mensagem. Em seu nome, Maria Coutinho, agradecer a toda a comunidade surda que esteve aqui hoje. E, quando nós falamos do plano de ação das pessoas com deficiência, nós não estamos rotulando a deficiência. Estamos abrangendo todas as deficiências. Mas, o seu pleito está registrado aqui nos Anais da Casa. Nosso gabinete, nosso *staff*, fará um documento para a Seduc para ter uma atenção especial às pessoas surdas aqui do Estado de Rondônia, ok? Obrigado pela sua participação.

Vai ser bastante breve, eu gostaria de convidar a Dona Kátia, para usar a fala; e, logo em seguida, nós vamos encerrar essa Audiência.

A SRA. KÁTIA CILENE - Olá. Olá a todos. Eu fiz algumas anotações. Vou fazer minha audiodescrição por que tem pessoas surdas cegas. Então, eu vou falar. Eu estou com o meu cabelo amarrado, ele é preto, um pouquinho cacheado, estou com um blazer preto, vestido azul, ok?

Meu nome é Kátia, eu sou professora, sou Mestre em Educação, trabalho na Escola Bilíngue. Eu sou representante da Escola Bilíngue aqui neste momento.

Por que eu estou aqui? Eu não vim aqui para passear. Eu vim aqui para vocês entenderem que vocês precisam olhar. O que eu quero que vocês, o governador, deputados, as pessoas que aqui estão, as pessoas importantes, precisam olhar a Escola Bilíngue. Precisam ver o que está acontecendo.

A Escola Bilíngue precisa de uma escola nova. Para que uma escola nova? Para quê? Sim. Todos nós trabalhamos na Escola Bilíngue é um espaço alugado. Sim, houve a necessidade lá em 2013 desse aluguel, lá. E continuamos pagando aluguel até este momento. Até hoje.

Mas já estamos cansados, esgotados de trabalhar naquele lugar. Parece que a gente trabalha só por amor. Com autista, com todos os tipos de pessoas. Crianças com deficiência lá. Mas, o que é que está faltando? Falta banheiro. Não tem banheiro para professor lá.

Por exemplo, um lugar próprio para educação física. Quadra? Não tem. Falta, falta, falta, falta muita coisa, gente. Então, não pode construir porque o lugar alugado é atrás de uma igreja. Então o representante já foi lá, já houve uma conversa, entende?

Hoje, exatamente hoje, quarta-feira, teve uma reunião lá e eles discutiram e falaram: "Ok, a Escola Bilíngue precisa sair desse espaço, tem que procurar um lugar". E nós estamos procurando, procurando um outro lugar para que possa alugar o prédio novo para a Escola Bilíngue, mas eu vi na televisão, na internet também, o governo falando da escola, de construção de novas escolas, fazendo inauguração de novas escolas. E eu fico vendo isso e fico muito triste.

Por que não faz uma nova escola para a Escola Bilíngue também? Por que não constroem? Nós queremos. Olha só, nós já conseguimos o terreno. Nós ganhamos de doação um terreno. Nós já temos. Mas cadê o material? Cadê a construção? Até hoje nada. Fica só na promessa. Falta o recurso.

Então, vocês, o governo precisa respeitar o surdo. Lá nós temos vários tipos de deficiências que são recebidas hoje, de crianças com deficiência. Então, a escola, nós precisamos de um ambiente novo, de um prédio novo. Também intérprete. Os intérpretes continuam trabalhando como voluntários.

O meu sonho é que tenha a Escola Bilíngue assim como qualquer outra escola, não naquele prédio horrível que nós temos lá. Poxa, já tem 11 anos esperando um prédio. Então, assim, pediram para nos retirarmos. Não temos lugar para ir. Eu estou aqui fazendo a minha reivindicação. Pediram para sair. Eu pensei "uau", mas fiquei preocupada também, porque onde nós vamos encontrar esse prédio? São crianças surdas que moram próximas. E tem que ser naquela localidade. Não é fácil encontrar. Então eu fiquei preocupada. Bom, não é fácil.

Segundo. Também tem outra questão dentro da Escola Bilíngue: falta profissional de apoio. A gente não tem para cuidar das crianças. Tem crianças que estão ficando em casa desde o início do ano. Nós já estamos no mês de maio. Eu sei que foi falado isso aqui, mas eu estou falando de uma realidade. Não tem. Aí fala assim: "fica em casa, fica com seu filho em casa, porque não tem o profissional de apoio.

Então acontece essa realidade lá também. A gente não está tendo. Está faltando lá também. A gente não recebeu

esse profissional. É um problema de concurso, eu não sei. Não sei. Não sei o que é.

Terceiro ponto. Essa é uma boa notícia. Eu quero agradecer ao Deputado Delegado Camargo. Ele já foi. Ele foi visitar a nossa escola e eu fiquei muito surpresa por ele ter ido ver o espaço. Eu não acreditei que ele iria lá. Imagina. Mas, quando eu ele vi entrando, eu vi um certo, fiquei muito orgulhosa e fui mostrando as crianças para ele e ele viu. Então, quero ser grata por esta Casa, através do deputado, por essa visita lá.

Também o concurso. Falar rapidinho de mim mesma. Meu nome, eu, estou falando de mim. Kátia sou eu. Observe. Já aconteceu duas vezes comigo. Isso é muito ruim. Eu senti na minha pele. Estou falando para vocês essa situação. Eu fui discriminada, oprimida. Porque aconteceu comigo na primeira vez, quando eu passei no concurso emergencial da Semed. Eu passei, tinham dois outros surdos comigo também no concurso emergencial, PNE, no meu currículo. Os dois surdos passaram, e o meu não passou. Por que eu não passei? Eu fiquei pensando: "os dois entraram e eu não?".

Então, eu chamei, fui atrás de uma ajuda da OAB. Eu fiquei muito triste, chorei muito, fiquei muito angustiada porque não tinha conseguido. Mas através da OAB, fui para a TV, denunciei, tal e tal. Fiquei muito chateada, muito nervosa, porque eu tive que lutar para entrar em uma vaga que já era minha, uma vaga de PNE. Colocaram como se eu fosse outro tipo de deficiente, uma deficiente mental, mas na verdade sou apenas surda. Então, me discriminaram muito achando que eu não seria capaz de dar aula, de ser uma professora.

Então, veio o concurso efetivo, 2019. Gente, aconteceu de novo. Eu passei como professora. Quatro surdos fizeram

também, não passaram. Somente eu passei. Eu entrei. Quando chego lá toda feliz, "ai, Deus, vai dar tudo certo." Torcendo para dar tudo certo. Eu ia toda arrumada. Uau! Arrumadinha para tomar posse. Quando eu entrei, de novo. De novo. Olha só o que aconteceu na segunda vez do concurso, quando eu consegui, entrei ali. Por que eu não posso? "Ah, como que você vai ser professora surda? Onde já se viu? Como você vai dar aula?"

Então, assim, eu tive que, novamente, chamar a OAB; lutar novamente para conseguir entrar, tomar posse de um concurso que eu já havia passado, gente. Então, graças à Deus, foi muito difícil entrar, eu conseguir esse trabalho.

Imagina quantos surdos sofrem como eu? Sentem na pele - eu estou falando algo que eu vivi, pessoalmente, aconteceu comigo. Agora, imagina quantos surdos, as barreiras que existem? Então, falta o quê? Acolhimento, gente. Não tem.

Então, é triste a minha história, mas imaginem outros surdos. É isso que eu queria deixar. Obrigada. **(Discurso em Libras interpretado por Cleidiane de Melo)**

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Agradeça à Dona Kátia pela fala sobre a Escola Bilíngue.

Sobre a Escola Bilíngue, eu vou me comprometer de fazer uma visita lá também? Eu perguntei aqui para a Professora Irany, ela diz que a escola é municipal. Então vamos fazer uma visita lá, e se for preciso, colocar até uma Emenda para ajudar a construir essa escola, a gente vai fazer, está bom?

Mas, no delongar das horas, eu quero aqui, mais uma vez, agradecer a todas as autoridades. Eu acho que o

momento foi de suma importância, um marco histórico para o Estado de Rondônia, nesse dia 8 de maio, nessa Audiência, que nós vamos poder oferecer às pessoas de Rondônia essa Audiência para apresentar o plano de ação. Nós, enquanto Assembleia Legislativa, vamos estar atentos ao Poder Executivo, para que coloque esse plano de ação, em ação, que tem nessa jornada as etapas a serem cumpridas.

Temos aqui o Tribunal de Contas junto conosco, Ministério Público, Defensoria, os órgãos de controle, Ministério Público de Contas, que nós vamos estar atuando. Vamos estar, como diz o Doutor Paulo Curi, vamos estar de mão dadas, à várias mãos para fazer cumprir o plano. Mas, se não cumprir também, nós temos as prerrogativas, tanto da Assembleia Legislativa quanto os órgãos de controle, de fazer com que esse plano seja executado dentro do Estado de Rondônia.

Nós, Doutor Paulo Curi falou isso, aqui agora, eu vou repetir: nós criamos expectativa nas famílias, nas pessoas aqui do Estado. Então, nós temos que cumprir a nossa missão de realmente entregar essas políticas públicas à nossa sociedade.

Antes de encerrar, eu quero fazer minha autodescrição, cometi aqui uma gafe, de não me autodescrever. Nós estamos em uma Audiência Pública falando de educação inclusiva, e aí as pessoas, os deficientes visuais não têm a oportunidade de saber quem está falando com eles.

Então, eu sou o Deputado Cirone Deiró, 1,70m, loiro, poucos cabelos, barba grisalha. Estou vestindo um terno azul marinho, gravata azul bem clarinha, camisa branca, sapatos pretos e com um *boton* no lado esquerdo do peito, escrito "Deputado Estadual".

Então, eu quero mais uma vez, agradecer a todos vocês, todos os profissionais. Foi uma Audiência muito produtiva, muito produtiva, e com certeza, terá bons frutos para nossa sociedade. Minha gratidão a todos por estar compartilhando. Nós estamos aqui desde às 14:30, não é Doutora Luciana? E já são 19:40, mas a causa é justa.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanham esta ilustre solenidade. Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejamos a todos uma excelente noite.

Muito obrigado.

**(Encerra-se esta Audiência Pública às 19 horas e 40 minutos)**

***(Sem revisão dos oradores)***